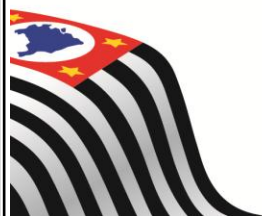




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

São Paulo
Janeiro / 2013





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador
Geraldo Alckmin

Vice-Governador
Guilherme Afif Domingos

Secretário da Educação
Herman Voorwald

Secretário Adjunto
João Cardoso Palma Filho

Chefe de Gabinete
Fernando Padula Novaes

Coordenadora de Gestão da Educação Básica
Maria Elizabete da Costa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

“Se puderes olhar, vê. Se podes ver, repara”.

José Saramago



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Índice

Índice	4
Índice Temático selecionado por Centros de Atividade	8
1 Introdução.....	9
1.1 APRESENTAÇÃO DA COORDENADORIA DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CGEB	9
1.2 INTRODUÇÃO AOS TRABALHOS	10
1.2.1 Calendário Escolar.....	12
1.2.2 Infraestrutura das Escolas.....	12
1.2.3 Questões Pedagógicas.....	13
1.2.4 Trabalho Coletivo.....	13
2 Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula - DGREM.....	14
2.1 CENTRO DE DEMANDA ESCOLAR E PLANEJAMENTO DA REDE FÍSICA - CEDEP	14
2.1.1 Princípios Norteadores – atendimento a demanda escolar.....	14
2.1.2 O Centro de Demanda Escolar e Planejamento da Rede Física - CEDEP.....	15
2.1.2.1 A Resolução SE 86/2008.....	15
2.1.2.2 Quadro de Ocupação de Dependências – Q.O.E.	15
2.1.2.3 Acompanhamento do movimento da demanda escolar	16
2.1.2.4 Compartilhamento de prédios.....	16
2.1.2.5 Dúvidas e encaminhamentos	16
2.2 CENTRO DE MATRÍCULA - CEMAT.....	16
2.2.1 Princípios Norteadores – Matrícula na rede pública	16
2.2.2 O acesso ao ensino obrigatório e gratuito começa com o bom atendimento nas escolas.....	17
2.2.3 Como o sistema educacional garante à população o acesso ao ensino público?.....	17
2.2.3.1 Ensino Fundamental:.....	17
2.2.3.2 Ensino Médio:.....	18
2.2.4 Quando o aluno já possui uma matrícula e necessita/quer mudar de escola. O que fazer?	18
2.2.4.1 Inscrição por Deslocamento.....	18
2.2.4.2 Inscrição por Transferência.....	19
2.2.4.3 Inscrição por Intenção de Transferência.....	19
2.2.5 Manutenção dos registros no Sistema de Cadastro de Alunos ao longo do ano.....	20
2.2.6 Calendário Escolar.....	21
2.2.7 Legislação.....	22
2.2.8 Outras informações.....	22
2.3 CENTRO DE VIDA ESCOLAR - CVESC	22
3 Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica - DEGEB.....	24
3.1 CENTRO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO QUADRO DE MAGISTÉRIO - CEPQM.....	27
3.1.1 Introdução.....	27
3.1.2 Estudo das Diretrizes Educacionais, dos Programas e dos Projetos da SEE.....	28
3.1.3 Copartícipes da gestão democrática: a importância dos colegiados.....	32



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.1.4	Retomada da Avaliação Institucional.....	34
3.1.5	Organização Coletiva da Proposta Pedagógica.....	35
3.1.6	Orientação Especial aos Gestores.....	38
3.1.7	Referências bibliográficas	39
3.2	CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS - CEFAI	41
3.2.1	O Planejamento 2013	41
3.2.2	Análise dos resultados obtidos, do trabalho realizado e definição de prioridades.....	43
3.2.3	Orientações para a elaboração do Plano de Ação: sugestões que podem ajudar nessa tarefa. 44	
3.3	CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS FINAIS, ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CEFAF	47
3.3.1	Linguagens	51
3.3.2	Matemática.....	58
3.3.2.1	O Currículo Oficial:	58
3.3.2.2	O Currículo de Matemática:	60
3.3.2.3	O Plano de Ação do Professor:	62
3.3.2.4	Conteúdos e Habilidades:	63
3.3.2.5	Referência:	65
3.3.3	Ciências da Natureza	65
3.3.3.1	Orientações:	66
3.3.3.2	Materiais e espaços escolares:.....	68
3.3.3.3	Programas que podem ser utilizados pelos professores da área de CN:	69
3.3.3.4	Eventos e datas importantes:.....	69
3.3.3.5	A área de CN e os Temas Transversais:	71
3.3.4	Ciências Humanas	73
3.3.4.1	Filosofia:.....	74
3.3.4.2	Geografia.....	80
3.3.4.3	História.....	83
3.3.4.4	Sociologia	86
3.3.5	Temas Transversais	94
3.3.5.1	Educação Ambiental.....	94
3.3.5.2	Educação em Direitos Humanos	99
3.3.5.3	Educação Fiscal na Escola.....	104
3.3.5.4	Educação das Relações Étnico-Raciais.....	106
3.3.5.5	Educação em Saúde.....	115
3.3.6	Educação Profissional.....	119
3.4	CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - CEJA.....	119
3.4.1	EJA nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.....	120
3.4.2	EJA nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - CEEJA.....	124
3.4.3	Programa Alfabetiza São Paulo	126
3.5	CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO - CAESP	131
3.5.1	Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado - CAPE.....	132
3.5.1.1	Questões Iniciais	132
3.5.1.2	Dinâmicas de Sensibilização para os professores	144
3.5.1.3	A Deficiência, suas limitações e possibilidades	144
3.5.1.4	A Inclusão da pessoa com deficiência na escola.....	145



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.5.2	Núcleo de Inclusão Educacional - NINC.....	146
3.5.2.1	Objetivos.....	147
3.5.2.2	Educação Escolar Indígena.....	147
3.5.2.3	Educação Escolar Quilombola.....	149
3.5.2.4	Educação para as Relações Étnico-raciais.....	151
3.5.2.5	Educação nas Prisões.....	153
3.5.2.6	Educação para alunos em cumprimento de medidas socioeducativas, privados de liberdade ou em liberdade assistida.....	155
3.6	CENTRO DE ESTUDOS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - CETEC.....	158
3.6.1	Softwares e links	160
3.6.1.1	GeoGebra.....	160
3.6.1.2	HagaQuê.....	161
3.6.1.3	Art Project	161
3.6.1.4	Dosvox.....	161
3.6.1.5	Motrix	161
3.6.1.6	Mecdaisy.....	162
3.6.1.7	Google Earth.....	162
3.6.2	Programa TV Escola.....	162
3.6.3	Portal do Professor.....	162
3.6.4	Banco Internacional de Objetos Educacionais.....	163
3.7	CENTRO DE PROJETOS ESPECIAIS - CPRESP.....	163
3.7.1	Parcerias.....	164
3.7.1.1	PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - MEC/CAPES.....	164
3.7.1.2	Campanha do Agasalho	164
3.7.1.3	Projeto "Connecting Classrooms" – CONSELHO BRITÂNICO/CONSED.....	165
3.7.1.4	Projeto "Escola Brasil" – Instituto Escola Brasil – Santander	165
3.7.1.5	Programa Jovens Embaixadores – Embaixada Americana/ CONSED.....	166
3.7.1.6	Projeto Alicerce e Bolsa Talento – ISMART.....	167
3.7.1.7	Programa Qualificação Profissional – Instituto ProA	167
3.7.1.8	Programa para Inclusão dos melhores Alunos da Escola Pública Estadual na Universidade – VUNESP	168
3.7.1.9	Programa Parque Temático HOPI HARI	168
3.7.1.10	Programa Jovem Senador e Concurso de Redação do Senado Federal	169
3.7.1.11	Feira de Profissões da USP	169
3.7.1.12	Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho.....	170
3.7.2	Escolas Prioritárias	171
3.7.2.1	Justificativa.....	172
3.7.2.2	Objetivos Gerais.....	172
3.7.3	Escola Virtual de Programas Educacionais – EVESP.....	173
3.7.3.1	Curso de Inglês online – 2ª Edição – Turmas 2013	174
3.7.3.2	Curso de Espanhol online – Turmas 2013	175
3.7.3.3	Cursos de Libras e Tecnologias Assistivas para alunos com deficiência.....	175
3.7.3.4	Conteúdos Digitais Interativos.....	176
3.7.3.5	Educação nas Prisões.....	176
3.7.4	Programas MEC.....	177



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.7.4.1	Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE Escola	177
3.7.4.2	Programa Escola da Terra	178
3.7.4.3	Programa Mais Educação.....	179
3.7.5	<i>Programa Residência Educacional</i>	180
3.7.6	<i>Programa Escola da Família</i>	181
3.7.6.1	Os objetivos do Programa Escola da Família.....	182
3.7.6.2	Projetos Previstos para o ano.....	184
3.7.7	<i>Outros Programas e Projetos</i>	185
3.7.7.1	Sistema de Proteção Escolar e Professor Mediador Escolar e Comunitário.....	185
3.7.7.2	Programa Cultura é Currículo	188
3.7.7.3	Projeto Prevenção Também Se Ensina	190
3.7.7.4	Escola de Tempo Integral - ETI.....	191
4	<i>Considerações Finais</i>	192
5	<i>Equipes da CGEB</i>	193



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Índice Temático selecionado por Centros de Atividade

- **Atendimento Especializado:**
 - CAESP
 - CETEC
 - CPRESP
- **Avaliação de aprendizagem em processo:**
 - CEFAF
 - CEJA
 - CAESP
 - CPRESP
- **Avaliação Institucional**
 - CEPQM
 - CPRESP (Escolas Prioritárias)
- **Cidadania:**
 - CEPQM
 - CEFAI
 - CEFAF
 - CEJA
 - CAESP
 - CETEC
 - CPRESP
- **Direitos Humanos:**
 - CEPQM
 - CEJA
 - CAESP
 - CPRESP
- **Diversidade:**
 - CEPQM
 - CEFAI
 - CEFAF
 - CEJA
 - CAESP
- **Gestão Democrática / Gestão Pedagógica / Gestão Escolar**
 - CEPQM
- **Pessoas com Deficiência:**
 - CAESP
- **Processos administrativos na Unidade Escolar e na Diretoria de Ensino:**
 - CEDEP
 - CEMAT
 - CVESC
- **Recuperação de Aprendizagem**
 - CEFAI
 - CEFAF
 - CEJA
 - CAESP
 - CPRESP
- **Tecnologias da Informação e Comunicação**
 - CEDEP
 - CEMAT
 - CEFAI
 - CEFAF
 - CEJA
 - CAESP
 - CETEC
 - CPRESP



ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

1 Introdução

1.1 Apresentação da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica - CGEB

O Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011, institui um novo modelo de gestão para a rede estadual de ensino. O objetivo é corrigir distorções, fortalecer as estruturas regionais e desonerar as escolas de trabalho burocrático, para que as unidades possam concentrar seus esforços integralmente no processo de ensino e aprendizado. Tem como premissa básica a gestão para resultados com foco no desempenho dos alunos.

A CGEB entende que a escola de hoje é tão diversa, e tende cada vez mais a sê-lo, que pensar em todos os alunos como distintos pode ser mais representativo do que pensar que exista uma média, de um lado, e aqueles que se distanciam dela, de outro. Na verdade, a sociedade se tornou muito heterogênea, e a escola pública é reflexo disso. Saber lidar com essa realidade, considerando a heterogeneidade como uma riqueza, e não como um problema, é essencial para o sucesso no trabalho das escolas de hoje.

Desde 2012, os procedimentos administrativos específicos estão centralizados em seis coordenadorias. São elas: Coordenadoria de Gestão da Educação Básica - CGEB; Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional - CIMA; Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares - CISE, Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos - CGRH e Coordenadoria de Orçamentos e Finanças – COFI e Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores “Paulo Renato Costa Souza” – EFAP.

Com o intuito de esdarecer dúvidas, este documento terá foco na função específica da CGEB, criada, como o próprio nome já diz, para promover a Gestão da Educação Básica.

A CGEB está organizada da seguinte forma: Assistência Técnica do Coordenador - ATCGEB, Núcleo de Apoio Administrativo - NACGEB e em dois departamentos: Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula - DGREM, com quatro centros, e o Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica - DEGEB, com sete centros, os quais articulam os aspectos pedagógicos e administrativos com vistas à melhoria da qualidade do trabalho na educação pública.

As ações da SEE, por meio da CGEB, são voltadas à melhoria da Educação do Estado de São Paulo. O programa Educação – Compromisso de São Paulo norteia essas ações.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

1.2 Introdução aos Trabalhos

Ao longo de 2011 e 2012, a atual gestão da SEE iniciou um diálogo direto entre a rede pública de ensino, o Secretário, Prof. Herman Voorwald, e o Secretário-Adjunto, Prof. João Cardoso Palma Filho, com o intuito de identificar suas principais demandas e propor ações que atendessem à diversidade da rede.

Este processo de interlocução desencadeou um trabalho coletivo entre a SEE e os profissionais do quadro do magistério, o qual resultou em ações voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica.

Tais ações integram as proposições do programa “Educação - Compromisso de São Paulo”.

Esta proposta de interação fomentou um movimento na SEE, cujo foco é a gestão democrática da escola.

O Programa - Educação: Compromisso de São Paulo divide as ações da Secretaria em 5 pilares, a saber:

- Pilar 1: Valorizar e investir no desenvolvimento do Capital Humano da Secretaria;
- Pilar 2¹: Aprimorar as ações e a gestão pedagógica da Rede com foco no resultado dos alunos;
- Pilar 3: Lançar as bases de um novo modelo de escola e um regime na carreira do Magistério mais atrativo;
- Pilar 4: Viabilizar mecanismos organizacionais e financeiros para operacionalizar o Programa;
- Pilar 5: Mobilizar, Engajar e Responsabilizar a Rede, os Alunos e a Sociedade em torno do processo de ensino-aprendizagem.

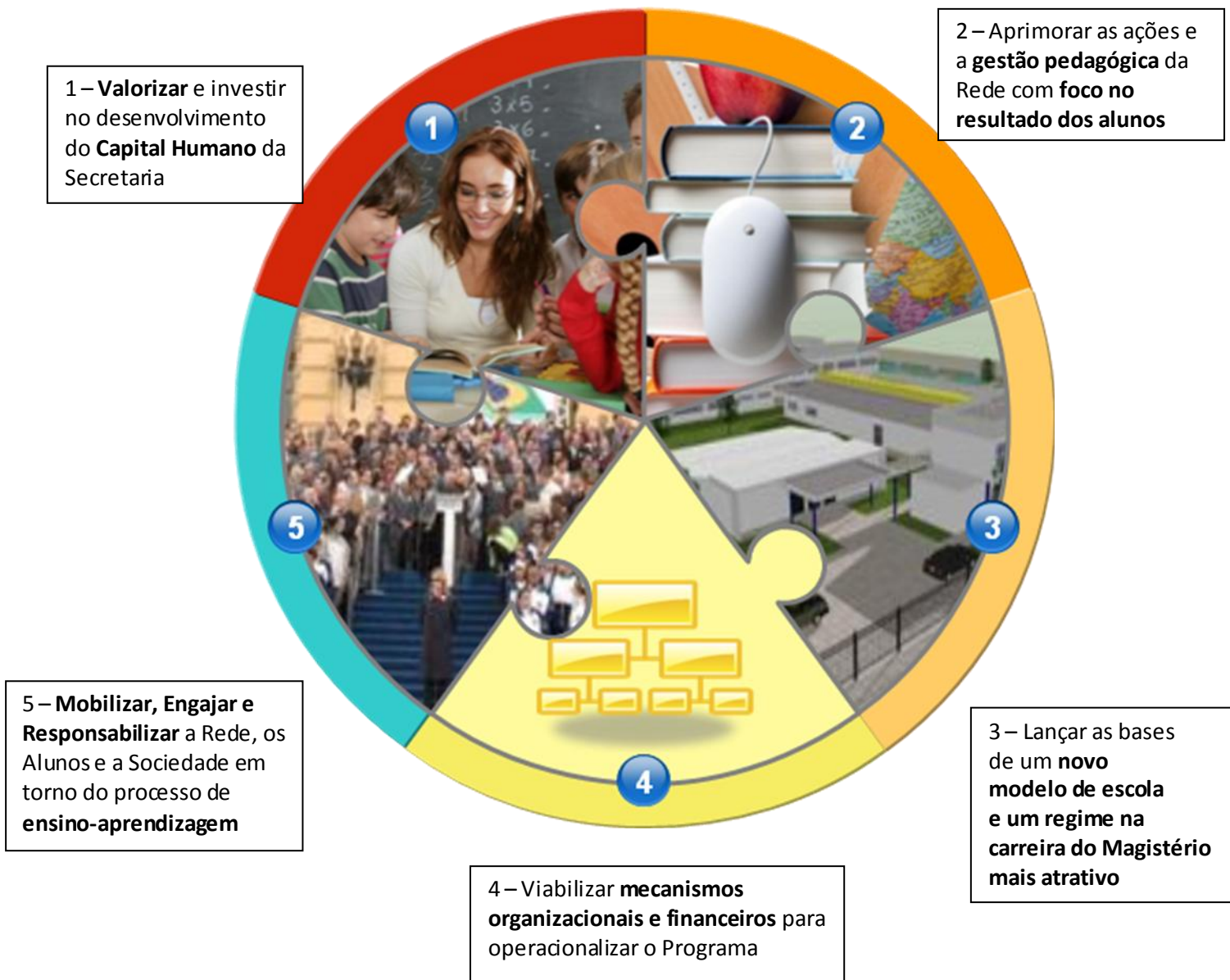
¹ Atribuição CGEB/CEFAF.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013



Este modelo de gestão demanda constante empenho de todos os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento do processo pedagógico, num trabalho integrado, com otimização das condições de infraestrutura e ações pedagógicas das escolas. Afinal, o trabalho coletivo, se bem encaminhado, poderá propiciar o comprometimento de toda equipe com a melhoria da qualidade do ensino.

O início do ano letivo é um momento importante para a construção desses espaços democráticos, uma vez que auxilia na elaboração de planos de ação no acompanhamento e avaliação da Proposta Pedagógica da escola.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Tendo em vista a competência e a criatividade da rede em desenvolver atividades diversificadas para atender às especificidades regionais, colocamo-nos como parceiros nesta empreitada. Nesta perspectiva, serão encaminhadas algumas sugestões, que possam orientar a prática pedagógica e a discussão entre gestores, professores, alunos e a comunidade escolar no decorrer do ano letivo.

Como partícipes desta integração, propõe-se à equipe da Diretoria de Ensino, um trabalho articulado entre Dirigentes Regionais de Ensino, Supervisores de Ensino, Diretores de Núcleo Pedagógico, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos, Diretores de Escola, Professores Coordenadores e, principalmente, os Professores, em relação a:

1.2.1 Calendário Escolar

- Cumprimento integral da carga horária diária com garantia do horário de permanência do aluno na escola;
- Solicitação às escolas de um planejamento da organização do trabalho escolar a ser desenvolvido nos primeiros dias letivos;
- Discussão e elaboração do calendário escolar e elaboração de uma agenda anual de atividades, respeitando as especificidades.

1.2.2 Infraestrutura das Escolas

- Levantamento da situação das escolas em relação às suas demandas:
 - Verificação da disposição do espaço físico / ambiente escolar, material pedagógico, de forma a atender ao número de alunos em todos os períodos;
- Otimização do uso dos recursos físicos e espaços de aprender;
- Otimização dos espaços e materiais disponíveis na escola (sala de leitura, quadra esportiva, laboratórios, sala de informática, salas de recursos, etc.);
- Recepção e acomodação dos professores com a elaboração do planejamento dos trabalhos para o ano letivo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

1.2.3 Questões Pedagógicas

- Análise e reflexão com alunos, pais e professores sobre a relevância de temas, projetos e ações da escola, tais como:
 - Programas oferecidos pela SEE aos alunos e à comunidade;
 - Práticas escolares rotineiras;
 - Projetos já desenvolvidos e propostas de projetos a serem desenvolvidos.
- Registro das observações, organização e sistematização do acompanhamento dos trabalhos escolares previstos para os primeiros dias letivos, que servirão de instrumentos para subsidiar o planejamento anual das escolas e das Diretorias de Ensino.

1.2.4 Trabalho Coletivo

- Valorização do trabalho em equipe na escola, incentivando a participação efetiva de toda a comunidade escolar na construção de um trabalho colaborativo orientado pelos princípios democráticos e participativos;
- Fortalecimento da gestão democrática, por meio da estruturação dos Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres – APM e grêmio estudantil, garantindo a participação de toda a comunidade na gestão educacional;
- Propostas de ação com os alunos e a comunidade escolar:
 - Pesquisa sobre o entorno da escola;
 - Gincanas temáticas;
 - Palestras informativas sobre os trabalhos do Grêmio Estudantil;
 - Dinâmicas diversas que enfatizem a convivência social;
 - Divulgação dos programas e projetos disponíveis na escola: ACESSA Escola, Estágio, Escola da Família, Centro de Ensino de Línguas – CEL, cursos locais, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Programa Universidade para Todos – ProUni, Atendimento Especializado, etc.;
 - Mobilização dos recursos comunitários da região para o estabelecimento de parcerias: Conselho Tutelar, Unidades Básicas de Saúde, Ronda Escolar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, etc.;
 - Discussão sobre as regras de convivência da escola;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Reflexões e atividades relacionadas à temática: “A escola que se tem e a escola que se quer”.

É importante ressaltar que o caminho para a melhoria da educação é a participação qualificada dos pais no processo educacional, seguindo orientações específicas desta Coordenadoria, por meio de seus Departamentos e Centros. Ver as Escolas e Diretorias de Ensino fortalecidas e continuar o processo de descentralização visando autonomia e responsabilização são os objetivos da CGEB.

2 Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula - DGREM

*O Não é sempre certo na vida da gente.
Por que não aprender a conquistar o SIM?
O Sim é uma conquista.*

Eliana Zaqui

O Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula (DGREM) é responsável pelo planejamento, coordenação, dimensionamento e normatização da rede escolar, da matrícula e do trajeto da vida escolar dos alunos.

O DGREM, no desempenho de suas atribuições por meio de seus Centros, dimensiona a necessidade de construção de escolas, instala cursos nas escolas públicas, cria escolas, forma as classes para atribuição de aulas, gerencia o processo de matrícula, a municipalização do ensino e seus impactos, dimensiona e indica possíveis espaços para a instalação dos projetos da SEE, dentre outros.

2.1 Centro de Demanda Escolar e Planejamento da Rede Física - CEDEP

2.1.1 Princípios Norteadores – atendimento a demanda escolar

A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (ARENDR, Hannah. A Crise na Educação. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 247).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

O mundo é um ambiente de aprendizagem. No entanto, a escola é, socialmente, o espaço eleito para cumprir grande parte desta missão. O Centro de Demanda Escolar e Planejamento da Rede Física trabalha articulado e em conjunto com vários Centros de outras Coordenadorias desta Pasta, tendo como escopo a garantia da existência deste espaço, que garante a todas as crianças e jovens do direito constitucional à educação.

2.1.2 O Centro de Demanda Escolar e Planejamento da Rede Física - CEDEP

O Centro de Demanda Escolar e Planejamento da Rede Física é responsável por dimensionar as necessidades de atendimento escolar e consolidar a demanda por vagas. Por meio de estudos de projeção da demanda escolar, em conjunto com as Diretorias de Ensino, planeja e elabora propostas para o plano de ampliação e construção de escolas.

Dentre os pontos relevantes, as ações e competências deste Centro, realizadas em conjunto com as Diretorias de Ensino, evidenciam-se algumas que merecem acompanhamento especial da equipe gestora:

2.1.2.1 A Resolução SE 86/2008

A observância à Resolução SE 86/2008 – Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para atendimento à demanda escolar nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino. Em especial, destaca-se o módulo do número médio de alunos por classes. Onde houver necessidade e possibilidade, os pedidos de desmembramentos podem ser solicitados aos Núcleos de Gestão da Rede Escolar e Matrícula - NRM. Da mesma forma, situações que apresentarem necessidade de redimensionamento também devem ser tratadas em conjunto com o NRM.

2.1.2.2 Quadro de Ocupação de Dependências – Q.O.E.

Atualização constante do Quadro de Ocupação de Dependências, no GDAE. O número e as dimensões de cada sala de aula são primordiais para subsidiar a capacidade de atendimento das Escolas. A informação sobre os ambientes pedagógicos podem indicar possíveis ações desta Pasta.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

2.1.2.3 Acompanhamento do movimento da demanda escolar

A frequência dos alunos também deve ser observada.

Na CGEB esta é uma questão articulada entre o CEDEP e o Centro de Matrícula - CEMAT

As opções no Sistema de Cadastro de Alunos específicas para cada situação (NCom – no início do ano letivo; Abandono e Retenção – no final do ano) são fatos que corroboram para estudo do número de classes necessárias para o atendimento à demanda e também devem ser observadas pela equipe gestora.

2.1.2.4 Compartilhamento de prédios

Nos casos onde a Escola Estadual compartilha o prédio com municípios ou outras instituições, solicita-se que todos os esforços tenham como objetivo uma convivência harmônica que proporcione bem-estar e possibilidade de que todos possam desenvolver um bom trabalho.

2.1.2.5 Dúvidas e encaminhamentos

Qualquer dúvida pertinente à Rede Escolar e Matrícula deve ser encaminhada ao NRM – nosso interlocutor direto nas Diretorias de Ensino.

2.2 Centro de Matrícula - CEMAT

2.2.1 Princípios Norteadores – Matrícula na rede pública

“A questão é bem simples, mas tem gente que gosta de complicar. Não precisa ser filósofo nem Lulu Santos para entender que não existiria som se não houvesse o silêncio. Nem instituição de ensino, não fosse a presença insubstituível de seus alunos”. (Claudio Gonçalves)

Segundo a Constituição Federativa do Brasil de 1988, “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

“Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório”.

2.2.2 O acesso ao ensino obrigatório e gratuito começa com o bom atendimento nas escolas

Ao deparar-se com a porta de entrada de uma escola e, conseqüentemente, com o local destinado à Secretaria da escola, que imagem vem à mente?

Se esse for o primeiro contato de um aluno e seus familiares com a tão sonhada educação, pensem em como é importante que sejam atendidos de forma cordial e solícita. É como ir à casa de um amigo e este te convidar para entrar, tomar um café, dar boas risadas, passar um momento agradável.

Sendo assim, o candidato a uma vaga na rede pública de ensino precisa ser bem recebido e orientado de forma clara e objetiva sobre os procedimentos de matrícula, assim como sobre as possibilidades de ensino na região (existência de escolas de período integral, Centro de Línguas, Acesso Escola, Atendimento Especializado, dentre outros projetos da Secretaria).

2.2.3 Como o sistema educacional garante à população o acesso ao ensino público?

Nesta Secretaria, o Centro de Matrícula – CEMAT – é o responsável pela definição dos procedimentos e critérios que organizam a matrícula na rede pública do estado de São Paulo, visando ao pleno atendimento das demandas do Ensino Fundamental e Médio.

2.2.3.1 Ensino Fundamental:

Para os alunos que já se encontram na rede pública de ensino, estadual ou municipal, basta que façam a opção por permanecer no sistema público de ensino e sua matrícula será garantida.

As crianças, jovens e adultos que não frequentam a rede pública, candidatos a qualquer série do Ensino Fundamental devem fazer um cadastro em qualquer escola da rede pública e, após essa identificação, terão vaga disponibilizada em uma das escolas da rede estadual ou municipal.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

É importante lembrar que o cadastro permanece aberto durante todo o ano e, no ato do cadastramento, a escola deverá emitir um comprovante e entregá-lo ao candidato.

2.2.3.2 Ensino Médio:

Para os alunos que concluem a 8ª série/9º ano na rede pública de ensino, estadual ou municipal, ou na rede Sesi, também basta que façam a opção por permanecer no sistema público de ensino e sua matrícula será garantida.

Os jovens e adultos que não frequentam a rede pública, candidatos a qualquer série do Ensino Médio necessitam fazer um cadastro em qualquer escola da rede estadual e, após essa identificação, terão vaga disponibilizada em uma das escolas da rede estadual.

Da mesma forma que no ensino fundamental, é importante lembrar que o cadastro para o Ensino Médio permanece aberto durante todo o ano e, no ato do cadastramento, a escola deverá emitir um comprovante e entregá-lo ao candidato.

2.2.4 Quando o aluno já possui uma matrícula e necessita/quer mudar de escola. O que fazer?

Existem três opções diferentes no que se refere a uma mudança de escola, dependendo da situação da matrícula do aluno e do momento do ano. São elas:

2.2.4.1 Inscrição por Deslocamento

Procedimento no Sistema de Cadastro de Alunos da SEE utilizado para registro da solicitação de mudança de escola, de alunos com matrícula ativa em escola pública, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que mudaram de endereço residencial antes do início do ano letivo, sendo que a inscrição por deslocamento só se justifica quando a alteração de endereço inviabilizar a permanência do aluno na mesma escola. No caso de alunos matriculados no Ensino Médio existe também a opção de deslocar-se, antes do início do ano letivo, por motivo de trabalho em região diversa daquela em que a matrícula foi disponibilizada.

***Local de inscrição: escola pública mais próxima da nova residência.
Período de inscrição: 8 a 29 de janeiro de 2013.***



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

2.2.4.2 Inscrição por Transferência

Procedimento no Sistema de Cadastro de Alunos da SEE utilizado para registro da solicitação de mudança de escola, de alunos com matrícula ativa em escola pública, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que mudaram de endereço residencial após o início do ano letivo, sendo que a inscrição por transferência só se justifica quando a alteração de endereço inviabilizar a permanência do aluno na mesma escola. No caso de alunos matriculados no Ensino Médio existe também a opção de transferir-se, após o início do ano letivo, por motivo de trabalho em região diversa daquela em que a matrícula foi disponibilizada.

***Local de inscrição: escola pública mais próxima da nova residência.
Período de inscrição: após o início das aulas e durante todo o ano letivo.***

2.2.4.3 Inscrição por Intenção de Transferência

Procedimento no Sistema de Cadastro de Alunos da SEE utilizado para registro da solicitação de mudança de escola por vontade própria do aluno ou preferência de sua família e não por necessidade, sendo que não é preciso haver mudança de endereço para se efetivar a inscrição, devendo, no entanto, o aluno permanecer estudando na escola pública de origem até o surgimento da vaga na escola pretendida, quando então será atendido em sua solicitação.

***Local de inscrição: escola pretendida pelo aluno.
Período de inscrição: após o início das aulas e durante todo o ano letivo.***

Recomendações:

- I. Para todos os procedimentos ora descritos é recomendável a apresentação do comprovante de endereço, a fim de possibilitar melhor alocação da matrícula do aluno.
- II. Deverá ser emitido e entregue ao aluno ou responsável o comprovante de inscrição em todas as opções descritas anteriormente.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- III. A matrícula do aluno continuará ativa na escola de origem até que seja efetivada a nova matrícula na escola de destino. Portanto, no caso de haver vaga disponível, a escola deverá efetivar a matrícula imediatamente no Sistema de Cadastro de Alunos (exceto para as escolas pertencentes ao município de São Paulo, que deverão aguardar a compatibilização automática de demanda X vaga, referente ao Ensino Fundamental).
- IV. Na efetivação da matrícula por deslocamento, transferência e intenção de transferência, todas as matrículas anteriores: CEL, ACD e transporte serão encerrados. Nesses casos, a escola da nova matrícula deverá realizar as novas inclusões necessárias.
- V. A escola deve sempre comunicar a família quando da efetivação da matrícula do aluno.
- VI. As escolas, Diretorias de Ensino e Órgãos Municipais de Educação devem acessar as opções de consulta por deslocamento, transferência e intenção de transferência para acompanhamento das inscrições de modo a garantir a efetivação da matrícula dos alunos inscritos no menor tempo possível.



2.2.5 Manutenção dos registros no Sistema de Cadastro de Alunos ao longo do ano

A frequência dos alunos ao longo do ano deve ser observada, controlada e registrada no Sistema de Cadastro de Alunos, conforme opções disponíveis.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Dentre as opções de manutenção das matrículas ao longo do ano:

- a) “Não Comparecimento” (NCOM): registro utilizado para identificação do aluno que teve matrícula assegurada e não compareceu à escola por dias consecutivos, sem justificativa para as ausências. No início do ano, o prazo é de 30 dias consecutivos e, para as matrículas efetivadas após o dia 4 de março de 2013, considera-se 10 dias de ausências consecutivas e não justificadas. No município de São Paulo, para as matrículas realizadas após o dia 25 de fevereiro de 2013, o registro deverá ser efetuado depois de 10 dias de ausências consecutivas e não justificadas.
- b) “Baixa por transferência”: a opção de BAIXAR MATRÍCULA DO ALUNO POR TRANSFERÊNCIA deve ser utilizada apenas nos seguintes casos: Alunos da rede pública (estadual e municipal) dos níveis de Ensino Fundamental e Médio, inclusive na modalidade de EJA, para “Mudança para outro Estado”, “Mudança para outro país” ou “Mudança para escola da rede particular”.

2.2.6 Calendário Escolar

Na elaboração do calendário para o ano letivo de 2013, as escolas estaduais paulistas observarão, conforme instruções dadas pela Portaria Conjunta CGEB/CGRH, de 20/12/2012, que ficam definidas as seguintes datas:

- 13, 14 e 15 de fevereiro e 30 e 31 de julho para atividades de planejamento/replanejamento, avaliação, revisão e consolidação da proposta pedagógica;
- 10 de abril para realização das atividades do dia “D” da Autoavaliação Institucional;
- 30 de abril para atividade de reflexão e discussão dos resultados do SARESP;
- 25 de maio e 19 de outubro para realização das atividades do evento “Um dia na escola do meu filho”.

Todas essas atividades terão orientações específicas, a serem divulgadas oportunamente pelas equipes responsáveis pela realização e acompanhamento de cada uma.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

2.2.7 Legislação

A regulamentação pertinente aos assuntos deste Centro, para o ano de 2013, refere-se aos seguintes documentos²:

- Resolução SE nº 80/2012, disponível no link:
http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/80_12.HTM;
- Resolução SE nº 93/2012, disponível no link:
http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/93_12.HTM;
- Portaria Conjunta SEE/SME nº 1/2012 que define parâmetros comuns à execução do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar/Ano 2013, para o Ensino Fundamental, na cidade de São Paulo, e dá outras providências;
- Resolução SE nº 44/2011, disponível no link:
http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/44_11.HTM;
- Resolução SE nº 20/2010, disponível no link:
http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/20_10.HTM.

2.2.8 Outras informações

É importante que esse texto seja disponibilizado, principalmente, ao Gerente de Organização Escolar, pois este é o contato direto com o candidato a uma vaga na rede pública de ensino.

Para mais esclarecimentos e apoio em seu trabalho diário, você pode contar com a Equipe do Centro de Informações Educacionais e Gestão da Rede Escolar de sua Diretoria de Ensino ou com a equipe do Centro de Matrícula da SEE.

2.3 Centro de Vida Escolar - CVESC

As Diretorias de Ensino devem estar atentas à importância da Vida Escolar no contexto educacional considerando que a gestão da Educação Básica engloba todas as ações necessárias ao acesso e

² Os links foram acessados em 09/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

permanência dos alunos nas escolas e, que nos documentos escolares, são registrados fatos ocorridos no percurso escolar de cada aluno.

O Centro de Vida Escolar – CVESC trabalha em conjunto com o CEDEP, CEMAT, outros Centros da CGEB, da CIMA e com as Diretorias de Ensino, no sentido de ressaltar a importância dos documentos escolares dos alunos, a responsabilidade das autoridades escolares na expedição dos mesmos e na guarda dos prontuários, como também a necessidade das Diretorias de Ensino articulando os diferentes Centros, especialmente a Equipe de Supervisão de Ensino, o CIE e o NVE na informação, esdarecimento e orientação sobre os corretos procedimentos relativos à vida escolar de alunos.

Entende-se que a qualidade da Educação Básica tem início na matrícula de uma criança, jovem ou adulto em uma unidade escolar, pois este é o fato gerador de todas as ações desta Secretaria.

Todos os registros referentes ao percurso educacional de cada aluno devem ter qualidade, correção e fidedignidade, de forma que revelem o trabalho realizado por todos os profissionais da educação envolvidos neste processo.

Assim, durante o Planejamento Escolar 2013, as Diretorias de Ensino devem avaliar a necessidade de reiterar aos gestores das unidades escolares a necessidade de cumprir os dispositivos legais referentes à:

- Regularidade dos documentos comprobatórios da formação dos Professores para que não haja necessidade de convalidação de estudos;
 - Deliberação CEE 18/1986.
- Importância dos registros criteriosos nos Diários de Classe pelos Professores;
 - Normas de preenchimento contidas no próprio diário.
- Idade para matrícula nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
 - Decreto Federal 11.274/2006;
 - Deliberação CEE 76/2008;
 - Resolução SE 80/2012.
- Idade para matrícula e prosseguimento de estudos nos cursos de Ensino Fundamental e Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos;
 - Resolução SE 16/2011.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Verificação da regularidade de certificados de conclusão de curso e Históricos Escolares apresentados por alunos recebidos por transferência;
 - Resolução SE 25/1981.
- Correta composição dos prontuários dos alunos, orientando sobre os documentos a serem providenciados e o motivo da necessidade dos mesmos;
 - Resolução SE 25/1981.
- A necessidade de “alimentar” os Sistemas de Cadastros desta SEE, com informações absolutamente corretas;
 - Resolução SE 20/2010.
- Classificação e reclassificação de alunos;
 - LDB – artigos 23 e 24;
 - Deliberação CEE 10/1997.
- Equivalência de estudos para continuidade de estudos;
 - Deliberação CEE 21/2001.
- Elaboração de documentos escolares em conformidade com a legislação vigente, de forma que não suscite dúvidas e questionamentos a respeito da veracidade dos mesmos;

3 Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica - DEGEB

O Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica (DEGEB) é um dos dois Departamentos da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), ao lado do Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula (DGREM). Ambos os Departamentos buscam sempre um trabalho de integração e articulação visando ao fortalecimento da Coordenadoria, trabalhando de forma conjunta, também, com a Assistência Técnica do Coordenador (ATCGEB) e com o Núcleo de Apoio Administrativo (NACGEB).

O DEGEB é responsável por:

- Planejar e coordenar ações visando à elaboração, atualização e normatização do currículo; a definição e proposição de políticas, diretrizes e normas pedagógicas e a avaliação de desempenho



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

da Educação Básica e a consequente orientação para as Diretorias de Ensino e Unidades Escolares para implementação desse processo;

- Desenvolver estudos sobre inovação em tecnologia educacional que possam efetivamente contribuir para o processo de ensino e aprendizagem;
- Estudar e planejar todo o Quadro de Magistério, propondo o dimensionamento e acompanhando a situação do mesmo, visando sempre atender às necessidades decorrentes da organização curricular dos ensinos fundamental e médio;
- Garantir o estabelecimento de uma política pública que garanta o acesso e condições de permanência nas escolas aos alunos com necessidades especiais, aos indígenas, quilombolas, enfim, a toda diversidade que nossa rede apresenta garantindo o direito básico de aprendizagem a todos;
- Avaliar a adequação de projetos especiais e parcerias que estejam em acordo com as políticas da SEE/SP e contribuam efetivamente para o desenvolvimento do currículo, o enriquecimento cultural e consequentemente com a aprendizagem dos alunos. Articulado com a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA), acompanhar e avaliar esses projetos e parcerias;
- Cuidar das orientações e articulações com as Diretorias de Ensino e Unidades Escolares, por meio de Orientações Técnicas, visando à Gestão Escolar e a implementação do currículo e contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem e articulação de toda a Educação Básica: Ensino Fundamental dos Anos Iniciais e Finais, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos;
- Articular com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores (EFAP) cursos de formação continuada e atualização que contribuam para o aperfeiçoamento profissional de nossos professores e gestores;
- Buscar apoio e trabalhar conjuntamente com as demais Coordenadorias da SEE/SP.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Embora apresente uma estrutura hierárquica, possibilitando que cada equipe possa focalizar suas ações, para que o Departamento realmente funcione, todos os procedimentos são coordenados de forma articulada entre todos os Centros, pois as atribuições de cada um estão intimamente ligadas a de outros Centros, Departamentos, Coordenadorias, etc.

Para atingir o principal objetivo que é garantir o direito de aprendizagem aos alunos das escolas públicas da rede estadual, tem-se que desenvolver um trabalho constante de planejamento, ação e replanejamento onde todas as partes devem ser ouvidas e atuantes, seja docente, discente ou gestor.

É necessário oferecer o máximo de condições aos nossos professores e gestores para que o direito dos alunos a uma aprendizagem que permita melhores condições e qualidade de vida no mundo atual seja garantindo e exercido.

Também se deve lembrar do respeito ao “tempo de aprender” de cada aluno, buscando sempre o aprimoramento de cada um, ao mesmo tempo em que se busca a melhoria coletiva, sem estabelecerem-se padrões que devam ser seguidos linearmente. Quando não se respeita a aprendizagem de cada indivíduo, acaba-se por afastar o interesse do aluno em aprender, por se julgar algumas vezes incapaz. Essa incapacidade, além de não ser verdadeira, prejudica o bom andamento de toda estrutura escolar, evitando ou dificultando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades.

A SEE conta com a colaboração de todos os profissionais da educação para atingir as metas em 2013 e para melhorar o processo de ensino e aprendizagem do Estado de São Paulo.

Na sequência têm-se algumas orientações, sugestões e indicações que podem contribuir no processo de planejamento do início do ano e também no dinâmico processo de replanejamento que ocorre no dia a dia de cada escola.

Cada Centro apresenta brevemente suas atribuições e características, seguidas das orientações que são importantes para as Diretorias e Unidades Escolares nesse início de trabalho.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.1 Centro de Planejamento e Gestão do Quadro de Magistério - CEPQM

O Centro de Planejamento e Gestão do Quadro de Magistério – CEPQM assumiu as funções da extinta Equipe de Gestão da SEE, enfatizando a apreensão e análise de práticas de gestão vigentes nas diferentes instâncias da SEE, com vistas à proposição de ações direcionadas à gestão pedagógica nas Diretorias de Ensino e Escolas, fortalecendo a descentralização e autonomia.

3.1.1 Introdução

Misteriosamente sumiu o nervosismo. Como se fosse uma costa ameaçadora que desaparece. O fato de sentar na “praça” com as costas no mastro, uma xícara nas mãos, mastigando um pedaço de chocolate, era o mais tranquilizador acontecimento do mundo. Única testemunha do meu horizonte, comemorei sentado, quieto, com a boca cheia, a minha maior conquista: partir. Ainda que minha viagem durasse apenas um único e mísero dia. Parti para minha mais longa travessia, e, mesmo que ela só durasse esse único dia, eu havia escapado do maior perigo de uma viagem, da forma mais terrível de naufrágio: não partir.

Amyr Klink³

O trecho do livro de Amyr Klink leva o leitor a embarcar a bordo do *Paratii*⁴ e compartilhar com o velejador, o sentimento do início de uma nova jornada. Por mares conhecidos ou não, ele transmite o passo mais importante para que uma viagem aconteça: partir.

Isto mostra que, não importa se a viagem a seguir é rumo ao novo e, portanto, desconhecido ou se passará por aquele caminho batido de todos os dias, o essencial é dar o primeiro passo. No entanto, todo viajante quer ser bem sucedido em sua experiência e para tal, a viagem se inicia muito antes, no cuidadoso ritual de preparação, ou seja, de planejamento de todas as suas fases.

Imbuídos deste espírito, entende-se que este momento do ano é propício para que a Diretoria de Ensino, enquanto instância intermediária se compreenda como um espaço social e pedagógico, transcendendo seus “muros”, nas quais suas ações não fiquem restritas em si mesmas, mas abarque todas as escolas sob sua jurisdição, agindo como elemento articulador, orientando à

³ KLINK, Amyr. *Paratii*: entre dois polos. 26ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁴ Ibidem.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

reflexão das ações e projetos desenvolvidos ao longo deste ano para que os resultados obtidos ganhem visibilidade, projetando para o próximo ano, o “porto aonde se quer chegar...”.

Por sua vez a escola também deve estar aberta ao diálogo com a Diretoria de Ensino e em sintonia com as diretrizes gerais da SEE. Também deve romper seus muros incentivando maior participação de sua comunidade respeitando as especificidades locais, exercendo sua autonomia.

Para colaborar com esse trabalho, foram elencadas algumas possibilidades para a construção de uma pauta de trabalho que garanta a organização das ações do Planejamento Anual de 2013, confiantes de que esse momento se configure em rica oportunidade para suscitar reflexões profícuas sobre a prática educativa e a organização pedagógica da Diretoria de Ensino e Escola.

Essas sugestões não se esgotam em si mesmas. Por isso a SEE reafirma que a experiência de gestão, o conhecimento da comunidade escolar, da proposta pedagógica, os indicadores externos e internos da Escola devem ser os fios condutores das discussões das questões relevantes de cada escola no início do ano letivo nesse momento de planejamento.

3.1.2 Estudo das Diretrizes Educacionais, dos Programas e dos Projetos da SEE

[...] a cabeça da gente é uma só e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes e a gente tem de necessitar de ampliar a cabeça, para o total.

Guimarães Rosa⁵

As diferentes atividades a serem desenvolvidas no contexto de preparação para as ações do planejamento escolar devem ser planejadas, executadas e acompanhadas por todos, tanto pelas equipes da supervisão pedagógica e núcleo pedagógico, nas Diretorias de Ensino, quanto pelos integrantes da equipe escolar, isto é, diretores, vice-diretores, professores coordenadores, docentes e demais funcionários, de acordo com suas respectivas atribuições. Também é importante considerar a inclusão dos integrantes do Grupo de Referência, em suas respectivas Diretorias de Ensino já que esses gestores têm condições para colaborar na articulação e organização dessas ações. O Grupo de Referência é composto por gestores dos 3 níveis do sistema (Unidade Escolar, Diretoria de Ensino e Órgão Central) e tem como escopo a formação continuada de gestores para a

⁵ GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão**: Veredas. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

organização do trabalho pedagógico articulado entre supervisão e Núcleo Pedagógico nas Diretorias de Ensino, com foco na escola, de maneira a propor a análise de práticas para a proposição de novas práticas.

Convém lembrar que, os gestores que integram o Grupo de Referência devem participar da organização dos processos de formação de gestores nos seus locais de trabalho, bem como da articulação entre os processos formativos que envolvem gestores, professores coordenadores dos núcleos pedagógicos e integrantes das equipes técnicas da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB).

As orientações a seguir trazem subsídios para o avanço e a consolidação de uma gestão democrática e participativa nas Diretorias de Ensino e Unidades Escolares.

Assim, é primordial à equipe escolar, conhecer as políticas públicas educacionais em vigor para a compreensão das ações desencadeadas pela SEE, como por exemplo, o “Programa Educação: Compromisso de São Paulo”⁶ e as diretrizes do currículo oficial de São Paulo do “Programa São Paulo Faz Escola”⁷.

***Recomenda-se a leitura atenta dos Programas e Projetos e suas peculiaridades no site da Secretaria da Educação no link:
<http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos>***

A partir do conhecimento dessas informações, essa equipe pode divulgar junto à comunidade escolar na qual se encontra inserida, especialmente aos alunos e seus pais, os Programas e Projetos, sobretudo os destinados à oferta de oportunidades ao enriquecimento do currículo e da aprendizagem de alunos para que possam usufruir deles, tanto a equipe escolar quanto os demais membros da comunidade local.

⁶ Maiores informações disponíveis em: <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/compromisso-sp>, Acesso em 09/01/2013.

⁷ Maiores informações disponíveis em:

<http://www.redeosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?alias=www.redeosaber.sp.gov.br/portais/spfe2009>, Acesso em 09/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Desse modo, sugere-se que a Diretoria de Ensino oriente as equipes escolares quanto à integração dessas informações no planejamento anual, elencando as mais relevantes para a sua especificidade.

Com foco no desenvolvimento integral dos alunos e sua melhor aprendizagem, esse momento pode subsidiar o processo de reflexão dos educadores para à retomada de estudos, criação de ações pedagógicas, definição de metodologia e didática, procedimentos avaliativos e a definição conteúdos curriculares. Permitindo, por exemplo, o mapeamento das salas, a escolha dos projetos especiais voltados à ampliação de oportunidades de aprendizagem dos alunos, entre outros aspectos.

Esse período é ainda adequado para definição da estrutura e organização da escola, estabelecimento de atividades no calendário escolar, incluindo as reuniões com os Colegiados e Instituições Auxiliares, elaboração das atividades de acolhimento aos alunos e à comunidade.

Não se pode esquecer de que as discussões iniciadas nesse processo não se esgotam no planejamento anual. As demandas oriundas das escolas também servem como ponto de partida para as ações de formação dos gestores com foco no trabalho pedagógico da Diretoria de Ensino.

No âmbito escolar, se destaca o papel essencial do Professor Coordenador em sua atuação na Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo⁸ (ATPC), que deve ser iniciada tão logo comece o ano letivo, otimizando, assim, o uso desse espaço coletivo para dar continuidade à consolidação das ações propostas nas formações.

Indica-se também a retomada da Resolução SE nº 02, de 13-01-2012¹, que dispõe sobre os mecanismos de apoio curricular aos alunos, como a recuperação contínua (que ocorre com o professor auxiliar em sala de aula) e a recuperação intensiva, por compreender que ela disponibiliza valioso recurso de apoio didático a todas as escolas.

⁸ Nos Anos Iniciais, o trabalho com os Grupos Colaborativos deve estar garantido na pauta das ATPCs.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Subjacente ao seu texto pode-se apreender o entendimento de recuperação como elemento constitutivo da aprendizagem enquanto processo não linear, no qual cada sujeito pode adquirir o conhecimento em ritmos diferenciados.

A recuperação integra-se a situações rotineiras de ensino e de aprendizagem no horário regular de aula dos alunos, superando a compreensão de recuperação como situações de ensino de responsabilidade única do professor de recuperação e apartada do ensino e da aprendizagem desenvolvidos pelo professor da classe ou da disciplina.

É necessário compreender esses mecanismos de apoio escolar como recursos que podem criar condições para o desenvolvimento de práticas curriculares de qualidade no horário regular de aula, cujo objetivo é propiciar a recuperação contínua ou intensiva, assegurando ao aluno o direito à apropriação do currículo escolar de forma contínua ao longo dos anos dos ensinos fundamental e médio.

Com isso, a análise cuidadosa da Resolução SE nº 02/2012 pode orientar a elaboração e/ou revisão dos aspectos da proposta pedagógica, auxiliando na organização, no acompanhamento com a participação direta de professores, gestores (diretor e professor coordenador), do supervisor de ensino responsável pela escola e dos professores coordenadores do núcleo pedagógico, em seus diferentes campos de atuação.

Cabe a essa equipe cuidar da integração do Professor Auxiliar (PA) como apoio ao professor de classe ou disciplina, em uma prática docente colaborativa centrada nas atividades de planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do ensino e da aprendizagem dos alunos. Para tanto, convém lembrar à equipe da Diretoria de Ensino que enfatize junto às equipes gestoras das escolas:

- a) Esse apoio não retira a responsabilidade do professor titular da classe/aulas regulares pela aprendizagem insatisfatória dos alunos, para os quais ele deve propiciar diferentes modos de ensinar e até mesmo mecanismos de recuperação contínua;
- b) A atuação do PA durante o horário regular de aula deve se dar em atividades pedagógicas, como a mediação de atividades de ensino para o aluno (individual e/ou grupos), e também



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

na observação e no registro da avaliação contínua das aprendizagens e das situações de ensino;

- c) A participação do PA nas ATPCs;
- d) A participação do PA nos Conselhos de Classe, Série/Ano e Termo.

3.1.3 Copartícipes da gestão democrática: a importância dos colegiados

[...] A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Paulo Freire⁹

Neste tópico, é interessante abordar os mecanismos coletivos de participação na gestão porque eles podem garantir a gestão participativa e democrática das Escolas.

Destacam-se o Conselho de Escola, Conselho de classe, série/ano e termo, Associação de Pais e Mestres (APM) e Grêmio Estudantil que estimulam e facilitam, por outras vias, o maior envolvimento de alunos, professores e pais nas atividades escolares.

Essas instâncias de aprendizagem coletiva podem contribuir:

- Para a garantia do acesso e permanência dos alunos na escola;
- Na proposição e acompanhamento das diretrizes de ação da escola;
- Na proposição, análise e aprovação da Proposta Pedagógica da escola;
- Na definição e fiscalização da aplicação dos recursos financeiros da escola;
- Com sugestões e apoio às medidas de conservação do patrimônio escolar;

⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- No acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos alunos.

Por isso é importante que a discussão dessa temática seja ampliada para todas as escolas, porque a consolidação dos colegiados e instituições auxiliares e sua efetiva participação podem contribuir para a garantia do processo de democratização da gestão escolar, onde o compartilhamento de ações deve visar à melhoria do padrão de qualidade da escola.

Sugere-se que a equipe de Supervisão de Ensino auxilie as equipes escolares na retomada da legislação pertinente aos itens abordados anteriormente, em especial o artigo 1º da Deliberação CEE nº11/1996.

Artigo 1º - O resultado final da avaliação feita pela Escola, de acordo com seu regimento, deve refletir o desempenho global do aluno durante o período letivo, no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida, considerando as características individuais do aluno e indicando sua possibilidade de prosseguimento de estudos.

§ 1º - Nos termos regimentais, o resultado final da avaliação de que trata o "caput" deste artigo será registrado em documento escolar próprio, afixado em data e local previamente comunicados aos alunos e seus responsáveis legais, ou entregue aos mesmos mediante ciência inequívoca.

§ 2º - Após cada avaliação periódica, o professor responsável registrará em ficha individual, de conteúdo equivalente ao do modelo anexo, as dificuldades observadas de aprendizagem bem como as recomendações aos próprios alunos, aos pais e outras providências a serem tomadas.

§ 3º - É obrigatório o registro das observações mencionadas no parágrafo anterior, no caso de alunos com nota abaixo da média da classe ou com conceito insatisfatório e, nos demais casos, ficará a juízo do diretor, ouvido o órgão próprio.

§ 4º - No caso de eventual recurso quanto ao resultado final da avaliação, as fichas individuais das avaliações periódicas constituem documentos indispensáveis para decisão do recurso pela autoridade responsável.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.1.4 Retomada da Avaliação Institucional

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.

Paulo Freire¹⁰

Neste momento de análise e discussão do desempenho da Diretoria de Ensino e da Escola, convém lembrar a importância de se retomar as reflexões da avaliação institucional de 2012. Ela não se constitui em outro instrumento avaliativo, mas uma oportunidade para o (re) alinhamento das ações, que foram construídas anteriormente, por meio de dados oriundos de relatórios tais como os relacionados ao Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo - IDESP, Sistema de Avaliação e Rendimento do Estado de São Paulo – SARESP, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, bem como os referentes ao Dia “D” - Autoavaliação-2012, Dia do SARESP, Sondagens dos Anos Iniciais e outros, **com a finalidade de nortear a revisão da proposta pedagógica para o Planejamento 2013.**

A avaliação institucional é um processo integrado de avaliação externa e autoavaliação (avaliação interna), a qual envolve dois tipos de sujeitos: internos e externos. Os sujeitos internos são os alunos, professores e outros profissionais da educação abertos ao exame de si próprios como formuladores, gestores e executores das atividades educacionais, portanto, os principais responsáveis pela escola. Os sujeitos externos são as mães/pais, entidades sociais e outros sujeitos diretamente envolvidos com a atividade da escola, recebedores ou usuários e, às vezes, parceiros das ações desenvolvidas e dos cidadãos formados pela escola¹¹.

Assim, a autoavaliação, por se constituir um processo contínuo, precisa receber contornos mais delineados ao relacionar-se com a tomada de decisão na busca por uma escola de qualidade.

Dessa forma, a autoavaliação se propõe a aproximar seus diversos públicos, quer sejam docentes, discentes, profissionais da área administrativa e de apoio, bem como a comunidade do seu

¹⁰ Freire, Paulo. **Educação e Mudança**. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

¹¹ FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Progestão**: como desenvolver a avaliação institucional da escola? Módulo IX.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

entomo, ganhando um caráter integrador e agregador. Esses partícipes podem observar perceber, identificar e sugerir outros caminhos diferentes dos estabelecidos.

Quanto à avaliação externa, por contemplar a avaliação da rede, ou seja, ter um caráter sistêmico, tem como principal função fornecer subsídios às políticas públicas de educação, gerando dados e informações para orientar a implantação de Programas e Projetos da SEE, buscando a melhoria da qualidade do ensino, da aprendizagem e da gestão nas unidades escolares, estabelecendo assim o seu caráter local e regional.

Logo, a avaliação institucional, dentre seus vários objetivos, pode se configurar como um instrumento de apoio à gestão, na qual se propõe, como primeiro passo, a realização de um trabalho condizente à própria autoavaliação dos sujeitos envolvidos, a fim de identificar conquistas, fragilidades e oportunidades que possibilitam alcançar o crescimento integral do ser humano.

3.1.5 Organização Coletiva da Proposta Pedagógica

É impossível enumerar todos os tipos e níveis de planejamento necessários à atividade humana. Sobretudo porque, sendo a pessoa humana condenada, por sua racionalidade, a realizar algum tipo de planejamento, está sempre ensaiando processos de transformar suas ideias em realidade. Embora não faça de maneira consciente e eficaz, a pessoa humana possui uma estrutura básica que a leva a divisar o futuro, a analisar a realidade a propor ações e atitudes para transformá-la.

Danilo Gandin¹²

Embora a Proposta Pedagógica esteja organizada de forma diferente em cada unidade escolar, seria importante que a Diretoria de Ensino proporcionasse um momento de reflexão e discussão com os gestores para (re) avaliar tópicos que necessitam de (re) planejamento do projeto educativo.

A Proposta Pedagógica é um instrumento de referência na organização do cotidiano escolar e sua elaboração representa uma oportunidade ímpar para a escola refletir e planejar coletivamente suas ações. O processo de elaboração é único para cada escola, ou seja, não existe um modelo a ser seguido em sua totalidade.

¹² GANDIN, Danilo. Posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. **Currículo sem Fronteira**, v.1, n.1, jan./jun., 2001.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Então, a proposta pedagógica é um mapa orientador do trabalho (LÜCK, 2009, p.33), que norteia as ações pedagógicas e administrativas. No momento de sua (re) construção todas as reflexões e planos de ação¹³, traçados anteriormente com a participação da comunidade escolar, devem ser retomados a fim de que as proposições não se situem apenas no mundo das ideias e do discurso, mas que balizem movimentos concretos na escola para a melhoria da inter-relação dos processos de ensino e de aprendizagem.

Ela deve construir a identidade escolar espelhando sua cultura, suas intenções, sua história, bem como o tipo de formação que aquela instituição promove no contexto do sistema público de ensino. Levar em conta as suas potencialidades, suas fragilidades, para que o diagnóstico elaborado pelas escolas não fique fechado em si mesmo, mas que se integre às propostas escolares para a transformação da realidade, a aquisição do conhecimento e, conseqüentemente, se efetive a aprendizagem.

Por essa razão a (re) construção da proposta pedagógica numa perspectiva dialógica não é homogênea e nem linear, mas entremeada de tensões e pressões: a realidade e a utopia, o discurso e a prática. Com isso há a necessidade de uma “ruptura entre uma prática solitária para uma prática coletiva” (MAYA, 2000, p.20), que busque consenso, decida coletivamente modos de ensinar, formas de avaliar, projetos a desenvolver com vistas a uma nova cultura pedagógica.

Nesse sentido, dada às diversas interpretações a respeito da conceituação de Proposta Pedagógica, tratada por inúmeros autores com terminologias diferenciadas, foi elaborado um esquema representativo para ilustrar o processo de construção da Proposta Pedagógica. Tal esquema foi adaptado a partir dos referenciais de: Danilo Gandin, Juliane Correa Marçal, Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto e do Módulo 6 do Curso de Formação de Gestores em projeto político Pedagógico da Escola da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

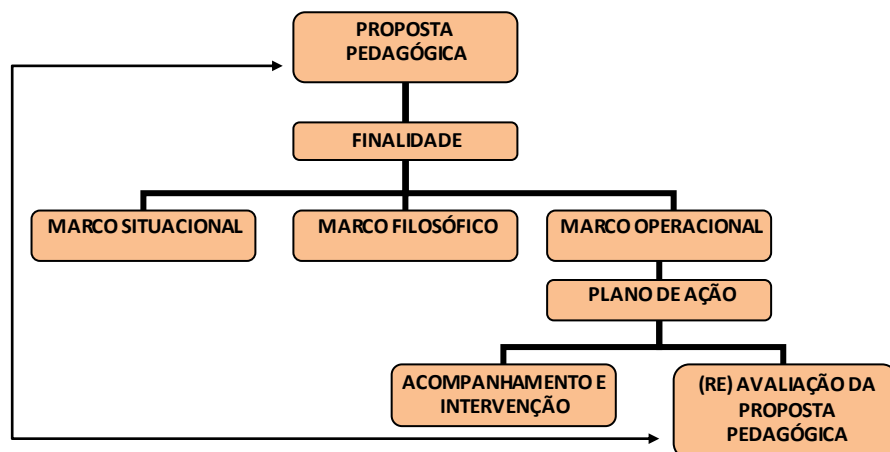
¹³ Tais como: Plano de Ação Participativo (PAP), Dia D- Dia da Autoavaliação, Replanejamento, Dia do SARESP, Sondagens (dos anos iniciais), Avaliações da Aprendizagem em Processo (anos finais e ensino médio) e Avaliação Institucional.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013



Entende-se por:

- a) Finalidade – representa a identidade da escola, sua função social e o compromisso pedagógico assumido perante a comunidade escolar, garantindo o direito de aprendizagem do aluno.

- b) Marco Situacional → Como é nossa escola?

No diagnóstico, considerar os aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e caracterização da comunidade escolar, levantando informações sobre sua prática pedagógica a partir da análise dos dados apresentados por meio de questionários, entrevistas, do fluxo escolar, do Relatório Socioeconômico do SARESP, IDESP, IDEB, avaliação institucional e outros.

- c) Marco Filosófico → Que escola pretende-se construir?

Como o diagnóstico é insuficiente para instrumentalizar a prática, é necessária a busca por referencial teórico, questionando as concepções de: sociedade, cidadão, educação, relação com a comunidade local, gestão, metodologias, avaliação, ensino, aprendizagem, (in) disciplina.

- d) Marco Operacional → Como fazer?



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

O plano de ação abarca todos os dados levantados, as discussões e reflexões, traduzindo-os em ações direcionadas ao cumprimento da sua finalidade.

A ação de acompanhamento/intervenção e (re) avaliação permeia todo o processo de construção e elaboração da Proposta Pedagógica em um movimento cíclico, porém flexível no sentido de permitir a transformação das aspirações em realidade.

3.1.6 Orientação Especial aos Gestores

Dentre as ações desencadeadas no planejamento vale ressaltar que cabe à Diretoria de Ensino orientar as equipes gestoras das escolas sobre a importância do acolhimento aos alunos, aos professores, aos pais e demais membros da comunidade escolar, no início do ano letivo.

Sugere-se atenção especial aos educandos do 1º e 6º ano do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio. A SEE considera que eles enfrentam um momento de transição, pois nos anos iniciais nem todos os alunos são oriundos da Educação Infantil, muitos não passaram por essa etapa de escolaridade, por isso sentem-se inseguros nesse novo ambiente. Já no 6º ano com a movimentação da demanda escolar, eles enfrentam duas mudanças básicas: a alteração dos ambientes físicos e da organização curricular dos anos finais do Ensino Fundamental.

Quanto ao ingresso no Ensino Médio, a ruptura acentua-se porque além da mudança de ambiente e de rede escolar o aluno passa a ter uma nova realidade: ampliação da matriz curricular, a progressão parcial, aumento das expectativas por parte da família e dos professores, entre outros fatores que interferem no processo de ensino e de aprendizagem.

Para o acolhimento aos professores, sugere-se atenção à apresentação dos novos docentes, materiais disponíveis, diversos ambientes da escola entre outros aspectos envolvidos na organização da escola.

O cuidadoso acolhimento pode resultar em um início de ano propício à construção de uma relação de confiança e de aproximação com toda a comunidade escolar.

Espera-se que essas orientações possam ressoar no cotidiano da Diretoria de Ensino e da Escola, contribuindo não apenas para a melhoria efetiva da gestão da educação básica, mas também para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

o fortalecimento da autonomia dessas instâncias, unindo esforços em direção a uma educação de qualidade, pois como afirma Terezinha Rios¹⁴:

Ter uma esperança é um gesto utópico. A utopia é um ideal - algo desejado, necessário e possível - em que não se encontra a certeza. Onde há certeza, não há necessidade de esperança. A esperança habita um espaço de incerteza e, também, de possibilidade.

3.1.7 Referências bibliográficas

BAFFI, Maria Adélia Teixeira. **O planejamento em educação**: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm> Acesso em: 09 jan. 2013.

BAHIA (Estado). Universidade Federal da Bahia. Curso Formação de Gestores em Projeto Político Pedagógico da Escola. Módulo 6: Estrutura do PPP. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/course/view.php?id=1854>> Acesso em: 09 jan. 2013.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Progestão**: como desenvolver a avaliação institucional da escola? Módulo IX. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários da Educação, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação e Mudança**. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p.35.

GANDIN, Danilo. Posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. **Currículo sem Fronteira**, v.1, n.1, jan./jun.,2001, p. 81-95.

LÜCK, Heloisa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão**: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Módulo III. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários da Educação, 2001.

¹⁴ RIOS, Terezinha de Azeredo. Empenho em Colaborar. In: **Revista Nova Escola**. São Paulo: Editora Abril. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/empenho-colaborar-677016.shtml>> Acesso em: 04 dez. 2012.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

MAYA, Eny. Como transformar a rotina em desafio? In: **Revista Acesso**, nº 14. São Paulo: FDE, 2000. p. 19-28. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dir_a.php?t=023> Acesso em: 09 jan. 2013.

PINTO, Luiz Gonzaga de Oliveira. Dezesesseis Passos para a Construção do Projeto Pedagógico. In: **Revista do Projeto Pedagógico**. São Paulo: UDEMO. Disponível em <http://www.udemo.org.br/RevistaPP_01_02Dezesesseis%20Passos.htm> Acesso em: 09 jan. 2013.

RIOS, Terezinha de Azeredo. Empenho em Colaborar. In: **Revista Nova Escola**. São Paulo: Editora Abril. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/empenho-colaborar-677016.shtml>> Acesso em: 09 jan. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Planejamento Escolar 2012**. Coordenadoria de Educação Básica - Centro de Planejamento e Gestão do Quadro do Magistério (CGEB/CEPQM). São Paulo: SEE/SP, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Planejamento Escolar 2012 – Anos Iniciais**. Coordenadoria de Educação Básica - Centro de Ensino Fundamental dos Anos Iniciais (CGEB/CEFAI). São Paulo: SEE/SP, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Resolução SE nº 2/2012**: dispõe sobre mecanismos de apoio escolar aos alunos do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual. São Paulo: SEE/SP, 2012. Disponível em: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemUse/arquivos/02_12.HTM?Time=12/21/2012 5:22:38 PM](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemUse/arquivos/02_12.HTM?Time=12/21/2012%205:22:38%20PM) Acesso em: 09 jan. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE nº 11/1996**: dispõe sobre pedidos de reconsideração e recursos referentes aos resultados finais de avaliação de alunos do sistema de ensino de 1o e 2o Graus do Estado de São Paulo, regular e supletivo, público e particular. Disponível em: http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/1996/del_11_96_s_mari_c_carol_w_carol.pdf Acesso em: 09 jan. 2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.2 Centro de Ensino Fundamental dos Anos Iniciais - CEFAI

O Centro de Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, CEFAI, é um dos Centros do Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica (DEGEB) que junto o Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula (DGREM) constituem a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), e desenvolve ações de trabalho com foco nas questões pedagógicas e curriculares relativas a esse segmento. Elabora, normatiza e atualiza o currículo, bem como propõe normas pedagógicas, subsidiando o trabalho das Diretorias de Ensino quanto à implementação do currículo nas escolas, por meio de formações e acompanhamentos.

Cabe também ao Centro a elaboração de materiais didáticos, em sua maioria, em parceria com educadores representantes da rede estadual, tanto para alunos quanto para professores, proporcionando orientações para a sua plena utilização. Na realização de suas ações procura articular seu trabalho com os demais Centros e Coordenadorias da Secretaria de Estado da Educação, principalmente com o Centro de Ensino Fundamental dos Anos Finais, do Ensino Médio e da Educação Profissional – CEFAF, o Centro de Planejamento e Gestão do Quadro do Magistério - CEPQM e a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores “Paulo Renato Costa Souza” - EFAP, dependendo do foco do trabalho.

3.2.1 O Planejamento 2013

O planejamento é um momento importante e imprescindível, no início do ano letivo, pois permite que os membros da escola reflitam sobre: a avaliação das ações do ano anterior, ponderando as que tiveram impacto positivo nas aprendizagens dos alunos; revisão das ações que necessitam de ajustes, planejamento de novas ações com metas definidas a curto, médio e longo prazo, baseado no diagnóstico realizado no início de 2013.

Para instruções sobre como realizar o diagnóstico com os alunos, nos primeiros dias letivos de 2013, consulte o documento Orientações para organização dos trabalhos para o ano letivo de 2012, disponível em¹⁵:

http://www.educacao.sp.gov.br/docs/02_CGEB_OrientacoesInicioAnoLetivo2012_EnsFund_AnosIniciais.pdf.

¹⁵ Acesso feito em 10/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Neste período de planejamento proposto pela SEE, tem início o trabalho específico com foco na sala de aula, a partir dos diferentes graus de conhecimento apresentados pelos alunos, evidenciados nos diagnósticos realizados pelos professores. Para isso, é importante que se conheça esses diferentes saberes para então elaborar e mais tarde propor intervenções necessárias a serem desenvolvidas ao longo do ano, com base no currículo oficial da SEE expresso em Expectativas de Aprendizagem, que deverão ser revisitadas pela equipe escolar.

O planejamento não se restringe ao programa de conteúdos a serem ministrados ao longo do ano, vai muito além; ele faz parte do plano geral da escola, que, por sua vez, inclui as metas a serem alcançadas, os objetivos educativos e as expectativas de aprendizagem para as diferentes áreas do conhecimento. Tem como elementos básicos a definição das finalidades, a análise da realidade e o plano de ação. As finalidades dizem respeito às intenções da escola, sobre o que, para que fazer e o que se espera conseguir ao final do ano letivo.

Cabe salientar que os dias de planejamento são de fundamental importância para a análise dos resultados alcançados e do trabalho desenvolvido e para a definição de prioridades. É importante que estas discussões tenham continuidade nos encontros da equipe pedagógica nas aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPCs), que precisam ser potencializadas por meio do estabelecimento de grupos colaborativos¹⁶.

Cumprе pontuar que o planejamento do ano letivo poderá basear-se em alguns focos:

- Análise dos indicadores de desempenho da escola em avaliações externas como os boletins do SARESP, IDESP e IDEB, e dados internos, como número de matriculados, retidos, evadidos etc. Além de dados obtidos pela avaliação e monitoramento das aprendizagens dos alunos ao longo do ano, como os mapas de diagnóstico;
- Elaboração de um Plano de ação, tendo como referência o resultado do desempenho dos alunos nas atividades realizadas nos primeiros dias de aula e também em anos anteriores.

¹⁶ Os Grupos colaborativos se constituem nas ATPC das escolas. A essência desses grupos é a colaboração e o estudo, nos quais todos os componentes compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto, conforme suas possibilidades e interesses. Os grupos colaborativos são organizados pelo professor coordenador dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com atividades conduzidas com a participação dos próprios professores.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.2.2 Análise dos resultados obtidos, do trabalho realizado e definição de prioridades

Um dos objetivos do planejamento é refletir sobre os resultados da aprendizagem dos alunos no ano anterior para que a equipe identifique a verdadeira situação dos alunos e também se os procedimentos, metodologia e a didática utilizados em sala de aula foram adequados. Assim, a partir das reflexões, novas ações podem ser propostas, considerando também o diagnóstico realizado no início do ano de 2013, e outras ações podem ser retomadas, como parte da reelaboração do Projeto da escola para 2013.

É fundamental que a reunião de planejamento seja iniciada com a análise dos indicadores de desempenho dos alunos em 2012, particularmente, o 5º mapa de sondagem das hipóteses de escrita, o 1º mapa - 2013 da escola e as Expectativas de aprendizagem.

Esta análise poderá ser norteadas pelas seguintes questões:

- O que os dados da sondagem revelam sobre os conhecimentos dos alunos? Quais expectativas de aprendizagem de cada ano/série os alunos conseguiram atingir?
- Considerando a análise dos dados da escola e as Expectativas de Aprendizagem que precisam ser alcançadas pelos alunos, quais metas a escola estabelecerá em seus *Planos de ensino* a curto, médio e longo prazo?

Terminada a reflexão, propõe-se a revisão dos Planos de ensino da escola, considerando as ações que podem ser planejadas para atender os alunos que não conseguiram atingir as expectativas de aprendizagem previstas para o ano/série e quais a escola proporá para os alunos que atingiram as expectativas esperadas para o ano/série, a fim de que continuem avançando em suas aprendizagens.

Depois de expor os registros das discussões, é interessante que a equipe gestora levante questões que auxiliem o grupo a formular conclusões: *qual é o quadro atual da escola? Aonde se quer chegar? Como fazer para ir da atual realidade à meta desejada?*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

A discussão deve focar nas ações abrangentes, como, por exemplo, os projetos de leitura e escrita constantes nos materiais didáticos do Programa Ler e Escrever; de Matemática, em especial as Trajetórias Hipotéticas de Aprendizagem – THA, e das demais áreas do conhecimento. Nesta oportunidade, é possível retomar os projetos que alcançaram resultados e/ou pensar outros. Além disso, faz-se necessário promover ações que viabilizem a recuperação da aprendizagem dos alunos, garantindo, desde o início do ano, um trabalho pontual para aqueles que não alcançaram as expectativas de aprendizagem para o ano/série.

A escola precisa ter ciência de seus recursos e possibilidades, pontos fortes e fragilidades. A análise anterior, que indica onde estão os problemas e onde há potencial de sucesso, é o que dá contexto para elaborar o plano, de modo que se utilize ao máximo os recursos de conhecimento, materiais, equipamento, tempo, espaço, ajuda externa, entre outros.

3.2.3 Orientações para a elaboração do Plano de Ação: sugestões que podem ajudar nessa tarefa.

Após a análise da aprendizagem dos alunos e das ações pedagógicas efetivadas, é essencial que a escola elabore um Plano de ação, que tenha como principal finalidade atender, de forma mais pontual e organizada, as necessidades de aprendizagem detectadas no processo de avaliação, possibilitando à equipe escolar a otimização e a reorganização de seus espaços e tempos. Ao fazê-lo, a escola deve considerar os registros das reflexões realizadas a partir das discussões, que já possibilitaram pensar em ações.

O Plano deve prever as prioridades e decisões da escola, no que se refere a (aos):

- Necessidades de aprendizagem dos alunos;
- Conteúdos que os alunos apresentam dificuldades;
- Conteúdos e didáticas em que os professores demandam mais formação;
- Espaços adequados para o desenvolvimento dos trabalhos (biblioteca, pátio e outros);
- Otimizar o uso do material do Programa Ler e Escrever em sala de aula, bem como as Trajetórias Hipotéticas de Aprendizagem do Projeto EMAI;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Necessidade de continuar projetos que deram certo no ano anterior verificando suas reais necessidades, quantidade adequada e nos quais a escola irá engajar-se;
- Priorizar a recuperação contínua e intensiva;
- Pensar em medidas para assegurar a assiduidade dos alunos, como o controle da frequência.

Alguns itens para auxiliar a elaboração do Plano de Ação – 2013:

- A partir do diagnóstico dos primeiros dias de aula, identificar e relacionar quantos e quais alunos não atingiram as expectativas de aprendizagem em cada ano/série.
- Fazer um levantamento de boas situações de aprendizagem que atendam as necessidades dos alunos e que possibilitem a escola tem para criá-las e/ou utilizá-las. Isso vai depender da quantidade de alunos, da disponibilidade dos professores, da flexibilidade de tempos e espaços.
- Organizar a frequência aos ambientes de leitura, o empréstimo de livros e outras atividades previstas que podem ser realizadas nesses espaços.
- Prever a elaboração e/ou adoção de instrumentos de acompanhamento da progressão da aprendizagem dos alunos (ex: portfólio, cadernos de registro, fichas...). Esses instrumentos podem ser elaborados e discutidos nos grupos colaborativos.
- Prever também quais e como serão utilizados os registros do desenvolvimento do Plano de Ação da Escola.

É importante lembrar que no desenvolvimento do Plano de Ação, faz-se necessário:

- Incluir projetos de leitura que envolvam toda a escola (Comunidade Leitora), tendo em vista que uma das metas da escola pública é melhorar as capacidades leitora e escritora das crianças.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Assegurar o uso dos materiais do Programa Ler e Escrever (material dos alunos e professores, acervos de livros para a sala de aula, o conjunto de letras, o globo, a calculadora).
- Discutir o desenvolvimento das Trajetórias Hipotéticas de Aprendizagem (THA) do Projeto EMAI nos grupos colaborativos das ATPC.
- Elaborar, observar, analisar e discutir, ao longo do ano, com os professores situações didáticas que proporcionam o desenvolvimento das aprendizagens em todas as disciplinas do currículo, abrangendo as quatro áreas do conhecimento.
- Verificar, junto com os professores, quais atividades do material do Programa Ler e Escrever e das THA são adequadas às diferentes necessidades de aprendizagem, garantindo a sua presença na rotina pedagógica semanal dos alunos.
- Prever diferentes modos de agrupar os alunos de forma a garantir a circulação de informação, reflexão e avanço na aprendizagem.
- Acompanhar e registrar o avanço da aprendizagem dos alunos por meio dos instrumentos definidos no plano para esta finalidade.
- Realizar reuniões de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento do Plano de Ação para verificar se há necessidade de replanejar.
- Acompanhar o trabalho desenvolvido com os alunos nas salas de aula.
- Considerar os registros das atividades desenvolvidas em ATPC (tematizações de atividades, discussões sobre projetos, separação de grupos de alunos para recuperação, análise de mapas de sondagens, etc.) como indicadores das necessidades de saberes tanto dos alunos quanto dos professores.

Assim, vale lembrar que o Planejamento não se finaliza nos dias previstos para sua elaboração, a reflexão sobre os resultados da escola deverá permear durante todo o ano as ações em prol da aprendizagem de todos os alunos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Para consultar informações/sugestões sobre atividades a serem desenvolvidas nos primeiros dias de aula, sugere-se a leitura do Documento “Início do Ano Letivo –2012”, elaborado por este Centro em 2012, disponível no link¹⁷:

http://www.educacao.sp.gov.br/docs/02_CGEB_OrientacoesInicioAnoLetivo2012_EnsFund_AnosIniciais.pdf

3.3 Centro de Ensino Fundamental dos Anos Finais, Ensino Médio e Educação Profissional - CEFAF

A cada início de ano letivo é inevitável falar de planejamento. Ao fazer referência ao que fazer no decorrer do ano que se aproxima, é fundamental olhar para o que foi planejado e realizado no ano anterior e quais os novos empreendimentos para atingir o objetivo comum de promover a aprendizagem significativa junto aos alunos.

É nessa etapa que as metas são postas, que as estratégias são definidas a partir da realidade de cada escola que compõe o sistema. O planejamento, dessa forma, se apresenta como um momento de reflexão, de leitura e proposição para as ações que deverão se efetivar no cotidiano de mais um ano letivo.

O CEFAF tem como responsabilidade orientar as Diretorias de Ensino e as escolas na elaboração do planejamento anual. Dessa forma, esse material fornece subsídios para a elaboração do planejamento escolar 2013. Assim, indicam-se alguns procedimentos e leituras que se fazem necessárias nesse momento, além de esclarecer junto à rede os propósitos dos programas e projetos que fazem parte da política educacional dessa Secretaria, cujo principal objetivo é o de melhorar a qualidade da educação.

Os materiais produzidos pela Secretaria da Educação e que acompanham professores e alunos diariamente (Currículo e Cadernos) não podem ser entendidos como ferramentas únicas para o trabalho docente.

Esses materiais buscam auxiliar o ensino das disciplinas, mas não esgotam as suas possibilidades. Para efetivamente atender às demandas e expectativas de aprendizagem, é necessário que o professor planeje a

¹⁷ Acesso feito em 10/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

fim de garantir a ampliação do repertório de vida e de experiências dos discentes. Essa ampliação pode ser empreendida a partir da exposição a diferentes tipos de textos, da sensibilização derivada do contato com a produção artística nos seus diferentes suportes, da experimentação científica, e da interlocução entre os diferentes saberes que compõe as disciplinas do currículo.

Tais procedimentos dependem da atuação do professor e suas considerações acerca dos conteúdos de cada ano/série, das metas da escola, de suas percepções dos diferentes momentos de aprendizagem, e principalmente do seu compromisso com o ensino de qualidade e com a aprendizagem significativa dos alunos.

Planejar também significa antecipar o que se espera que os alunos desenvolvam, em termos de habilidades e competências, dentro de uma base de conteúdos curriculares. Por esse motivo, em todos os momentos é essencial pensar nos instrumentos de avaliação da aprendizagem e nas formas como os alunos podem superar as defasagens que surgirem.

Além dos cadernos do professor e do aluno, também podem contribuir com o Planejamento os Cadernos do Gestor, as Matrizes de Referência e os Relatórios Pedagógicos da avaliação SARESP.

Programa – Educação: Compromisso de São Paulo: A CGEB/CEFAF é responsável pela elaboração, coordenação, e implantação do currículo da educação básica, propondo diretrizes e normas pedagógicas, articulando o desenvolvimento do Quadro do Magistério com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores (EFAP).

Podem ser destacadas algumas políticas educacionais instituídas que têm como finalidade a implantação das melhorias propostas pela diretriz apresentada, a saber:

Programa VENCE: O programa busca atender as necessidades do Ensino Médio, em termos de continuidade nos estudos e na formação profissional articulando o Ensino Médio Regular e o Ensino Médio Profissionalizante¹⁸.

ProEMI - Programa Ensino Médio Inovador (MEC): O objetivo deste programa do Governo Federal parte da premissa de ampliar o tempo do estudante na escola, garantindo a formação integral com atividades

¹⁸ Para maiores informações acesse: <http://www.vence.sp.gov.br/remt/av/Padrao/aplicacao-site/>, Acessado em 10/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

diferenciadas que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo as expectativas do estudante e as demandas da sociedade contemporânea.

Ensino Integral: Este programa da SEE traz um novo modelo de Ensino Integral que amplia a jornada escolar e prepara os jovens para o mercado de trabalho. A adesão das escolas foi voluntária a partir do conhecimento das características e exigências do Programa e após a discussão e homologação pelo Conselho de Escola. Os educadores receberam formação dedicada ao modelo de educação integral e a cada escola é garantido suporte técnico com visitas periódicas¹⁹.

ETI: São as Escolas de Tempo Integral, que são referenciadas pelo Centro de Projetos Especiais – CPRESP.

Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNLD e PNBE: Em parceria com o MEC/FNDE a CGEB/CEFAF executa os Programas Nacionais de Livros que reúnem o PNLD – Programa Nacional do Livro Didático e o PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola²⁰.

Projeto Apoio ao Saber: Destina anualmente, desde 2008, três títulos literários aos alunos do Ensino Fundamental II, séries finais, do Ensino Médio e EJA com os objetivos de formar leitores; incentivar a leitura de obras de grande valor cultural e literário; assegurar o acesso a obras literárias, clássicas e/ou contemporâneas de autores consagrados, aos alunos e a todos os educadores.

Projeto Leituras do Professor: Teve início em 2009 e durante os três primeiros anos doou a cada professor da rede pública de ensino estadual um kit literário com três títulos. Em 2012 passou por uma mudança de conceito, em vez de doação aos professores, a doação passará a ser de um Módulo com 50 títulos para a Sala dos Professores de cada escola, composto por Literatura, por obras informativas de todas as áreas do currículo e por obras sobre Educação e Gestão.

Projeto Acervo Sala de Leitura: Visa incentivar a pesquisa e a leitura provendo, anualmente, as Salas de leitura de todas as escolas de 5ª a 8ª séries (5º a 9º ano) e de Ensino Médio, bem como as Oficinas Pedagógicas, com um acervo de obras literárias, informativas e de referência, a fim de assegurar aos alunos e educadores no espaço escolar o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, às informações atualizadas e aos bens culturais necessários à plena formação do cidadão.

¹⁹ <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/escola-de-tempo-integral>, Acessado em 10/01/2013.

²⁰ Os detalhamentos dos programas podem ser consultados em: <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>, e <http://www.fn.de.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>, Acessos feitos em 10/01/2013..



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

A indicação das obras parte de uma Chamada Pública, a fim de que as Editoras se cadastrem e inscrevam seus títulos, e passa por um rigoroso processo de seleção organizado em várias etapas envolvendo os Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos (PCNP), técnicos das equipes curriculares, consultores externos culminando com a participação das escolas na indicação de 50% dos títulos e das equipes técnicas e consultores na indicação da outra metade.

O **PNLD** adquire e distribui às Unidades Escolares, os livros didáticos escolhidos pelos professores, com o propósito de incrementar a prática pedagógica²¹.

O **PNBE**, por sua vez disponibiliza livros de ficção, dicionários, revistas pedagógicas e materiais que proporcionam subsídios para auxiliar o trabalho dos gestores, professores e alunos da rede pública. Todo o acervo em destaque está presente nas Salas de Leitura e na Biblioteca do Professor.

Acessa Escola: Para promover a inclusão digital o governo do Estado implementou na Rede Pública Estadual o programa, que tem como uma de suas premissas garantir a evolução e aprendizado em ambientes virtuais para alunos, professores e gestores²².

O **PRODESC** é uma iniciativa da SEE, que visa apoiar o trabalho docente na efetivação do Currículo oficial de São Paulo. O professor deve cadastrar seu Projeto Básico na plataforma da SEE, programa Prodesc, por meio do qual pode solicitar recursos materiais que serão utilizados no projeto que ele pretende implantar na escola. Dessa forma, seria possível solicitar materiais que poderão ser úteis mesmo depois de terminado o projeto. Mais informações sobre esses e outros projetos poderão ser obtidas com o Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico.

Todos os programas e projetos citados procuram atender às demandas da Educação Básica do Estado de São Paulo. A SEE sabe que ainda há muito que fazer, contudo, o caminho está sendo trilhado e a SEE espera contar com a competência e o compromisso dos gestores da escola, para atingir os objetivos ideais de uma formação cidadã.

O que será efetivado nesses dias de planejamento nas escolas da Rede Pública do Estado junto aos professores, coordenadores e diretores, deverá ter como base o conhecimento das ações da Secretaria.

²¹ Maiores informações a respeito do Programa podem ser encontradas no sítio: www.fnde.gov.br, acesso em 04/12/2012.

²² O detalhamento do programa pode ser visto em: <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/acessa-escola>, Acessado em 11/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Entende-se que é fundamental para o planejamento escolar 2013, o conhecimento das ações e projetos da CGEB/CEFAF.

3.3.1 Linguagens

Somos herdeiros de um longo processo acumulativo que constantemente se amplia e se renova, sem anular a sua história, refletindo, dessa forma, o conhecimento e a experiência adquiridos pelas gerações anteriores. É a manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural que possibilita as invenções humanas e o contínuo caminhar da sociedade²³.

Para planejar, é preciso refletir sobre os resultados alcançados, reconhecer os desafios vencidos e aqueles ainda por vencer, para que novos passos sejam dados em direção ao desenho das ações que serão realizadas.

O que estimula os profissionais a experimentar e renovar? O que deve ser mantido? A equipe escolar está satisfeita com os resultados alcançados? E os alunos? Os pais e a comunidade reconhecem a qualidade dos serviços prestados pela escola?

O que dizer, ainda, sobre a relevância dos estudos na área de Linguagens? Muito além da importância da comunicação, estão a constituição dos significados e a construção de sentidos que embasam os processos de aprendizagem e de ensino em todas as áreas do conhecimento.

As linguagens nascem e evoluem nas práticas sociais e permeiam todas as experiências e necessidades da vida em sociedade e da interação humana. Assim, para viabilizar os processos de construção de conhecimentos, a escola deve criar condições para que o trabalho com as diferentes linguagens seja capaz de mobilizar os indivíduos, para o desenvolvimento das capacidades de percepção de si mesmo, do outro e do mundo.

Compreender e utilizar os sistemas simbólicos das diversas formas de expressão humana²⁴, emitir, conhecer e confrontar opiniões e contextos de produção, assim como entender os impactos das tecnologias de comunicação e de informação são competências que o professor deve priorizar ao organizar ambientes de ensino/aprendizagem e ações pedagógicas, com vistas ao desenvolvimento

²³ São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Alice Vieira. São Paulo: SEE, 2010, p. 26.

²⁴ Vide PCN Ensino Médio – Área de Linguagens, códigos e suas tecnologias. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf, Acesso em 19/01/2012.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

de indivíduos que possam protagonizar procedimentos comunicativos de forma articulada e produtiva nos contextos social, histórico e cultural nos quais se constituem.

Além de objetos de estudos e de análises, as linguagens devem ser consideradas, também, instrumentos de acesso a informações e a produções culturais de todos os povos. As atividades propostas em cada uma das disciplinas, que compõem a área de Linguagens, devem favorecer o desenvolvimento e a integração das diferentes formas de comunicação e de construção de sentidos: oral, escrita, iconográfica, sonora e corporal, bem como privilegiar a inclusão social e o respeito à heterogeneidade e à diversidade cultural.

Dessa forma, a partir do princípio de que essas capacidades são desenvolvidas na interação, destacam-se a importância da mediação do professor em situações de aprendizagem desafiadoras e provocadoras de produção de linguagens, de forma que os alunos possam compreender seu funcionamento e os contextos sociais e culturais de uso.

Nos primeiros dias de aula, os professores das disciplinas da área de Linguagens devem observar alguns aspectos, para que, conhecendo os alunos e suas necessidades, elaborem seus planos de ensino de modo a contemplar retomadas ou avanços que sejam significativos.

Em Língua Portuguesa, para as séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, recomenda-se observar, por exemplo, em relação à linguagem oral, se o aluno expõe, de forma clara, suas ideias; se consegue argumentar em defesa de seu ponto de vista e se utiliza a fala de forma adequada a diferentes interlocutores e situações de comunicação.

Quanto à leitura, vale observar se o aluno compreende e é capaz de se expressar sobre o que lê; se reconhece e diferencia os diversos suportes textuais e os gêneros textuais já estudados, e quais relações estabelece com o texto literário.

Quando o foco da observação é a produção escrita do aluno, é importante verificar se escreve convencionalmente, sem marcas de oralidade e se escolhe estruturas composicionais adequadas ao tipo de texto e ao objetivo a que se propõe. É relevante verificar, ainda, se há clareza e coerência em seu texto e se consegue utilizar adequadamente os elementos coesivos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Com a prática de análise linguística busca-se a reflexão sobre o uso da língua sob dois aspectos: o primeiro refere-se à decisão sobre a melhor forma de registrar as ideias, de forma clara, coerente e coesa, sem erros ortográficos e de pontuação; o outro aspecto diz respeito às classificações ou às referências às regras gramaticais.

No início do trabalho com turmas de 6º ano, é importante que os professores possam verificar se nessa etapa de escolaridade o aluno é capaz de²⁵:

1. interagir produtivamente em situações de intercâmbio oral, ao ouvir com atenção, compreender explicações, explicar, manifestar opiniões, argumentar e contra-argumentar;
2. planejar e realizar exposições orais, inclusive fazendo uso de textos escritos;
3. compartilhar a escolha de obras literárias, a leitura, a escuta, os comentários e os efeitos das obras lidas;
4. selecionar textos para leitura, de acordo com seus propósitos e a natureza dos temas;
5. demonstrar certa autonomia ao buscar recursos para compreender ou superar dificuldades de compreensão durante a leitura;
6. reescrever e/ou produzir textos escritos, utilizando a escrita convencional e considerando o contexto de produção;
7. revisar textos (próprios e de outros), posicionando-se como leitor crítico para garantir a adequação composicional e a correção gramatical.

Todas as habilidades e competências desenvolvidas nos processos de ensino e de aprendizagem da língua materna são importantes quando se trata do estudo de uma língua estrangeira. PAIVA (2005)²⁶ menciona as contribuições ao ensino comunicativo trazidas pela análise do discurso, com

²⁵ SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Orientações Curriculares do Estado de São Paulo. Língua Portuguesa e Matemática, Ciclo 1. São Paulo: FDE, 2008.

²⁶ PAIVA, V.L.M.O. Como se aprende uma língua estrangeira? In: ANASTÁCIO, E.B.A.; MALHEIROS, M.R.T.L.; FIGLIOLINI, M.C.R. (Orgs). Tendências contemporâneas em Letras. Campo Grande: Editora da UNIDERP, 2005. p. 127-140



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

reflexões sobre a interação na sala de aula e sobre discurso e ensino de línguas. A autora aponta que:

1. a língua deve ser entendida como discurso, ou seja, um sistema para expressar sentido;
2. deve-se ensinar a língua e não sobre a língua;
3. a função principal da língua é a interação com propósitos comunicativos;
4. os aprendizes devem ter contato com amostras de língua autêntica;
5. a fluência é tão importante quanto a precisão gramatical;
6. a competência é construída pelo uso da língua;
7. deve-se incentivar a criatividade dos alunos;
8. o erro deve ser visto como testagem de hipóteses;
9. a reflexão sobre os processos de aprendizagem deve ser estimulada de forma a contribuir para a autonomia dos aprendizes;
10. a sala de aula deve propiciar a aprendizagem colaborativa.

O aluno deve perceber que a construção do conhecimento não é um processo estanque, com os assuntos divididos em áreas rigidamente compartimentadas. Ao contrário: todas as áreas do conhecimento podem e devem se relacionar, contribuindo para o crescimento dos alunos, como indivíduos e cidadãos conscientes e participativos.

No caso específico do inglês, é fundamental que eles percebam que têm muitas oportunidades de contato com o idioma no seu dia a dia: por meio de filmes e músicas, por exemplo, e de palavras inglesas usadas no Brasil, seja no original (*“delivery”, “self-service” “skate”*), seja como termos aportuguesados (futebol, pênalti, gol, hambúrguer). Além disso, o inglês é a língua mais usada na internet, sendo aquela que mais alunos têm acesso. Sem contar a importância do domínio da Língua Inglesa para o sucesso no mercado de trabalho.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Conhecer pelo menos uma língua estrangeira moderna facilita a comunicação com pessoas do mundo inteiro; inclusive, para trocar informações e divulgar nossa cultura.

A oferta do idioma espanhol no Ensino Médio objetiva fundamentalmente a formação global do aluno como cidadão, buscando integrar a nossa cultura à dos países latino americanos.

É importante ressaltar que, respeitadas as diferentes situações de ensino, as habilidades de compreensão e produção oral, de compreensão e produção escrita e de leitura devem ser trabalhadas pelo professor. Por meio de uma abordagem contrastiva, o ensino de espanhol deve levar os alunos a superarem preconceitos e estereótipos sobre a língua, contribuindo para a inclusão social, étnica e cultural²⁷.

É necessário chamar a atenção para o fato de que a comunicação humana não se realiza somente por meio da linguagem verbal. Fazer, conhecer e apreciar arte em suas quatro linguagens e que ela também é uma forma de compreender o mundo e participar de práticas culturais. Artes Visuais, Dança, Música e Teatro constituem representações humanas que resultam em produções culturais que precisam fazer parte do cotidiano escolar. “Fazer arte é materializar sua experiência e percepção do mundo, transformando o fluxo de movimentos em algo visual, textual ou musical. A arte cria uma espécie de comentário”²⁸.

“Há nesse modo de comentar o mundo e as coisas da vida uma elaboração, uma construção que é somente configurada pela ação de um gesto criador. Pode nascer de um convite, de uma proposta, de um projeto, quer esse seja uma provocação de outro ou encontre seu embrião nas perguntas que o próprio fazedor de práticas artísticas se faz, lançando-as de volta ao mundo”²⁹.

“Metodologicamente, de acordo com os PCN de Arte e o Currículo, o ensino de arte, visto como área de conhecimento e linguagem, deverá se dar de forma a articular três eixos, a saber:

Criação/produção em arte – o fazer artístico.

Fruição estética – apreciação significativa da arte e do universo a ela relacionado, leitura, crítica.

²⁷ <http://cenp.edunet.sp.gov.br/Portal/PropostaCurricularEspanholEM.doc>, Acessado em 11/01/2013.

²⁸ SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, São Paulo: SEE, 2010. p. 145.

²⁹ Ibidem.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Reflexão: a arte como produto da história e da multiplicidade de culturas. Esses três eixos metodológicos, presentes na proposta triangular de Ana Mae Barbosa, articulam-se com a fundamentação filosófica da proposta com a concepção dos territórios de Arte e Cultura, que abrem possibilidades para o mergulho em conceitos, conteúdos e experiências estéticas nas linguagens da Arte, colocando-a como objeto de estudo³⁰. Esses procedimentos mobilizam a relação de ensino e aprendizagem significativa em arte, propiciando o contato com a cultura local e universal.

A Educação Física é a disciplina que trata da socialização e da construção de conhecimentos relativos à cultura de movimento, representada pelas categorias de ginástica, jogo, esporte, luta, atividades rítmicas e brincadeiras. Essas categorias correspondem a um patrimônio sociocultural que foi criado, aperfeiçoado, transformado e é transmitido de geração em geração.

Na escola, a Educação Física é a responsável pela construção e aplicação pedagógica desse patrimônio nas aulas, por meio da seleção e da organização de um conjunto de conteúdos procedimentais, conceituais e atitudinais a serem disseminados numa situação do processo ensino-aprendizagem. Assim, no currículo escolar, a cultura de movimento pode ser compreendida, também, como um conjunto de produção e reprodução dinâmica de significados e construção de sentidos, fundamentos e critérios desse patrimônio sociocultural, que delimita, dinamiza e/ou constrange o Se Movimentar dos sujeitos, base do diálogo expressivo dessa disciplina com o mundo.

Desse modo, a apropriação dos saberes envolvidos nessas atividades constitui-se num pressuposto, especialmente, relevante para que os alunos adquiram ferramentas para primarem pela busca contínua de uma melhor qualidade de vida.

Ao longo da escolarização nos Anos Finais, do Ensino Fundamental, as habilidades e competências para com o trato com a Educação Física podem ser assim expressas³¹:

1. Identificar as modalidades de cada prática da cultura de movimento;

³⁰ SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, São Paulo: SEE, 2010. p. 153.

³¹ SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, São Paulo: SEE, 2010.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

2. Reconhecer as características específicas e de funcionamento de cada prática da cultura de movimento;
3. Comparar as características de cada prática da cultura de movimento;
4. Estabelecer relações entre cada prática da cultura de movimento, bem como, entre os eixos temáticos que permeiam a aprendizagem.

Do mesmo modo, ao longo da escolarização do Ensino Médio, as habilidades e competências para o trato com a disciplina podem ser assim expressas³²:

1. Analisar as modalidades de cada prática da cultura de movimento com os eixos temáticos;
2. Selecionar, relacionar e interpretar as características de cada modalidade das categorias da cultura de movimento (eixos de conteúdo) com os aspectos e informações presentes nos eixos temáticos;
3. Relacionar os aspectos do Se Movimentar com a criação de novas modalidades presentes na cultura de movimento, bem como, com a criação de novos hábitos motores em atividades cotidianas de lazer e de trabalho;

Para tanto, durante todo o processo de escolarização, busca-se no trato com as disciplinas que nos momentos iniciais, o professor procure conhecer as turmas e observar o desempenho dos alunos para elaborar seu planejamento, com propostas que abram possibilidades para que os mesmos participem de forma dinâmica das situações de aprendizagem, envolvendo saberes que integram a área de Linguagens. Para esse diagnóstico, é possível lançar mão dos resultados da Avaliação da Aprendizagem em Processo (Língua Portuguesa e Matemática) e Relatório Pedagógico do SARESP.

A Avaliação da Aprendizagem em Processo visa proporcionar intervenções mais rápidas e pontuais, a tempo de melhorar o aprendizado do estudante no mesmo semestre letivo. Essa ação deverá interferir diretamente no aprimoramento da progressão continuada. A avaliação é voltada para estudantes dos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental e das 1ª e 2ª séries do Ensino Médio regular, e testa os conhecimentos dos jovens em Português e Matemática. A aplicação é feita pelo professor da própria disciplina, no horário regular das aulas e em dias diferentes para língua portuguesa e matemática. Para alunos com deficiência visual são impressas provas em Braille ou com caracteres ampliados.

³² Ibidem.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

É importante que o professor, em seu papel de mediador, favoreça a motivação, abra caminhos, problematize, proponha experiências que permitam aos alunos, articular novos conhecimentos àqueles já conquistados anteriormente. Promover junto aos alunos, o hábito de refletir sobre o próprio processo de aprendizagem, analisando seus ritmos pessoais, avanços e dificuldades é um encaminhamento desejável, pois auxilia o professor em suas tomadas de decisão, respeitando a diversidade e as relações que se estabelecem no contexto ensino/aprendizagem.

3.3.2 Matemática

3.3.2.1 O Currículo Oficial:

Anteriormente a qualquer discussão a respeito do planejamento, cabe aqui ressaltar algumas das características principais do Currículo Oficial do Estado, a saber: a escola aprendente, o currículo como espaço de cultura, as competências como referência, a prioridade para a leitura e a escrita e a articulação das competências para aprender.

Como *escola aprendente*, entende-se que a escola é um espaço de formação, pois as interações entre os responsáveis pelo processo de ensino aprendizagem caracterizam-se em ações formadoras, ressaltando-se assim o papel da equipe gestora como responsável pela formação docente. Aos docentes, cabe a responsabilidade de discutir e refletir na problematização e na significação dos conhecimentos sobre sua prática, ou seja, o estabelecimento de uma transposição didática adequada aos seus objetivos de ensino.

Quando se fala no *currículo como espaço de cultura*, entende-se que o currículo é a expressão existente nas diversas nuances da cultura sejam elas científicas artísticas e humanistas, que sofrem transposições para culminar em determinada situação de aprendizagem, desta forma, pode-se afirmar que:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Se não rompermos essa dissociação entre cultura e conhecimento não conectaremos o currículo à vida – e seguiremos alojando numa escola miríade de atividades “culturais” que mais dispersam e confundem do que promovem aprendizagens curriculares relevantes para os alunos³³.

Para a promoção de uma aprendizagem eficaz, consideramos que o currículo obrigatoriamente se volte à promoção de competências gerais visando à articulação entre as disciplinas e as atividades escolares almejando a qualidade do aprendizado do aluno ao longo de sua trajetória estudantil.

No documento oficial, encontra-se a seguinte afirmação:

Pensar o currículo hoje é viver uma transição na qual, como em toda transição, traços do velho e do novo se mesclam nas práticas cotidianas. É comum que o professor, ao formular seu plano de trabalho, indique o que vai ensinar, e não o que o aluno vai aprender³⁴.

E ainda, o documento cita que, a passagem da cultura do ensino para a aprendizagem não é um processo individual, a escola deve fazê-lo tendo a frente seus gestores, que devem capacitar o corpo docente em seu dia a dia, a fim de que todos se apropriem dessa mudança de foco.

Quanto à prioridade para competência da leitura e da escrita parte-se do ponto de vista de que os atos de leitura e produção de textos ultrapassam os limites da escola, especialmente os da aprendizagem em língua materna, desta forma, são pré-requisitos para todas as disciplinas escolares consequentemente o currículo tem como eixo, o conjunto de competências e habilidades específicas de compreensão e de reflexão crítica intrinsecamente associado ao trato com o texto escrito.

Existe uma linha teórica nos estudos referentes à Educação Matemática, de que a disciplina insere-se na área de Linguagens, uma vez que, com a língua materna, a Matemática compõe o par de sistemas simbólicos fundamentais para a representação da realidade (representações semióticas), para a expressão de si e compreensão do outro, para a leitura

³³ SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação, 2012, p.11.

³⁴ SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação, 2012, p.13.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

em sentido amplo, tanto de textos quanto do mundo dos fenômenos, conforme relatado no documento oficial.

Segundo o documento oficial:

A Matemática nos currículos deve constituir, em parceria com a língua materna, um recurso imprescindível para uma expressão rica, uma compreensão abrangente, uma argumentação correta, um enfrentamento assertivo de situações-problema, uma contextualização significativa dos temas estudados³⁵.

E finalmente com relação à articulação das *competências para aprender*, pode-se dizer que o sujeito desta ação é o professor, pois apresenta e explica conteúdos, organiza situações para aprendizagem de conceitos, de métodos, de formas de agir e pensar, portanto, promove conhecimentos que possam ser mobilizados em competências e habilidades.

3.3.2.2 O Currículo de Matemática:

Anteriormente citou-se a necessidade em se optar pela qualidade da aprendizagem em oposição sobre a escolha do professor dos diferentes conteúdos a ser ensinado da disciplina, desta forma, o Currículo de Matemática, apresenta três competências³⁶ básicas a serem desenvolvidas pelos alunos ao longo de sua trajetória, divididas em três eixos: expressão/compreensão, argumentação/decisão e contextualização/abstração.

Baseados nestes eixos de competências os conteúdos disciplinares de Matemática, tanto nas séries finais do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, são divididos em três grandes blocos temáticos: Números, Geometria e Relações³⁷.

Em cada bloco temático reside uma ideia central da disciplina sejam elas: a equivalência, ordem, proporcionalidade, medida, aproximação, problematização, otimização, entre outras levam o desenvolvimento das seguintes competências pessoais³⁸:

- capacidade de expressão;

³⁵ SÃO PAULO (ESTADO), Secretaria da Educação, 2012, p.29

³⁶ Os eixos baseiam-se nas ideias gerais apresentadas na formulação do ENEM, a particularização esta apresentada no caderno referente ao currículo de Matemática.

³⁷ A caracterização destes três grandes grupos se encontra na página 39 do Caderno referente ao currículo de Matemática.

³⁸ O detalhamento das competências se encontra na página 54 do Caderno referente ao Currículo de Matemática.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- capacidade de compreensão;
- capacidade de argumentação;
- capacidade produtiva;
- capacidade de contextualizar;
- capacidade de abstrair.

E sobre os instrumentos de avaliação, o Currículo Oficial de Matemática remete para a seguinte sugestão:

Sugerimos apenas que os instrumentos de avaliação componham um espectro amplo, incluindo não somente provas, mas também trabalhos; não apenas provas sem consulta; mas também provas com consulta; não somente tarefas para serem realizadas em prazos definidos; mas também outras com a duração considerada necessária pelos alunos; não apenas trabalhos individuais, mas também trabalhos em grupo, que valorizem a colaboração entre os alunos; não apenas tarefas por escrito, mas também relatos orais; não somente trabalhos que se esgotem nos limites de uma aula, mas também projetos que extrapolem as dimensões do espaço e do tempo de uma aula etc.

SÃO PAULO (ESTADO), Secretaria da Educação, 2012, p.54.

E finalizando este tópico cabe aqui ressaltar que os Cadernos do Professor³⁹ e do Aluno, são importantes instrumentos de apoio, buscando apresentar cada tema de uma maneira especialmente significativa e construir uma articulação significativa entre os diversos temas apresentados no Currículo Oficial de Matemática com o trabalho docente.

O documento apresenta fundamentos referentes à utilização deste material de apoio, conforme segue:

Considera-se fundamental que a opção do professor seja apresentar o que for possível dos conteúdos de cada um dos bimestres, mas que todos eles sejam tratados, mesmo que de uma maneira incipiente.

³⁹ Para 2013 os Cadernos do Professor e do Aluno, passaram por uma revisão editorial, ou seja, uma reedição, e para 2014, uma nova edição.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

O pressuposto subjacente é que os diversos assuntos apoiam-se mutuamente, e que é preferível tratar um pouco de cada um deles a passar o ano inteiro explorando um único assunto com o argumento duvidoso de que somente assim daria tempo para tratá-lo “seriamente”. Reiteramos aqui que qualquer tema pode ser tratado seriamente em poucas aulas ou em muitas aulas, dependendo apenas de uma escolha competente da escala para explorá-lo.

SÃO PAULO (ESTADO), Secretaria da Educação, 2012, p 52-53.

A fundamentação apresentada anteriormente, não exclui a utilização de outros materiais de apoio pedagógico, que são perfeitamente válidos e importantes, como os livros didáticos e paradidáticos, materiais multimídia, sala de informática, projetos pedagógicos etc.

Convém ressaltar que o livro didático neste contexto torna-se uma importante fonte de pesquisa para o aluno na medida em que o professor estabeleça equivalências de conteúdos indicando o tema em estudo com as situações de aprendizagem dos cadernos, pois no livro didático encontram-se a fundamentação teórica que subsidia a resolução das atividades propostas ao aluno.

3.3.2.3 O Plano de Ação do Professor:

Cabe ressaltar aqui, que o plano de ação, deveria ser um instrumento de trabalho do professor, um instrumento no qual ele possa registrar, refletir e propor correções em seu trabalho docente e não meramente um documento que será apresentado ao corpo gestor da escola.

Para realização deste plano de ação, existe uma etapa anterior, a checagem dos resultados obtidos anteriormente, ou seja, refletir sobre as ações que ofereceram resultados positivos no ano anterior e desta forma podem ser replicadas em seu trabalho docente e também a verificação dos pontos de atenção das ações que não forneceram um resultado satisfatório.

Com relação à checagem das competências e habilidades adquiridas ou não pelos alunos pode se lançar mão de vários instrumentos diagnósticos, como sugestão, atividades propostas pelo CEFAF a serem desenvolvidas nos primeiros dias letivos, disponibilizadas no



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

sítio da Secretaria da Educação⁴⁰, nas quais se propõe um diagnóstico com atividades relacionadas a um conteúdo específico.

Outra sugestão seria a análise qualitativa do levantamento de dados referente à Avaliação da Aprendizagem em Processo, realizada no segundo semestre de 2012.

Frente a estas constatações inicia-se propriamente o planejamento, que é basicamente estabelecer respostas às seguintes questões:

- Quais são os seus objetivos?
- O que já é sabido?
- O que se pretende ensinar?
- Como será feito?

A partir dos dados levantados anteriormente, chega-se ao desenvolvimento do planejamento de ensino e aprendizagem, propriamente dito, para isto é preciso definir primeiramente quais são as mudanças que poderão ser feitas e as estratégias propostas para implementá-las.

3.3.2.4 Conteúdos e Habilidades:

Para subsidiar o planejamento de ensino e aprendizagem, encontra-se no caderno referente ao Currículo de Matemática, uma seção denominada “Quadro de conteúdos e habilidades⁴¹ de Matemática”, que poderá ser perfeitamente objeto de pesquisa para a ação de planejar.

Sugere-se aqui, que o plano de ação seja elaborado na forma de grupo colaborativo, de tal forma que todos os professores de Matemática possam elaborar um plano comum de ação para todas as séries/anos da Unidade Escolar.

⁴⁰ http://www.educacao.sp.gov.br/docs/03_CGEB_OrientacoesInicioAnoLetivo2012_EnsFundAnosFinais_EnsMedio.pdf

⁴¹ Lembramos que o estabelecimento de uma habilidade, não é um processo, mas apenas um indicador.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Ressalta-se também que se faça uma interligação de cada bimestre contido nos quadros do Currículo Oficial de Matemática, com a respectiva situação de aprendizagem contida no Caderno do Professor⁴², procedendo de acordo com o estudo diagnóstico efetuado anteriormente, e considerando o tempo previsto para a situação de aprendizagem, se as competências indicadas se adéquam ao objetivo proposto no plano de ação do professor.

Com o plano de ação em andamento, existe uma ação importante permeando o trabalho docente, que é a reflexão sobre a ação, que consiste em validar as ações que obtiveram resultados positivos e propor correções de fluxo para as ações que não alcançaram resultados a partir do objetivo proposto.

E finalmente, na elaboração do plano de ação todos os professores devem observar que é esperado que a educação de fato contribua para desenvolver nos alunos os valores essenciais ao convívio humano e, ao mesmo tempo, proporcionar oportunidades que permitam a inclusão de todas as nossas crianças e jovens no mundo da cultura, da ciência, da arte e do trabalho. Dessa forma, um esforço deve ser feito no sentido de que, ao desenvolver as atividades programadas no Currículo Oficial, o façam de forma que haja uma ligação com a vivência dos educandos, oferecendo-lhes condições para a construção de suas identidades e situem-se na realidade e, sobretudo, elaborem e realizem com determinação seus projetos de vida.

Convém evidenciar nesse momento a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP, ação apoiada pela SEE-SP por entender que seus objetivos de estimular e promover o estudo da matemática entre os alunos contribui para a melhoria da qualidade da Educação Básica, incentiva o aperfeiçoamento dos professores, contribuindo para a sua valorização profissional, para a integração das escolas públicas com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e sociedades científicas, promovendo assim a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.

Espera-se dessa forma que os profissionais possam elaborar um planejamento consciente e eficaz para o trabalho a que se destina.

⁴² Cabe ressaltar aqui, que o Professor faça uma verificação de “equivalência”, no sentido de checar a ordem das atividades contidas no Caderno Professor equivale com o Caderno do Aluno.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.3.2.5 Referência:

São Paulo (Estado) Secretaria da Educação, **Currículo do Estado de São Paulo, Matemática e suas tecnologias**/Secretaria da Educação, coordenação geral, Maria Inês Fini, coordenação de área, Nilson José Machado – 1 ed. atual. São Paulo: SE, 2012. 72p.

3.3.3 Ciências da Natureza

Iniciar o ano letivo é um processo em que várias ações podem estar envolvidas, dentre elas, a que mais se destaca é o desafio de conhecer os alunos e integrá-los ao ambiente escolar. O objetivo principal desta proposta de Ciências da Natureza é fornecer subsídios para identificar competências, habilidades e os conhecimentos já formalizados, e com isso possibilitar o diagnóstico das dificuldades de aprendizagem que deverão ser objeto de estudo durante o planejamento bimestral e anual. Pretende-se ainda, promover momentos de motivação para sensibilizar e motivar o aluno e assim, aproximá-lo do conhecimento científico.

É importante ressaltar que o Professor (a) de Educação Básica é essencial nessa tarefa, porém alguns ingredientes não podem faltar e devem ser pensados desde já. Deve ser destacada a ideia de que o ensino e a aprendizagem de Ciências, Biologia, Física e Química, podem ser muito interessantes, e as aulas podem ser espaços para descobertas, para desenvolver a criatividade e expressar entusiasmo com a compreensão dos mistérios do mundo natural, sem, com isso, perder a seriedade, rigor, estudo e esforço necessários à aprendizagem.

As competências e habilidades comuns da área percorrem todo o rol de conteúdos das suas disciplinas e ajudam a articular os conceitos a temas tecnológicos, científicos, sociais, ambientais e econômicos. Entre elas destacam-se as competências leitora e escritora, que por muitas vezes tem sido pouco desenvolvidas na área de Ciências da Natureza, devendo ser vistas como elemento facilitador para compreensão de conceitos relacionados aos fenômenos abordados e estudados, e, dessa forma, desenvolver a capacidade de operar informações e transformá-las em conhecimento.

Vale ressaltar a importância da contextualização dos conteúdos ao levar para as aulas temas atuais importantes e interessantes para o aluno e que visem a prepará-los para o exercício da cidadania. Destaca-se, também, a experimentação, tanto de forma investigativa quanto demonstrativa, como um recurso didático/metodológico capaz de auxiliar e subsidiar a construção do conhecimento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

científico, problematizando e sistematizando fenômenos e formalizando os conceitos, o que requer estudo e preparo por parte dos alunos e professores. Ressalta-se, ainda, a importância da pesquisa e das atividades extraclasse para proporcionar maior compromisso com a leitura, interpretação e aprofundamento de conteúdos, contribuindo para a alfabetização científica.

É com este desafio em mente que se propõe iniciar o ano de 2013. Lembrando que delinear as ações deste início do ano letivo deve visar não só aos encaminhamentos para o aprendizado dos alunos como também ao desenvolvimento reflexivo de sua prática pedagógica.

3.3.3.1 Orientações:

Para permitir uma visualização das principais habilidades e conteúdos previstos no currículo oficial⁴³, sugere-se a leitura dos quadros de conteúdos e habilidades, por ano e por bimestre no Currículo das disciplinas e nas Matrizes de Referência para Avaliação - Documento Básico – SARESP⁴⁴. A leitura desses documentos suscita algumas reflexões:

- Quais habilidades devem ser consideradas prioritárias?
- Quais são comuns às disciplinas da área de CN?
- Como pretende desenvolvê-las ao longo do ano letivo?

As respostas às questões acima poderão contribuir para a elaboração de um plano de trabalho colaborativo, onde as diferentes disciplinas convergem para o desenvolvimento das principais habilidades previstas pela área de CN.

As orientações foram pautadas pela preocupação com as competências e habilidades dos temas e conceitos a serem trabalhados pela área. Assim, sugere-se que as atividades sejam desenvolvidas de forma integrada com os outros professores de CN.

Para nortear os encaminhamentos iniciais do trabalho escolar, algumas reflexões são essenciais:

⁴³ Para retomar as competências e habilidades comuns à área, acesse o seguinte endereço eletrônico para fazer o download do Currículo do Estado de São Paulo: http://www.redeosaber.sp.gov.br/portais/Portais/36/arquivos/curriculos/reduzido_Curr%C3%ADculo_CNT_%20Final_230810.pdf, Acessado em 11/01/2013.

⁴⁴ Disponível em: http://saresp.fde.sp.gov.br/2009/pdf/Saresp2008_MatrizRefAvaliacao_DocBasico_Completo.pdf, Acessado em 11/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Quais são as competências e habilidades implícitas e explícitas no Currículo em vigor na sua Unidade Escolar?

Classifique cada uma das habilidades referentes à sua disciplina como: prioritária, relativamente importante e pouco importante.

Quais dessas habilidades deveriam ser retiradas e quais, outras, deveriam ser acrescentadas à lista para planejar o trabalho com uma unidade temática da sua disciplina?

Organize, em forma de tabela, as habilidades a serem desenvolvidas para cada unidade temática da sua disciplina, como o exemplo a seguir:

Disciplina: _____ Série: _____				
Tema: _____ Situação de Aprendizagem: _____				
Habilidades	Nunca	Raramente	Frequentemente	Sempre
Interpreta dados				
Compreende gráficos e tabelas				
Desenvolve hipóteses a partir de dados				
Executa experimentos e obtém dados				
Planeja experimentos para testar uma hipótese				
Crítica e discute ideias apresentadas pelos colegas				
Procura informação em várias fontes				
É pontual				
Toma iniciativa de estudar problemas novos				
É organizado				

Tabela 1: Modelo de Ficha de observação de aluno. Fonte: (Krasilchik, 2008, pg.142)

A ficha funciona como um documento diagnóstico, por meio do qual os professores da área podem traçar um registro inicial dos alunos e a partir daí acompanhar seu progresso. Muitos pesquisadores sugerem o uso desse instrumental como forma de sistematizar e verificar o andamento da sala. Segundo Krasilchik⁴⁵, 2008, tem-se que:

⁴⁵ KRASILCHIK, Myrian. *Prática de Ensino de Biologia*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

“O preparo de fichas simples de observação, (...), pode auxiliar a estabelecer um perfil do aluno e verificar seu progresso.

“Quando o tamanho da classe e o tempo do professor permitem, é útil elaborar um conjunto de informações sobre os alunos, composto pela ficha de observação e o registro de incidentes significativos e pelas avaliações realizadas, pelos alunos, de seu próprio desempenho ou de seus colegas”. (Krasilchik, 2008. pg 141).

Destaca-se que as sequências de atividades a serem desenvolvidas pelos professores da Área de CN, deve ter como foco as competências leitora e escritora de:

Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, com o objetivo de tomar decisões e enfrentar situações-problema;

Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente;

Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

3.3.3.2 Materiais e espaços escolares:

É importante explorar todos os materiais e espaços escolares, os quais podem e/ou devem ser previstos durante o planejamento, tais como: biblioteca, laboratório, sala de informática, sala de vídeo.

A Secretaria de Educação por meio do “Programa Sala de Leitura⁴⁶” enviou para as escolas um acervo considerável de obras voltadas tanto para o aluno quanto para o professor. O conhecimento e uso desse acervo podem facilitar a aprendizagem de CN e aumentar o interesse por essa área do conhecimento. Não se pode esquecer a contribuição que a pesquisa no ensino das Ciências pode dar ao trabalho docente. Nosso país vem ganhando destaque nessa área, a presença cada vez maior de pesquisadores brasileiros nos

⁴⁶ Para maiores detalhes consulte: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/htc_l.php?t=saladeleitura, Acesso em 14/01/2013. Nesse endereço você poderá baixar a relação de alguns dos livros encaminhados (existem mais títulos).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

congressos em todo o mundo, corrobora essa afirmativa. Assim, sugere-se a leitura das seguintes revistas⁴⁷:

- Revista Ensaio <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/ensaio>
- Revista Investigações em Ensino de Ciências <http://www.if.ufrgs.br/ienci>
- Revista Ciência & Educação
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1516-7313&nrm=iso&rep=&lng=pt
- Revista Enseñanza de las Ciencias <http://www.saum.uvigo.es/reec>

3.3.3.3 Programas que podem ser utilizados pelos professores da área de CN:

Programa Pré-Iniciação Científica⁴⁸, trata-se de um convênio entre a SEE/SP, a USP e o Banco Santander. Seu foco é iniciar o aluno no universo da pesquisa acadêmica, por meio dele os alunos da rede estadual desenvolvem projetos em diversas áreas em vários institutos e laboratórios nos campi da USP em todo o Estado de São Paulo. Este programa também possui um curso de formação continuada para os professores.

Programa e Concurso A Saúde Bucal¹, em parceria com o Conselho Regional de Odontologia de São Paulo — CROSP, envolve alunos e professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais no trabalho sobre as principais questões da saúde bucodentária na direção da incorporação de atitudes e práticas, voltadas para a promoção da saúde, por meio da articulação da ampliação de conhecimento sobre o assunto e de atividades que valorizam a produção do aluno, com ênfase nas diferentes linguagens.

3.3.3.4 Eventos e datas importantes:

IV Conferência Infanto-juvenil de Meio Ambiente – Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis: a conferência nas escolas deve ocorrer até 30 de junho de 2013. Ocorrerão sete Conferências Regionais, a Conferência Estadual e a Nacional no segundo semestre de

⁴⁷ Os acessos às revistas foram feitos em 14/01/2013.

⁴⁸ Mais informações disponíveis em: <http://iniciacaocientifica.edunet.sp.gov.br/>, Acesso em 14/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

2013. Fiquem atentos aos informes que serão disponibilizados pelo MEC e/ou pela sua Diretoria de Ensino/SEE.

Prêmio Jovem Cientista⁴⁹ (PJC) que foi instituído pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1981 e, desde então, contou com a participação da Fundação Roberto Marinho. Em 1988, ganhou a parceria da Gerdau. Um dos principais resultados do Prêmio Jovem Cientista é a constatação de que a grande maioria dos agraciados prospera fazendo ciência e tecnologia, seja em empresas ou nos laboratórios das universidades e institutos de pesquisa. O PJC elege assuntos de relevância nacional, conectados diretamente com os interesses da população brasileira. O objetivo é permitir que os cientistas possam lançar mão de seu conhecimento científico e tecnológico para responder aos problemas sociais mais críticos e emergenciais do país. É atribuído a quatro categorias: Graduado, Estudante do Ensino Superior, Estudante do Ensino Médio e Mérito Institucional.

FEBRACE⁵⁰ - Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, onde jovens talentos apresentam suas habilidades, criações e produções em ciência e tecnologia e tem como objetivos atrair estudantes para as carreiras em ciência e tecnologia, disseminar a ciência e a tecnologia entre os estudantes e engajar professores para a mudança de práticas pedagógicas nas escolas.

MOP⁵¹ - Mostra Paulista de Ciências e Engenharia, criada para incentivar o espírito investigativo, o empreendedorismo e a criatividade de estudantes que estejam cursando o 8º ou 9º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio ou o Ensino Técnico do Estado de São Paulo.

O INCLUSP⁵² (Programa de Inclusão Social da USP) reúne uma série de iniciativas para ampliar o acesso e a permanência do estudante de escola pública à Universidade.

⁴⁹ Mais informações disponíveis em: <http://www.jovemcientista.org.br/>, Acessado em 14/01/2013.

⁵⁰ Mais informações disponíveis em: <http://febrace.org.br/>, Acessado em 14/01/2013.

⁵¹ Mais informações disponíveis em: <http://mostrapaulista.org.br/index/>, Acessado em 14/01/2013.

⁵² Mais informações disponíveis em: <http://www.prg.usp.br>, Acessado em 14/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

O Grande Desafio⁵³ é uma atividade anual desenvolvida pelo Museu Exploratório de Ciências em parceria com o Instituto Sangari. De forma lúdica e prática, busca incentivar principalmente o público estudantil a aplicar os conhecimentos adquiridos na escola e no dia a dia, valorizando o enriquecimento intelectual e as relações sociais.

3.3.3.5 A área de CN e os Temas Transversais⁵⁴:

Entende-se que o planejamento é momento propício também para discutir a inserção das temáticas transversais nos planos de área e de disciplina, além da elaboração de projetos interdisciplinares que envolvam parte ou toda a comunidade escolar. Reforça-se a importância desses temas, não só em atendimento às legislações pertinentes, mas principalmente por se tratar de assuntos que permitem contextualizar as atividades curriculares.

Dessa forma, contribuem para a efetivação de uma aprendizagem significativa que prima pela formação de cidadãos conscientes e capazes de atuar na transformação da sociedade no sentido de construir um mundo social e ambientalmente mais justo e equilibrado. Nessa perspectiva, indica-se, para maiores subsídios, leitura de texto específico “Temas Transversais”.

Para inserir os temas transversais, é importante que, durante o planejamento, seja previsto um espaço de discussão sobre qual ou quais projetos poderão incorporar os temas disciplinares e/ou da área, e também como os mesmos poderão ser inseridos no dia a dia da sala de aula, contextualizando, compondo e/ou complementando as atividades previstas na área/disciplina. Ou seja, um determinado assunto poderá incorporar um, dois ou mais temas transversais, mas não necessariamente todos, como mostra o exemplo a seguir:

A Escola trabalha na Área de CN um Projeto de Iniciação Científica, que tem como problema central - Quais as possíveis formas de se obter energia elétrica visando atender toda a população?

⁵³ Mais informações disponíveis em: <http://www.museudeciencias.com.br>, Acessado em 14/01/2013.

⁵⁴ Ver também item 3.3.5 – Temas Transversais pg. 93.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Ao construir o projeto de pesquisa para responder ao problema proposto acima, é importante incorporar, além dos conteúdos específicos, por exemplo, aspectos relacionados à temática ambiental (Educação Ambiental), no sentido de discutir formas de geração de energias mais sustentáveis; aos Direitos Humanos (todos tem direito à qualidade de vida, saúde etc.) e à Educação Fiscal, que trata do uso adequado dos recursos públicos.

Essas temáticas transversais, no caso, devem estar naturalmente associadas aos conteúdos específicos trabalhados no desenvolvimento do projeto, ou seja, sem inserção artificial ou desarticulada. Devem contribuir naturalmente para a aprendizagem de conceitos da área e de cada disciplina, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades.

Outra forma, bastante interessante e que pode contribuir também para uma gestão democrática e participativa na escola e o desenvolvimento do protagonismo juvenil é a adesão a eventos articuladores, como a realização da Conferência Infanto-juvenil na Escola em 2013.

IV Conferência Infanto-juvenil de Meio Ambiente – Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis: considerar, no planejamento da escola e também especificamente na Área de CN, a realização da IV Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente nas Escolas⁵⁵. Tal Conferência, conforme documento sobre temas transversais, deve envolver todo (a)s o (a)s aluno(a)s da escola visando à construção de comunidades educadoras sustentáveis, por meio da discussão de assuntos relacionados às questões socioambientais, tendo como eixos os itens: Terra, Água, Ar e Fogo. Nesse sentido, entende-se que a área de CN tem muitas contribuições para fomentar as discussões, por meio de conteúdos já abordados no trabalho cotidiano de suas disciplinas. Para o planejamento 2013, portanto, será importante inserir, no calendário, datas e períodos de trabalhos para a realização da IV Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente em sua escola. No material referente aos temas transversais são disponibilizadas maiores informações a respeito. Vocês poderão contar também e com os PCNP de sua Diretoria de Ensino, especialmente os Interlocutores de Educação Ambiental, os quais recebem orientações específicas sobre esse assunto.

⁵⁵ Ver mais detalhes no Planejamento Escolar 2012 – Temas Transversais.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.3.4 Ciências Humanas

É fato que a presença da área de Ciências Humanas no universo escolar é determinante na aquisição dos valores da cidadania, ética, cultura e de conhecimentos acerca da vida em sociedade com seus processos produtivos, hábitos de consumo, produção de cultura e subjetividades, assim como a valorização e preservação da vida e do meio ambiente. Assim, os saberes produzidos pela área procuram inserir os estudantes de maneira consciente no contexto histórico, cultural, social, político e econômico da sociedade contemporânea. Enfatiza-se que os processos de ensino, assim como as aprendizagens proporcionadas pela área de Ciências Humanas, estão alicerçados basicamente nos saberes produzidos historicamente pela Filosofia, Geografia, História e Sociologia, disciplinas obrigatórias do currículo básico.

O currículo tem se efetivado nas escolas e o material que subsidia o mesmo está pronto. As alterações que estão sendo realizadas não alteram o caráter do material que visa subsidiar o professor na implementação de um currículo fundado nas habilidades e competências. Entretanto, essa espécie de “terminalidade” expressa pelos conteúdos e atividades propostas não se realiza sem uma necessária reflexão sobre o cotidiano escolar, tendo em vista que o aprendizado não é estático e as turmas escolares não são idênticas. Dessa forma, deve-se considerar que o bom uso do material e a realização do currículo dependem da sua atitude – ao promover adaptações e mudanças que se fazem necessárias no sentido de adequar o material à sua realidade cotidiana.

O material produzido pela Secretaria da Educação não se opõe à expressão e ao cultivo da individualidade do professor e dos alunos, mas institui uma oportunidade de atender às demandas para o ensino das disciplinas da área de Ciências Humanas numa escola democrática tal como estabelecido no currículo e responder às mais diferentes expectativas dos jovens. Para efetivamente atender a essas demandas e expectativas, faz-se necessário ampliar o repertório de vida a partir da exposição a diferentes tipos textos, a aquisição de habilidades e técnicas de leitura, escrita, desenvolvimento de posicionamento autônomo e ao mesmo tempo solidário diante da realidade que se apresenta.

Sendo assim, o planejamento é um momento para gestar novas possibilidades sem deixar de lado as suas experiências e as demandas da escola e da atual política educacional. Nesse sentido, cabe a cada



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

professor, junto com os demais colegas de área perguntar: Quais competências e habilidades precisam ser trabalhadas num primeiro momento? Quais foram as maiores dificuldades identificadas no decorrer do ano que passou, e como é possível estar preparados para superá-las no ano que se iniciará? Quais demandas estão postas no Projeto Político Pedagógico da escola? O que está posto no Programa “Educação: Compromisso de São Paulo”? Essas questões e leituras se fazem necessárias para o planejamento da área.

O planejamento é um momento oportuno para que cada professor individualmente e coletivamente atualize a sua rotina tendo em vista o ano anterior, seus momentos positivos e negativos. Esse diagnóstico pode ser compartilhado pelos professores da área com o objetivo de verificar as condições do ensino das disciplinas que compõe a área de Ciências Humanas.

Sugere-se, ainda, que no período de planejamento fosse considerada a utilização de recursos propostos nos Cadernos e outros, tais como a busca na internet e a utilização de filmes, visando, além das especificidades de cada conteúdo, a interlocução entre as diferentes disciplinas que compõe a área. Essa consideração tem o sentido de aquilatar a utilização desses meios e como os professores da área entendem as possibilidades de ampliação ou não da utilização desses recursos. Acredita-se que é nesse momento que os professores da área podem retomar e refletir sobre as condições de implantação e desenvolvimento de projetos que correm junto ao ensino e aprendizagem das disciplinas da área e que promovam a participação de alunos, por exemplo, a organização dos Grêmios Estudantis. Ou seja, esse é o momento de avaliar, refletir e repensar as possibilidades para 2013.

Diante do que foi exposto, segue breves considerações para os professores das diferentes disciplinas que compõe a área de Ciências Humanas, visando auxiliar o processo de reflexão e encaminhamentos para o ano de 2013.

3.3.4.1 Filosofia:

A Filosofia voltou a compor a grade curricular como disciplina obrigatória, depois de décadas de afastamento e, mesmo depois de quase uma dezena de anos de retorno ao currículo, ainda pode ser vista como “novidade” pelas novas gerações de gestores, professores, pais de alunos e discentes. Pela sua “novidade”, ela ainda suscita perguntas, tais como: “O que é filosofia?” “Qual a função do ensino de filosofia nos atuais formatos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

curriculares?” “Como essa disciplina acrescentará ou mudará o cotidiano?” Em outros termos, “Para que Filosofia?”. Tais indagações permitem ao professor da disciplina trazer para os alunos a importância da Filosofia como experiência formativa que se processa a partir do exercício reflexivo, na elaboração de perguntas, conceitos e da crítica elaboradas pela tradição filosófica.

As indagações sobre a Filosofia podem, ainda, ser apropriadas como um tipo de sondagem que permitirá ao docente mapear conceitos e juízos de valores, a construção argumentativa, e as dificuldades presentes nos argumentos a fim de aprimorar o universo discursivo, ao mesmo tempo em que promove a consciência crítica dos alunos acerca dos valores e das concepções de mundo.

Ou seja, as perguntas e as dúvidas acerca da Filosofia podem ser utilizadas como um diagnóstico que fundamente um plano de ensino, que contemple a realidade da escola, das diferentes séries e salas de aula, e dialogue com o Currículo Oficial de Filosofia do Estado de São Paulo.

Este plano pode ser subsidiado pelos Cadernos do Professor e do Aluno, (Programa São Paulo Faz Escola), livros didáticos (PNLD) enviados para a escola, os filmes (Programa Cultura é Currículo/O cinema vai à Escola), revistas, jornais, entre outros.

Nesse contexto, o objetivo do planejamento é apoiar as práticas docentes, bem como as novas estratégias e métodos de ensino e formas de avaliações. Tais procedimentos contribuirão para: a) desenvolver, ampliar e sofisticar os saberes discentes; b) analisar e apresentar possíveis soluções para situações problemas, as quais os alunos são conduzidos a exercerem seu raciocínio lógico, reelaborar conceitos e argumentos, etc.

No planejamento, o professor poderá propor reflexões que permitem aos alunos compreender melhor a história da tradição filosófica, as relações histórico-sociais, filosófico culturais, com o objetivo de promover um entendimento mais elaborado sobre o caráter formativo da Filosofia e suas relações com o exercício da democracia, participação política, desenvolvimento do senso crítico (acerca da construção social, das representações



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

simbólicas, das perspectivas de pertencimento e de responsabilidade por si mesmo e pelos outros, como também pela natureza).

É neste âmbito que a figura do professor é indispensável, pois é o docente que proporciona uma formação diferenciada e significativa ao criar situações problematizadoras, introduzir novas informações e conhecimentos, dando e criando condições para que o estudante tome decisões, solucione problemas e sofistiquem sua compreensão da realidade.

A disciplina Filosofia é ministrada somente no Ensino Médio, e o seu ensino deve fomentar debates, reflexões e críticas. Deve proceder a partir da análise e interpretação de textos clássicos da tradição filosófica, como também, ampliar a expressão da diversidade das potencialidades humanas, além de contribuir decisivamente da construção coletiva da Educação.

Assim, os pontos do currículo que segue, devem realizar a articulação entre as questões que se fazem ao longo de nossa vida e os textos clássicos de Filosofia. Observa-se que, cabe ao professor, se aproximar da linguagem, dos elementos factuais e culturais para promover os problemas e temas indicados pelo currículo, assim como provocar outros. Tal tarefa não é fácil, dado que a linguagem filosófica apresenta conceitos e juízos sofisticados.

Com a finalidade de conduzir o aluno a interrogar, questionar, debater, refletir, interpretar e escrever texto, o atual currículo apresenta conteúdos associados às habilidades.

Por fim, os temas e conteúdos elencados, objetivam orientar o professor em seu trabalho em sala de aula, como também adentrar os alunos no universo da tradição e história da filosofia,

“(...) os modos de pensar que antecederam a filosofia grega na Grécia Antiga: o mito e a tragédia, a passagem do mito a razão. As condições históricas para o surgimento da filosofia na Grécia Antiga e as características da filosofia nascente. Filosofia antiga: dos pré-socráticos ao período helenístico. (...) O período moderno (século XV a XVIII) e seus temas: antropocentrismo, humanismo, a revolução científica, a emergência do indivíduo e do sujeito do conhecimento. As teorias políticas do período. O período contemporâneo (séculos XIX e XX) e seus temas: razão e natureza, razão e moral. As críticas à moral racionalista. As indagações sobre a técnica. A noção de ideologia. A inserção das questões



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

políticas, econômicas e sociais. Os questionamentos da filosofia da existência. (...) os direitos humanos – ideal e histórico, entre outros temas. (...)” (Currículo. 2010 p. 116)

Assim, as concepções de política, liberalismo, democracia, racionalismo, empirismo, teorias do conhecimento, entre outros, abrangem atitudes e pensamentos filosóficos e suas relações com a ciência, cidadania, trabalho, etc. assuntos, também presentes na modernidade, e de difícil compreensão para os jovens, daí a importância, do professor ter o currículo como um orientador que auxilia a prática docente no atendimento às demandas da educação contemporânea.

As situações de aprendizagens solicitam habilidades e competências, para que sejam apropriadas pelos alunos. Atenta-se que o desenvolvimento de competências e habilidades implica um comprometimento da instituição escolar, com o trabalho pedagógico integrado, em que as responsabilidades de cada docente estão previamente definidas. Assim, para fomentar o processo de aprendizagem, a partir do desenvolvimento de habilidades e competências, o docente deve tratar as habilidades e competências propostas como finalidades e não como substantivos sem ressonância em sala de aula. Dado que competência, segundo Perrenoud (1990, cap.3) *“orquestra um conjunto de esquemas. Envolvendo diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação. (...) construir competência significa aprender a identificar e a encontrar os conhecimentos pertinentes. (...)”*, em outros termos, competência implica mobilização do conhecimento e saberes para elaborar respostas criativas para soluções de novos problemas.

Quanto às habilidades, destacam-se aqui as habilidades que a proposta curricular da disciplina filosofia deve desenvolver no aluno, a saber: Desenvolver o espírito crítico e a capacidade de leitura, interpretação, produção de texto oral e escrito, distinguir o conhecimento do senso comum do conhecimento científico, qual o papel de um estudante de filosofia, compreender os processos multiculturais, compreender o processo histórico-social e cultural, entre outras.

Enfim, habilidades e competências contidas também, nas situações de aprendizagens dos cadernos do professor e do aluno devem dialogar com a realidade dos alunos conduzindo-os desenvolver a reflexões críticas e autonomia intelectual.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Sugestões de materiais de apoio⁵⁶:

- www.universia.com.br - Este sítio disponibiliza gratuitamente: fotos (Obras de artes de vários museus) e paisagens (de vários países), além de obras literárias (download grátis).
- www.dominipublico.gov.br - Este sítio disponibiliza além de centenas de livros gratuitos, músicas brasileiras para download.
- www.portacurtas.com.br - Este sítio da Petrobrás disponibiliza dezenas de curtas metragens, documentários, animação, ficção, entre outros.
- www.curtanaescola.org.br - O acervo pedagógico do sítio contém 382 curtas metragens.
- http://masp.art.br/masp2010/acervo_sobre_o_acervo_do_masp.php - Este sítio disponibiliza o acervo do MASP (pinturas, esculturas, aquarelas, entre outras obras de artes).
- <http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br> - Neste sítio do Projeto “O cinema vai à escola”, consta a relação de 40 filmes, assim como suas respectivas sinopses, que as escolas da rede pública receberam.
- http://www.arquivoestado.sp.gov.br/a_acervo.php /
http://imprensaoficial.com.br/PortalIO/livraria/livraria_downloads_gratuitos.htm
/ <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> /
<http://books.google.com.br/books/magazines/> - Nestes sítios, é possível encontrar dezenas de imagens, fotos, ilustrações, desenhos, charges, cartoons, entre outros, os quais os professores podem trabalhar com seus alunos, explorando os mais diversos temas.
- CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia - Disponível:
<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/convite.pdf>

⁵⁶ Todos os links foram acessados em 14/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- O portal "Domínio Público", mantido pelo Ministério da Educação, disponibiliza os vídeos da série "História do Brasil por Boris Fausto" para download. São ao todo sete vídeos que abordam os conteúdos "Colônia", "Império", "República Velha", "Era Vargas", "Período Democrático", "Regime Militar" e "Redemocratização". - Disponível:
<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do>

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Ed. Wmf. Martins Fontes, 2009

APPLE, Michel W. & BURAS, Kristen L. (Trad. R. C. Costa). *Currículo, Poder e Lutas Educacionais*. 1ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

CANDAU, V. M. (org.) *Educação intercultural e cotidiano escolar*. Petrópolis: vozes, 2006

CANDAU, V. M. (org.) *Reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13 ed. São Paulo, Ática, 2005.

COLEÇÃO "OS PENSADORES" (Vários volumes/autores). São Paulo: Nova Cultural.

GALLO, Sílvio. Conhecimento, transversalidade e currículo. Disponível:
http://unicamp.academia.edu/SilvioGallo/Papers/513499/Transversalidade_e_educacao_pensando_uma_educacao_nao-disciplinar, Acessado em 14/01/2013.

GALLO, Sílvio. *Currículo (entre) imagens e saberes*. Disponível:
http://unicamp.academia.edu/SilvioGallo/Papers/513499/Transversalidade_e_educacao_pensando_uma_educacao_nao-disciplinar, Acessado em 14/01/2013.

DIONÍSIO, MUNAKATA & RAZZINI. *O Livro didático e a formação do professor*. Disponível:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1b.pdf>, Acessado em 14/01/2013.

MOREIRA A.F.B. & CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. In: *Indagações sobre currículo: Currículo e desenvolvimento humano*. (org.). J.B.Beauchamp, S. D. Pagel, A. R. do Nascimento – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MOREIRA, A. F. B. & SILVA, Tomás Tadeu. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1999.

MOREIRA, A.F.B. (org.) *Currículo: questões atuais*. Campinas: Papirus, 1997

PERRENOUD, Philipe. Construir as competências desde a escola, Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.

_____. Dez novas competências para ensinar, Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

MORIN, Edgar: *Ciência com consciência*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

_____. *Os sete saberes necessário para a educação do futuro*. 8 Ed. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 2003

NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo. *Ensinar filosofia: uma conversa sobre aprender a aprender*. Campinas: Papirus, 2207

SÃO PAULO (estado) Secretaria da Educação. *Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias* - Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área Paulo Miceli – São Paulo: SEE, 2010.

SAVIANI, N. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*. Campinas: Autores Associados, 1994.

3.3.4.2 Geografia

Com o objetivo de auxiliar e subsidiar o trabalho docente no período de planejamento escolar, a Equipe Curricular de Geografia da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB) apresenta algumas reflexões, que parte, inclusive, de um processo de sondagem da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

aprendizagem que pode ser realizado nos primeiros dias de aula. A sondagem justifica-se pelo fato de que os processos de aprendizagem, e mesmo as dificuldades, incorporados pelos alunos ao longo de sua trajetória escolar devem ser considerados no planejamento anual elaborado pelo(a) professor(a). Por outro lado, outra perspectiva que orienta o planejamento é a construção de uma articulação entre os saberes que envolvem as disciplinas que compõem área de Ciências Humanas.

É importante destacar que a construção do seu planejamento deve estar em consonância com o Currículo do Estado de São Paulo, considerando, ainda, as especificidades de sua região, de sua escola, e do grupo discente (caso já os conheça), de forma a conduzir o processo de ensino, do ponto de vista teórico e metodológico, de maneira apropriada para a melhor aprendizagem dos alunos.

Os Cadernos do Professor e do Aluno, do Programa São Paulo Faz Escola, são um importante material de apoio para o desenvolvimento do Currículo Oficial.

No entanto professor(a), busque também outros materiais de apoio ao Currículo, como livros didáticos, atlas geográfico, jornais, revistas, filmes, entre outras obras, que fundamentem e subsidiem o seu planejamento, este entendido como um processo contínuo e sistemático de reflexão, decisão, ação e revisão.

A perspectiva de planejamento adotada pela SEE parte de uma atitude crítica do cotidiano da prática docente, devendo ser mais amplo que a simples construção e execução de planos de aula, que na verdade constituem-se como instrumentos que orientam o trabalho cotidiano. Ainda, o planejamento escolar consiste em um processo de organização e coordenação da ação docente articulada à gestão, à realidade do aluno e às especificidades de cada classe. O planejamento visa, portanto, promover a aprendizagem do conteúdo, mas também promover as condições favoráveis à aplicação e integração do conhecimento em sala de aula e fora dela. Dessa forma, o plano de aula é parte do processo de planejamento e por meio dele, você pode fazer a previsão dos conteúdos que serão dados, as atividades que serão desenvolvidas, assim como as metodologias que as subsidiarão, os objetivos que pretende alcançar, e as formas de avaliação. Sobre esse último item, reflita sobre instrumentos de avaliação que tenham a potencialidade de apurar todo o processo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

de aprendizagem e que indiquem onde o aluno está tendo dificuldades, assim como os pontos de sucesso da aprendizagem.

Cada aula é uma situação didática específica, em que os objetivos e conteúdos são desenvolvidos de maneira a propiciar aos alunos conhecimentos, habilidades e competências de acordo com a temática estudada. Assim, o plano de aula deve apresentar subsídios para aplicação de uma metodologia que integre o processo de ensino e aprendizagem e envolva o aluno de forma planejada e participativa.

Por fim, sugere-se que no processo de elaboração de seu planejamento, considere a articulação entre a sua disciplina e o conjunto de Temas Transversais: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo, definidos pelo Ministério da Educação (1998) nos Parâmetros Curriculares Nacionais⁵⁷. Esses temas podem compor e complementar as atividades previstas na disciplina de Geografia. Em algumas situações de aprendizagem, apresentadas nos Cadernos de Geografia, há a inclusão desses temas em articulação com o conteúdo desenvolvido.

A Geografia tem como objeto de estudo o espaço geográfico. Este se constitui como político, cultural, social, físico e ambiental. É, ao mesmo tempo, concreto e abstrato. Segundo Pontuschka (1996), os professores de Geografia, por trabalharem com noções de tempo e espaço, com a história das sociedades e da natureza, têm um importante papel na contribuição para a formação da cidadania de seus alunos. Assim, cabe ao ensino de Geografia desenvolver linguagens e princípios que permitam ao aluno ler e compreender o mundo contemporâneo, priorizando a compreensão do espaço geográfico como manifestação territorial da atividade social, em todas as suas dimensões e contradições de ordem econômica, política, cultural e ambiental. Nessa perspectiva é que o Currículo de Geografia assenta-se sobre os conceitos de Território, Paisagem, Lugar, Região, Globalização, trazendo a linguagem cartográfica como um forte subsídio ao entendimento desses conceitos. Assim professor(a), centre o seu planejamento, como já foi afirmado nas

⁵⁷ “Nas várias áreas do currículo escolar existem, implícita ou explicitamente, ensinamentos a respeito dos temas transversais, isto é, todas educam em relação a questões sociais por meio de suas concepções e dos valores que veiculam nos conteúdos, no que elegem como critério de avaliação, na metodologia de trabalho que adotam, nas situações didáticas que propõem aos alunos. Por outro lado, sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para explicá-los; ao contrário, a problemática dos temas transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento.” PCN (p.26, 1998)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

linhas iniciais, no Currículo Oficial de Geografia e considere os conceitos listados, que podem ser desenvolvidos em todas as séries, dentro dos conteúdos selecionados para cada uma delas.

Referências Bibliográficas:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Caderno do Professor: geografia, Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série, volumes 1 a 4 / Secretaria da Educação; Coord. Geral Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2009.

Caderno do Professor: geografia, Ensino Médio – 1º ao 3º ano, volumes 1 a 4 / Secretaria da Educação; Coord. Geral Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2009.

Ciências Humanas e suas tecnologias/Secretaria de Educação Básica: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Orientações Curriculares para o Ensino Médio; volume 3.

PONTUSCHKA, N. O perfil do professor e o ensino/aprendizagem da Geografia. Cadernos CEDES, São Paulo, n. 39, dez/1996.

SAVIANI, D. Educação; do senso comum à consciência filosófica. São Paulo, Cortez/ Autores Associados, 1987.

São Paulo (Estado). Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas Tecnologias. São Paulo: SEE, 2010.

3.3.4.3 *História*

Este texto pretende apontar algumas possibilidades para apoiá-lo(a) no momento de planejar o ano letivo de 2013. A partir delas você deverá olhar para a realidade específica de sua escola, dos anos/séries em que lecionará e a especificidade de cada turma.

O planejamento articula objetivos, propostas, conhecimentos, vontades e desejos. Quando é feito planejamento, o intuito é sistematizar um trabalho que garanta aos alunos o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

domínio de tudo o que está previsto no currículo. Sendo esta nossa finalidade maior, sabe-se, entretanto, que transformar o plano em prática é uma tarefa de muitos desafios.

Para a construção de um plano de ensino realizável, é fundamental, antes de tudo, desenvolver um bom diagnóstico da aprendizagem dos alunos e a necessária adequação do currículo.

A SEE entende que o planejamento não é apenas uma atividade burocrática realizada para atender às solicitações da administração escolar, mas o princípio a partir do qual se desenvolve a prática pedagógica. Portanto, não se esgota neste momento inicial, mas se estende por todo ano letivo.

Nosso trabalho parte da consideração de que o currículo é um conceito que apresenta três manifestações que se complementam, “distinguindo-se o currículo formal (ou pré-ativo ou normativo), criado pelo poder estatal, o currículo real (ou interativo), correspondente ao que efetivamente é realizado na sala de aula por professores e alunos, e o currículo oculto, constituído por ações que impõem normas e comportamentos vividos nas escolas, mas sem registros oficiais” (BITTENCOURT, 2004, p. 104).

Reflexões sobre as adequações do currículo para 2013:

Os conteúdos são meios que amparam professores e alunos no processo de desenvolvimento de capacidades, compreensão de conceitos e organização dos fenômenos sociais situando-os historicamente. De acordo com Bezerra (2005, p.38-9), “a necessária seleção de conteúdo faz parte de um conjunto formado pela preocupação com o saber escolar, com as capacidades e com as habilidades, e não pode ser trabalhada independentemente”. Assim, quando pensamentos em organizar o planejamento de História para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, foi feita uma seleção de conceitos, conteúdos, habilidades e competências consideradas imprescindíveis para a formação dos alunos.

Parte dessa seleção está indicada no currículo formal e consagrada em materiais didáticos de diversa natureza. No entanto, o currículo não se limita ao currículo formal, por isso um



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

dos dados que você deve levantar junto aos documentos escolares (planos de ensino, diários de classe, avaliação final do ano letivo) é o que, efetivamente, os alunos estudaram no ano/série anterior, isto é, o currículo real. O currículo formal prevê uma série de conteúdos, habilidades e competências, mas nossa experiência aponta para o fato de que a execução não ocorre de forma homogênea em todas as escolas, anos, turmas.

É importante que você, professor(a), tenha clareza das habilidades e competências que pretende priorizar em cada atividade proposta. Cabe lembrar, que essas são desenvolvidas e mobilizadas no desenvolvimento dos temas e conteúdos propostos no currículo e não são exclusivas de uma ou outra situação de aprendizagem contidas nos Cadernos do Professor e do Aluno; elas não são pontuais, mas permeiam todas as séries/anos. Dessa forma, o diagnóstico inicial não deve priorizar se os alunos sabem conteúdos, mas se identificam diferentes fontes e sua importância para a construção da História, produzem textos articulando os conceitos, dominam as diversas linguagens e leituras.

Para auxiliá-lo(a) nessa escolha, as situações de aprendizagem dos Cadernos e as matrizes de referência para o SARESP de História trazem indicações das habilidades e competências.

Além dos temas, conteúdos, habilidades e competências, ao longo da escolarização dos alunos, os conceitos essenciais da formação histórica devem ser evidenciados: processo histórico, tempo e temporalidades históricas, sujeito histórico, cultura, historicidade e cidadania.

As Leis 10.639/03 e 11.645/08 na sala de aula:

Para as ações das leis 10.639/03 e 11.645/08 e ratificando o reconhecimento histórico e valorização das culturas indígenas e africana, a SEE visa proporcionar um caminho à reflexão sobre posturas e práticas coletivas relacionadas à discriminação e preconceitos vivenciados.

Esse momento de planejamentos pode ser voltado para a organização de ações em sala que contemplem os conteúdos pertinentes. O(A) professor(a) é o agente que levará para a sala de aula a crítica aos preconceitos e o exercício de convívio na diferença com a construção



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

de uma sociedade pluriétnica. Dessa forma, sugere-se que explore com seus alunos, o material sobre as temáticas existentes em suas escolas enviados por meio do programa de livros Sala de Leitura e outros para valorizar os conteúdos já previstos no currículo.

Presentes em praticamente em todas as séries do Ensino Fundamental e Médio, esses conteúdos podem ser potencializados com a apresentação de novos textos, imagens, notícias, informações, filmes e músicas. Além disso, a compreensão da diversidade etnicorracial, a questão das terras e direitos (indígenas e quilombolas), a presença das populações nativas na contemporaneidade, entre outras temáticas, colaboram para a formação do cidadão e enriquece o universo dos jovens, preparando-os para a convivência pacífica e respeito mútuo.

Referências Bibliográficas:

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo Cortez, 2004.

GRUPIONI, Luís Donisete; SILVA, Aracy Lopes da (Orgs.). A temática Indígena na Escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4. Ed. São Paulo/Brasília, Global/MEC: UNESCO, 2004.

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita a História Contemporânea. 3 Ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

3.3.4.4 Sociologia

É importante ressaltar que o currículo prescrito da rede pública paulista foi elaborado a partir da influência de autores como Karl Mannheim e Florestan Fernandes. Fernandes em seu texto “O Ensino de Sociologia na Escola Secundária Brasileira” faz uma reflexão sobre razões contidas no debate em torno da indução da sociologia no ensino secundário



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

brasileiro. Para este sociólogo brasileiro a real situação em que a sociologia pode contribuir para essa etapa do ensino, será como “técnica social”.

Um conjunto de métodos que visam a influenciar o comportamento humano. “Além disso, [...] não se pretende formar sociólogos, mas sim contribuir, pela visão sociológica da realidade, para formação de cidadãos dotados, no mínimo de discernimento e de capacidade de perceber relações novas e não triviais entre os elementos das suas experiências de vida. Assim, o alvo do aprendizado não é apreensão de conceitos, mas uma relação com a realidade social nuançada e diferenciada do que a do senso comum.” (Currículo do Estado de São Paulo, pág. 133).

O ensino de sociologia na educação básica como técnica social justifica-se, pois se consagrou na base civilizatória do ocidente a partir da modernidade, a utilização desses recursos para observação e análise da vida social em substituição aos mecanismos ancorados em tradições e costumes. Não que estes não mais operem no seio da sociedade, contudo, as novas formas de organização social da vida pública serão gestadas por processos racionais e planejados.

Esse é um dos primeiros pontos que integram a análise de Florestan Fernandes, que num segundo momento procura compreender a real viabilidade da disciplina diante do sistema educacional vigente em seu período. Sendo assim, a sociologia estará em um nível intermediário entre a formação básica e formação do ensino superior. Não podendo ser inserida no contexto de um aprofundamento dos conteúdos científicos específicos, pois senão perderá o seu efeito de técnica social. A conformação do ensino de sociologia se posiciona num modelo de educação que por muitas vezes é estático. Neste caso, o professor e o currículo poderão fazer a devida transposição didática para que os conhecimentos dessa ciência tomem-se acessíveis para os alunos nessa fase da escolarização.

Assim, neste sistema que Fernandes considera estático, a presença da sociologia se insere como um preparativo para que os educandos possam dar continuidade aos estudos das ciências sociais na etapa educacional seguinte. Quando a sociologia se destaca como uma técnica social, não se excluindo o seu papel reflexivo-crítico, e de estar em consonância com as transformações socioculturais e históricas em que a civilização ocidental enfrentou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

e vem enfrentando nos últimos tempos com o modelo capitalista. Mostrar aos sujeitos o conhecimento sobre seu meio trata-se de uma “necessidade” cultural.

A sociologia e o sociólogo na escola poderão articular métodos e conceitos para entender a realidade brasileira, assim como outras realidades; que comportam e convivem com as ausências, conflitos, contradições. Observar como a sociedade molda seu desenvolvimento em formas racionais de “progresso social” é uma tarefa fundamental dessa ciência. Conforme as intenções do Currículo oficial, *“o currículo de sociologia para o Ensino Médio tem como principal objetivo desenvolver um olhar sociológico que permita ao aluno compreender e se situar na sociedade em que vive”* (Currículo do Estado de São Paulo, pág.135).

Ao professor cabe resguardar o chamado estranhamento e desnaturalização do olhar sobre as estruturas e a própria organização da sociedade. Minimamente, este será o papel da sociologia junto com as demais ciências: oferecer aos educandos ao menos os rumos que possam tomar para fazer parte dos processos sociais em curso, pensando no tipo de desenvolvimento que desejam para da sociedade em que estão inseridos.

Assim, com o presente currículo, reafirma-se que a volta da sociologia ao Ensino Médio apoia-se no reconhecimento de que a democratização do acesso ao conhecimento científico tem na sociologia, como ciência humana produtora de conhecimentos específicos, uma mediação indispensável para atingir o objetivo de incrementar a participação consciente, racional e bem informada dos cidadãos nos assuntos públicos. (Currículo do Estado de São Paulo).

O currículo de sociologia do Estado de São Paulo compartilha das orientações nacionais que afirmam que ensino deva contribuir para o *“aprimoramento do educando como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”*, utilizando então da opção metodológica contidas nas OCN(s), o *“papel central que o pensamento sociológico realiza é a desnaturalização das concepções ou explicações sociais”*, trazendo então mais um aspecto imprescindível: que esta ciência proporcione *“mas não exclusivamente ela, e que está ligado aos objetivos da filosofia e das ciências*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

humanas, [...] o estranhamento.” A partir dessas premissas e para ampliar a visão dos temas em sala de aula será necessário à utilização do método do distanciamento, afastando então os alunos das relações que lhe são familiares, para a possível reflexão crítica.

O princípio metodológico do estranhamento e desnaturalização têm a ver com o desvelamento de situações em que a falta de pensamento crítico, os costumes ou as rotinas sociais colocam-nas como naturais. Neste campo pode-se citar vários exemplos: a dominação masculina fundamentada em aspectos biológicos, a questões diversidade; que por vezes contribuem para a desigualdade; as visões estereotipadas sobre a cultura do outro; a violência (visível e invisível), e ainda utilizada como forma de resolver conflitos, de modo que, internalizada nas relações sociais trazem situações limite para a convivência social.

A desnaturalização do olhar significa perceber que a realidade vivida pode ser uma construção histórico-social, marcada por interesses privados e de classes. Um olhar de estranhamento e desnaturalização sobre os conteúdos e fenômenos da vida social possibilita desbravar um universo cercado de ideologias, que molda comportamentos, constrói símbolos e, por vezes, assegura posições de privilégios para determinados indivíduos ou grupos.

Cabe sempre refletir quando for utilizar a expressão “isso é natural”, pois esta expressão ou atitude pode estar legitimando situações culturais criadas e assimiladas a partir das relações sociais: significa então, por exemplo: um olhar crítico sobre o desemprego na sociedade capitalista, refletindo e superando visões que somente culpabiliza o sujeito, atentando então para as questões estruturais e conjunturais; um olhar de desnaturalização sobre a perda da dignidade humana em situações onde atores se conformam com a condição de não cidadania, alegando causas e providências divinas. Desnaturalizar o olhar significa refletir sobre a padronização dos comportamentos a partir dos meios de comunicação de massa, da indústria da cultura e dos valores consumistas. Constatar a alienação presente na sociedade e os reflexos da não participação cidadã nos assuntos públicos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

É importante que estejam presentes não somente os conhecimentos da sociologia, mas também das demais disciplinas que compõem as ciências sociais: antropologia e ciência política. Há também de perceber os *“problemas sociais que afetam a vida em sociedade, mas com articulação rigorosa com conceitos e teorias sociológicas”*. (Currículo do Estado de São Paulo)

Outro fator considerado relevante para o trabalho do professor de sociologia para alunos de Ensino Médio da rede pública paulista será o diálogo: *“o princípio pedagógico que orienta essa proposta é o do estabelecimento de um diálogo entre o professor e o aluno, pensado como um recurso para superar os limites de uma aula meramente expositiva”*. (Currículo do Estado de São Paulo)

Indicações de material de apoio:

Para também subsidiar o processo de ensino aprendizagem em Sociologia e nas demais disciplinas, a partir de 2013, o professor poderá contar com obras de caráter acadêmico e paradidáticos do campo das ciências sociais e ciências humanas em geral que comporão o acervo do Programa de Livros com os projetos Leitura do Professor e Sala de Leitura. Esse material estará nas escolas a fim de possibilitar acesso a recursos de aprofundamento teórico aos temas do currículo tanto para professores quanto para os estudantes do Ensino Médio.

Como forma complementar a reflexão e o aprofundamento dos estudos, sugere-se como material de Leitura para professor, a coleção Explorando o Ensino, material elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) e disponibilizado integralmente para download em sua página na internet. O Volume 15 é dedicado à sociologia. Nele, a partir de artigos escritos por especialistas, são abordados o contexto do ensino de Sociologia no Brasil e temas básicos das ciências sociais. O volume encontra-se disponível pelo sítio: <http://portal.mec.gov.br>, acessado em 14/01/2013.

Outro material já à disposição do professor de ensino médio são as coleções de filmes do projeto “O Cinema vai à Escola”, que faz parte do programa “Cultura é Currículo”.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Trata-se de material contendo duas caixas com 20 e uma com 10 filmes cada compondo o acervo das escolas de Ensino Médio. Tais materiais são escolhidos e analisados para possibilitar uma ampliação do repertório cultural da comunidade escolar a partir de obras audiovisuais que possibilitem reflexões nas mais distintas áreas e disciplinas. Juntamente com os filmes, há o material de apoio, os cadernos de cinema do professor, com dicas e sugestões de trabalhos com os filmes componentes do projeto. Este material de apoio para o trabalho com os filmes possui quatro volumes no total, acompanha as caixas com os DVDs, mas também podem ser acessados para download no sítio do projeto: <http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/Cinema/Cinema.aspx?menu=14&projeto=3>, acessado em 14/01/2013.

O profissional que poderá auxiliar a jornada do professor de Sociologia é o Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico - PCNP, o qual se encontra na Diretoria de Ensino. A função do PCNP é dar subsídios aos professores que atuam em sala de aula procurando orientá-los pedagogicamente, oferecer e sugerir recursos didáticos que podem ser proveitosos no trabalho do professor em sua prática didática, assim como também procura proporcionar uma continuidade na formação acadêmica do professor, com cursos teórico-metodológicos da área de Ciências Humanas, das disciplinas ou em didática.

Educação e pesquisa sociológica na escola:

Levando em conta a concepção de escola como um espaço privilegiado de análise sociológica, sugere-se a reflexão sobre a pertinência de uma atuação que leve em consideração a pesquisa desse e nesse lócus, uma vez que dada a complexidade das interações sociais que emergem na escola, o professor possa se valer do aparato metodológico-científico fornecido pelas ciências sociais e a partir de sua “curiosidade” de pesquisador possa promover análises e sistematizações dos problemas e características sociais, culturais e políticas de seu ambiente de atuação. Essas pesquisas podem auxiliar na composição de um perfil da escola e da sua interação com a comunidade e, a partir disso, subsidiar ações de melhorias nos processos de ensino-aprendizagem e aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Portanto, nesse momento do planejamento, havendo outros professores da disciplina ou os demais das ciências humanas, sugere-se que possam realizar um diálogo e uma sistematização de ideias levando em consideração as seguintes questões: Como avaliam esses quatro anos de sociologia na escola? Quais as mudanças que podem ser observadas, na relação com os alunos, com o aumento da carga horária da disciplina de Sociologia? Como pensar a articulação entre conteúdos e habilidades do currículo? Quais os limites e possibilidades de avaliações do processo no ensino de Sociologia que vislumbram a partir da ampliação da carga horária da disciplina? Em que medida pretende utilizar o livro didático? Como pensam sobre a presença do sociólogo na escola? No contexto em que atuam, quais problemáticas poderiam ser objetos de pesquisa com interesses à comunidade escolar?

A SEE entende ser fundamental que o professor elabore seu plano de ensino a partir do currículo e que o faça diante do seu repertório acadêmico-pedagógico e das condições reais que encontrará em seu cotidiano escolar. Esse planejamento inicial tem caráter eminentemente sugestivo, uma vez que é o profissional da educação o mediador de saberes e das maneiras como irá articulá-los com vistas à aprendizagem dos educandos, sujeitos centrais do processo.

Ressalta-se a importância que se vê em socializar coletivamente os impasses e resultados em andamento ou obtidos com a experiência em sala de aula, na medida em que o conhecimento é uma construção coletiva e não individual, ou seja, que ao fazer a socialização das percepções elaboradas no âmbito do vivido, adquire-se melhor compreensão de suas condições, complexidade e consequências.

Por fim, faz-se necessário reforçar a importância do diálogo em todos os níveis: entre professores e alunos, professores de área, demais professores, equipe gestora, para que haja um planejamento pedagógico com participação de todos. Que a interdisciplinaridade seja um fator intrínseco ao trabalho docente e que a busca de uma escola pública que atenda a diversidade esteja no bojo das intenções de todos os educadores e comunidade nela envolvidos. Além disso, o planejamento pode sempre ser revisto, numa perspectiva de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

ação-reflexão-ação, de modo a entender seu contexto e construir mais significado para as práticas docentes.

Referência Bibliográfica:

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2ª edição, Petrópolis: ed. Vozes, 2009.

CANDIDO, Antonio. A estrutura da escola, in: In PEREIRA, L., FORACCHI, M. M. Educação e sociedade. 11ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

FERNANDES, Florestan. A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1980.

MILLS, C. Wright. Sobre o Artesanato Intelectual e outros Ensaio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MOREIRA, A. F.B; SILVA, T. T. Currículo, Cultura e Sociedade. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

SCHRIJNEMAERS, Stella Christina; PIMENTA, Melissa de Mattos. Sociologia no Ensino Médio: escrevendo cadernos para o projeto São Paulo Faz Escola. Cad. Cedes Campinas, vol. 31, n. 85, p.405-423, set.-dez. 2011. Disponível: <http://www.cedes.unicamp.br>, acesso em 14/01/2013.

Sugestões de Vídeos:

11 Curtas de Jorge Furtado. Casa de Cinema de Porto Alegre. Ano de Produção 1984-2004. Duração 185 minutos. Distribuição Artesanal Digital Cine Clube.

Sociedade midiática e o papel das novas tecnologias na educação. Disponível na Rede do Saber / Videoteca. Secretaria Estadual da Educação: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/>, acesso em 14/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

MORAES, Amaury Cesar; TOMAZI, Nelson. Sociologia no Ensino Médio. São Paulo. Attamídia e educação. São Paulo, Paulus, 2008.

3.3.5 Temas Transversais

Os temas transversais, segundo o Ministério da Educação (MEC), *“são temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política”*. Endossando essa afirmativa, há a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Currículo, assim, tais documentos ressaltam, também, que a finalidade da educação é formar o jovem para a cidadania e para o trabalho.

Nesse contexto, os conteúdos dos temas transversais nas disciplinas do Ensino Fundamental e Médio, contribuem para a formação humanística do jovem, diante da multiculturalidade, se as situações de aprendizagens forem apreendidas pelos estudantes. Esse fato se dá quando o docente apropria-se da realidade, do cotidiano e da leitura de mundo do discente, e os conecta aos temas da atualidade, estes, presentes nos temas transversais. Atenta-se que, estes são os eixos geradores de saberes, a partir das experiências dos alunos, assim como os eixos de conexão entre os conteúdos tradicionais.

Neste documento foram elaborados textos de orientação em cinco temas transversais: *Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação Fiscal, Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação em Saúde*. Importante lembrar que esses são alguns dos temas possíveis, sendo uma forma de estímulo aos (às) professores (as) o desenvolvimento de trabalhos a partir da perspectiva da transversalidade da abordagem dos conteúdos que permeiam o Currículo.

3.3.5.1 Educação Ambiental

Em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), definiram um conjunto de temas: ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo — conhecidos como Temas Transversais. De acordo com este documento a inclusão da educação ambiental na educação formal deve se dar de maneira transversal e interdisciplinar.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

A transversalidade no currículo escolar prioriza e contextualiza questões referentes ao meio Ambiente de acordo com as realidades locais e regionais. Dessa forma, pode estabelecer na prática educativa, não só uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados, como também questões da vida real e da sua transformação (MEC/SEF, 1997 e 1998).

A inserção da EA nas ações escolares está fundamentada também pelas Políticas de Educação Ambiental, tais como a Política Nacional de Educação Ambiental⁵⁸ (Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999) e na Lei Estadual de Educação Ambiental⁵⁹ (nº 12.780, de 30 de novembro de 2007). Essas leis definem objetivos e princípios da Educação Ambiental.

Outro documento importante para conhecimento é a Resolução nº 2, de 30 de Janeiro 2012 do Ministério da Educação que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articuladas com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Ela em seu capítulo I, Art. 10, destaca a obrigação que a SEE tem de atender em suas ações curriculares a legislação vigente, como, por exemplo, a Política Nacional de Educação Ambiental.

Nesse sentido, entende-se que a Educação Ambiental (EA) é um eixo temático de caráter transversal que deve permear por todas as disciplinas de nosso currículo escolar, em todas as modalidades do ensino formal, portanto, cada professor tem a responsabilidade de compreender, estudar e discutir junto a seus pares de disciplina, de sua área do conhecimento ou entre equipes interdisciplinares, a educação ambiental no âmbito escolar, seja para desenvolver a temática em sua disciplina específica, seja em parceria com seus pares e/ou com outras instituições formais ou não formais.

Desenvolver ações e projetos que envolvem as questões sobre o meio ambiente é prática comum em nossas escolas, porém é importante refletir sobre o que de fato é executar a educação ambiental. As informações aqui presentes pretendem contribuir com essa reflexão e, consequentemente, com o desenvolvimento de uma Educação Ambiental melhor contextualizada.

⁵⁸ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em 14/01/2013.

⁵⁹ Fonte: <http://www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=74690>. Acesso em 14/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

O planejamento é um momento propício para fomentar esses debates sobre Educação Ambiental e também para buscar fundamentação das concepções que a orientam. Isto pressupõe que, na elaboração do Projeto Político Pedagógico de cada escola, os elementos conceituais que orientam a Educação Ambiental devem estar presentes.

Na escola, a educação ambiental pode ampliar conhecimentos em uma diversidade de dimensões, aprendendo com as culturas tradicionais, estudando a dimensão da ciência, abrindo oportunidades para a participação em políticas públicas de meio ambiente e para a produção do conhecimento, tendo como foco a sustentabilidade socioambiental. Desta forma, contribui para despertar a condição de cidadania ativa, ampliando seu significado para um movimento de pertencimento e corresponsabilidade das ações coletivas, visando ao bem-estar da comunidade.

Educação Ambiental Crítica na SEE:

A educação ambiental crítica, abordagem adotada pela Secretaria da Educação, compreende a complexidade da problemática ambiental que envolve natureza, sociedade, ser humano e educação, exigindo amplo trânsito entre ciências sociais e naturais e a filosofia, dialogando e construindo pontes e saberes transdisciplinares. Dessa forma, o processo educativo não se restringe ao aprendizado individualizado dos conteúdos escolares, mas ocorre na relação do um com o outro, do um com o mundo, afirmando que a educação se dá na relação.

Assim, um dos propósitos da educação ambiental crítica é promover “a construção de espaços educadores sustentáveis, visando processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais”, para que seja possível propiciar um processo educativo onde educandos e educadores se formem e contribuam, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que a sociedade vivencia.

A abordagem crítica, transformadora e emancipatória, que tem como referenciais no campo da educação o pensamento crítico de Paulo Freire e de autores como Edgar Morin, dentre outros, propõe uma educação baseada em práticas, orientações e conteúdos que transcendem a preservação ambiental. E deve considerar a abordagem transdisciplinar:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013



Associado ao papel do educador na contemporaneidade, a inserção da educação ambiental numa perspectiva crítica ocorre na medida em que o professor assume uma postura reflexiva diante do problema socioambiental, quando ele é capaz de potencializar e ampliar a participação e responsabilidade socioambiental de seus alunos e de si próprio na construção de uma sociedade mais sustentável, ambiental e socialmente mais justa e equilibrada.

Para ampliar a participação de todos e a responsabilidade socioambiental dentro do contexto escolar destaca-se o papel dos gestores neste processo de articulação e mobilização das ações voltadas para a educação ambiental. Os gestores (diretor, vice-diretor e professor coordenador) são atores fundamentais na construção/consolidação de práticas educativas associadas à educação ambiental, já que podem auxiliar, propor, divulgar e articular as ações de seus professores e alunos.

Temáticas e eventos em meio ambiente – aplicando educação ambiental crítica:

A partir do exposto, sugere-se que todas as ações, projetos, aulas etc. relacionados à temática socioambiental estejam articuladas a uma postura crítica. A seguir, são apresentados alguns temas geradores importantes que podem ser incorporadas no dia a dia escolar quando se trabalha a Educação Ambiental de forma articulada ao currículo:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Modos de produção e consumo: consumismo e consumo consciente – relacionados à Revolução Industrial e ao sistema capitalista; a relação do consumo; a obsolescência programada; a produção de mercadorias e a apropriação dos recursos naturais; a devastação dos ecossistemas; economia solidária, envolvendo aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos, além dos ambientais. A partir dessa visão mais complexa, é possível abordar a questão dos resíduos sólidos (lixo), as cooperativas, etc.

Biodiversidade: utilização dos recursos da biodiversidade, incluindo os interesses políticos e econômicos, sociais e ambientais que envolvem a questão; tráfico de animais, ética pela vida e conservação e preservação da diversidade biológica. Assim, trabalhar criticamente a temática ambiental é, inclusive, ir além dos conteúdos científicos.

Mas, para que a ação aconteça de modo emancipatório, é preciso adotar metodologias que privilegiem a participação do (a)s aluno (a)s, por meio de dinâmicas que permitam uma construção coletiva do plano/projeto a ser desenvolvido e/ou por meio de situações problema que propiciem uma análise crítica da situação analisada. E é agora, no planejamento, que tais formas de realizar essas ações precisam ser dialogadas com o grupo escolar.

Evento: IV Conferência Infanto-juvenil pelo meio ambiente – “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE) aderiu em 2012, por meio do Plano de Ações Articuladas junto ao MEC, à realização da IV Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente. Em 2013, a IV Conferência terá como tema: Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis, e, em nosso Estado ela acontecerá em três etapas: Conferência nas Escolas, Conferências Regionais, Conferência Estadual, que culminarão na Conferência Nacional.

A IV Conferência é uma iniciativa do governo federal e tem como objetivos: contribuir para tomar as escolas participantes da IV Conferência em espaços educadores sustentáveis; fortalecer a escola e a comunidade para influir nas políticas públicas locais em favor da sustentabilidade socioambiental; e elaborar, em âmbito nacional, um conjunto de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

propostas que possa contribuir com a formulação de políticas públicas em favor de escolas sustentáveis.

Enfim, a Conferência é uma oportunidade de exercitar discussões sobre políticas públicas, onde alunos podem apontar caminhos e soluções para a melhoria da qualidade socioambiental local e educacional. Constitui-se em uma etapa da construção coletiva que resultará na efetivação de um Projeto socioambiental.

O processo exige que todos passem a olhar para os problemas socioambientais mais urgentes e definam o que é possível fazer em cada escola e comunidade. Outro tipo de decisão numa conferência é a escolha de representantes – delegadas e delegados – com a responsabilidade de levar adiante as propostas discutidas e definidas como importantes.

Considerando-se a abrangência da proposição, é de fundamental importância que gestores e professores de todos os componentes curriculares, além de funcionários, pais e demais membros da comunidade escolar, além dos alunos, que são os protagonistas do processo, podem e devem se envolver com a Conferência, inclusive definindo, coletivamente, um período de preparo e uma data para sua realização no primeiro semestre de 2013.

O evento está em andamento e todas as escolas de Ensino Fundamental II receberão as devidas orientações e o material produzido pelo MEC, ainda no início do primeiro semestre de 2013. Consulte o(a) Professor(a) Coordenador(a) de sua escola e/ou o(a) Professor(a) Coordenador(a) do Núcleo Pedagógico de sua diretoria de ensino.

Observação: professor (a), ressalta-se que as ações da educação ambiental devem ocorrer durante todo o ano letivo, evitando concentrá-las somente nas datas comemorativas, como o Dia do Meio Ambiente, Dia da Árvore entre outros.

3.3.5.2 Educação em Direitos Humanos

Os avanços e os horizontes da EDH nas escolas:

Após os diálogos do ano de 2012 terem sido iniciados versando sobre uma conceituação básica em tomo dos Direitos Humanos e a sua inserção no âmbito educacional, sob o rótulo da Educação em Direitos Humanos (EDH), o diálogo para 2013 apresenta a concretização do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

que estava apenas indicada como possibilidade: a homologação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em maio de 2012 (Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 CNE/Conselho Pleno⁶⁰). Portanto, a EDH agora é lei e os sistemas de ensino devem envidar esforços para que possam implementá-los em suas práticas escolares.

Cabe destacar aqui os princípios (artigo 3º) que regem as Diretrizes: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. São elementos que certamente possuem um grau de dificuldade grande na busca pela sua efetivação, o que, contudo, não deve ser motivo para desacreditá-los. Como se sabe, não é a existência de uma lei que concretiza as ideias que ela contém, contudo, a existência da lei indica uma demanda social, e o Estado reconhece a necessidade de criar condições para que elas sejam atendidas.

Nesse sentido, a existência das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos não é mais uma imposição, antes pode ser entendida como uma série de medidas que procure incentivar os sistemas de ensino, as escolas e os professores para que reivindiquem o que está, em tese, garantido em lei, efetivando os Direitos Humanos na sociedade e na construção de uma cultura e de valores que defendam os seus princípios.

A escola, assim, é um dos locais mais privilegiados para um desenvolvimento mais efetivo da cultura em Direitos Humanos. Segundo a concepção do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)

“[ela] é o local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas”⁶¹.

⁶⁰ . Fonte http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866 . Acesso em 14/01/2013.

⁶¹ BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2009. p.31.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

A afirmação do espaço escolar como ambiente privilegiado para promover e consolidar uma cultura em Direitos Humanos nos leva intrinsecamente à reflexão do espaço escolar como espaço de práticas democráticas de organização e convivência, baseadas em decisões coletivas envolvendo todos os agentes que o vivenciam cotidianamente, desde alunos até aos funcionários, e deve contemplar todas as decisões que concernem à vida escolar, não apenas a decisões relativas aos aspectos de ensino-aprendizagem, mas também aspectos financeiros, administrativos e comunitários. A escola e seus profissionais, portanto, são os primeiros sujeitos a se imbuírem de práticas voltadas para a garantia e defesa dos Direitos Humanos.

Certamente que não se transforma uma cultura por imposição, de uma hora para outra, e é somente na prática cotidiana, aliada à promoção da Educação em Direitos Humanos em todos os âmbitos da vida escolar que ela pode se consolidar como prática vivida, numa atitude que é crítica e reflexiva frente à realidade que cada aluno vivencia em sua vida. Em suma, é responsabilidade de todos a efetivação de uma cultura em Direitos Humanos no ambiente escolar, que pode levar à construção de uma sociedade e mundo menos injusto e desigual. Um mundo em que prevaleçam o diálogo sobre a força, ou seja, a democracia sobre a ditadura, reforçando cada vez mais a humanidade que reside em cada um.

Não se faz necessário pomenorizar os aspectos teóricos e práticos da EDH em sala de aula, na medida em que a SEE acredita que o documento de 2012, publicado no site da Secretaria da Educação, ainda contempla de forma satisfatória o que era necessário destacar inicialmente. Ali, como forma de complementar, estão algumas sugestões de trabalho em torno da questão dos Direitos Humanos, buscando ressaltar um aspecto que não é tão evidente dentro da temática: o direito ao acesso à informação e aos meios de comunicação.

Acredita-se que foi um tema acertado, na medida em que há uma lei nacional sobre o tema, a lei de acesso à informação (lei no 12.527/2011), que passou a vigorar no ano de 2012, cabendo aos órgãos governamentais em todas as esferas (nacional, estadual e municipal) a se adequarem quanto aos conteúdos tidos como de interesse público, como forma de garantir a transparência na gestão pública. A lei estabelece uma série de medidas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

que o setor público deve obedecer, para que se garanta o acesso das ações do Estado pela sociedade civil. É um passo importante frente a um controle social mais efetivo sobre os nossos governantes e gestores públicos.

Fica, assim, a indicação do texto de Planejamento Escolar 2012⁶². Ali você pode retomar os conceitos e questões que a EDH trabalha, no intuito de elencar algumas possibilidades de abordagem da temática na escola.

Acredita-se que de 2012 para 2013 novas perspectivas se abriram frente à EDH. Muito ainda está por fazer, contudo, assumindo o preceito das Diretrizes Nacionais, o nosso trabalho é o de efetivar concomitantemente ações de conhecimento e de formação continuada, junto aos professores, e buscando inserir a temática a todo o corpo escolar, desde funcionários até o centro de nossa ação pedagógica, os nossos alunos.

A SEE espera poder contribuir cada vez mais no desenvolvimento de práticas educativas humanizadas, relações pautadas pelo diálogo, na participação democrática, observando a integralidade e complexidade que envolvem os direitos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais.

Por fim, espera-se que os princípios colocados pela EDH possam inspirar um trabalho mais integrado e que mobilizem os diversos atores de sua unidade escolar, e quem sabe até mesmo a comunidade de seu entorno, na defesa e promoção, cada vez mais ampla, da dignidade humana em sua diversidade e diferença.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acessado em 14/01/2013.

⁶² Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/escolas-se-preparam-para-o-planejamento-anual-veja-orientacoes-da-secretaria>, Acesso em 14/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2191&Itemid=. Acessado em 14/01/2013.

CANDAU, Vera Maria. Educação em Direitos Humanos: desafios atuais, in: SILVEIRA, Rosa Maria [et. al.]. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. Disponível: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/index.htm>. Acessado em 14/01/2013.

LOPES, Iriny. Indusão social passa pelo direito à comunicação. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/inclusao_social_passa_pelo_direito_a_comunicacao. Acessado em 14/01/2013.

MORAES, Amaury César (coord.). Sociologia: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15). Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/003PRODUTOS/Livros/Explorando%20o%20Ensino.pdf>. Acessado em 14/01/2013.

REIS, Rossana Rocha. A América Latina e os direitos humanos, in: Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.2, p. 101-115.

THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo de ensino-aprendizagem, in: Revista Brasileira de Educação, v. 3, nº 39. Rio de Janeiro, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782008000300010&script=sci_arttext. Acessado em 14/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.3.5.3 Educação Fiscal na Escola

A educação é o processo pelo qual o indivíduo constrói o seu conhecimento, transformando-o em ações concretas, que evidenciarão o seu modo de ser. Os direitos que constituem a cidadania são sempre conquistas, resultado de um processo histórico no qual indivíduos, grupos e nações lutam para adquiri-los e fazê-los valer. A cidadania é também uma prática, por isso, sociólogos, antropólogos e educadores salientam a importância crescente dos movimentos sociais para a sua construção. A Educação Fiscal faz parte desta conquista e tem por missão *"Conscientizar a sociedade, através da escola a respeito da função socioeconômica do tributo. Além disso, busca o despertar do cidadão para acompanhar a aplicação dos recursos postos à disposição da Administração Pública, tendo em vista o benefício de toda a população"* (PNEF, Folder Institucional). Propicia a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controles social e fiscal do Estado. O tributo é um instrumento que pode e deve ser utilizado para promover as mudanças e reduzir as desigualdades sociais. O cidadão, consciente da função social do tributo como forma de redistribuição da Renda Nacional e elemento de justiça social, é capaz de participar do processo de arrecadação, aplicação e fiscalização do dinheiro público, transformando nossa realidade e diminuindo assim o foco de desigualdades sociais existentes. A Educação Fiscal para a construção da Cidadania tem sido uma preocupação não apenas de âmbito nacional, mas mundial. Educar para o desenvolvimento de uma consciência crítica como habilidade a ser desenvolvida nas Escolas tem sido uma preocupação da Organização Mundial de Educação desde a década de 1990 quando se começou a repensar a educação para o século XXI. Face aos múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável da humanidade na construção dos ideais de paz, liberdade e justiça social. A justiça social tem na consciência os direitos e deveres sua pedra angular. A construção de uma sociedade democrática e produtiva tem suas raízes no conhecimento que permite às pessoas atuarem como cidadãos, exercendo a cidadania consciente de sua responsabilidade social, responsabilidade compartilhada entre o Estado, a Administração Pública e os Cidadãos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Esses saberes poderão ser trabalhados de forma articulada com as diversas áreas do conhecimento, por meio de diferentes linguagens: textos, músicas, poesias, artes visuais, artes cênicas, entre outras.

Propostas interdisciplinares podem envolver, por exemplo, investigações e pesquisas na história e na sociologia sobre os tipos de governo em diferentes épocas e sociedades para estudar a relação entre governos e tributação, surgimento das cidades, sistemas políticos, como eram as tributações, para o que serviam os impostos, enquanto na matemática levantamentos de dados, construção de tabelas, gráficos, cálculos numéricos e algébricos, juros e porcentagens e regra de três relativos aos temas estudados de forma a compreender como se alcançou o atual conceito de educação fiscal ligada à cidadania e democracia.

Referências:

AMED, Fernando Jose; NEGREIROS, Plínio Jose Labriola de Campos. História dos Tributos no Brasil. São Paulo: Nobel, 2000.

D'AMBROSIO, U. Etnomatemática: Arte ou técnica de explicar e conhecer. São Paulo: Editora Ática, 1988. 88p.

D'AMROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2005. 110p. Tendências em educação matemática.

FERREIRA, E.S. Etnomatemática: Uma proposta metodológica. Rio de Janeiro: MEM/USU1997. 101p. (Série Reflexão em Educação Matemática, 3).

FERREIRA, Mariana K. Leal. Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos. São Paulo: FAPESP: Global, 2002. 280p. (Antropologia e educação).

SKOVSMOSE, Ole. Educação Matemática Crítica: Uma questão de Democracia. Campinas: Papirus Editora, 1ª edição, 2001.

Páginas da Rede (internet) que podem ser consultadas:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

<http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br>, Acessado em 14/01/2013 - página do site do Ministério da Fazenda, com explicações sobre a história dos tributos ao público infanto-juvenil.

<http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>, Acessado em 14/01/2013 - página com lista atualizada de tributos (impostos, contribuições, taxas, contribuições de melhoria) existentes no Brasil.

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>, Acessado em 14/01/2013 - página da Receita Federal com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado, Acessado em 14/01/2013. - página do Senado com o Orçamento da União.

3.3.5.4 Educação das Relações Étnico-Raciais⁶³

Nesse momento de planejamento para as atividades do ano letivo de 2013, entendeu-se ser oportuno apresentar inicialmente um breve histórico da trajetória que levou a educação das relações étnico-raciais a se tornar obrigatória no contexto da educação brasileira.

Suas definições foram prescritas a partir de um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas⁶⁴, dos quais aqui serão contextualizados alguns.

O modo como ela vem sendo desenvolvida nos estabelecimentos de ensino ainda está em aperfeiçoamento. Pesquisas indicam, contudo, haver ainda grande resistência para tratar dessa temática, seguramente por desconhecimento de sua necessidade, o que ocasiona

⁶³ Mais informações disponíveis no item 3.5.2 – Educação das Relações Étnico-Raciais.

⁶⁴ Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei e o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

preconceito e negação às ações, projetos e conteúdos na perspectiva da educação étnico-racial⁶⁵.

Essas pesquisas apontam ainda que para além de ações que ocorrem isoladamente, promovidas por alguns educadores comprometidos com o tema, há algumas experiências significativas em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até os cursos de licenciatura do nível superior que estão sendo sistematizadas e socializadas pelos órgãos responsáveis.

Assim, a partir da leitura desse histórico, das sugestões para aprofundamento do tema e de materiais de apoio, espera-se que os (as) professores (as) tomem contato com o assunto e que compreendam sua importância, bem como o fato de que ele deve perpassar todo o currículo em todos os níveis e modalidades de ensino. Que a educação na perspectiva das relações étnico-raciais é educar para a igualdade racial, a qual tanto se busca nesse país para torná-lo socialmente mais justo a todos (as).

Relações étnico-raciais e humanidade:

Muitas das atrocidades presentes na História podem ser atribuídas à incompreensão das diferenças que constituem a humanidade. A recusa à coexistência de diversos grupos humanos e às suas distintas maneiras de viver tem como uma das causas o etnocentrismo, ou seja, quando entende-se que só a cultura da qual se faz parte é legítima, complexa e assim, desvaloriza-se as demais formas de vida, as julgando como atrasadas e inferiores⁶⁶.

Grandes cruzadas, guerras e colonizações exterminaram imensas populações tão plurais com intuítos supostamente nobres como civilizar, catequizar, democratizar ou purificar as raças. A incompreensão do “outro” se mostrava tanto por suas características físicas, bem como por suas manifestações culturais e formas de governo.

⁶⁵ Pesquisa: “Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-raciais na Escola na Perspectiva da Lei 10.639/03” coordenada pela Dra. Nilma Lino Gomes, da Faculdade de Educação da UFMG e financiada pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e a Representação da UNESCO no Brasil.

⁶⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Claude Lévi-Strauss. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os Pensadores).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Fatos como o holocausto produzido pelo partido nazista alemão, ficaram marcados como exemplo recente na história do mais alto grau de barbárie que a humanidade atingiu. Bem antes dele, porém, a escravização de africanos e a colonização de terras indígenas mostraram a perene busca pelo poder e dominação do “outro” ao ponto de destituí-lo de sua condição humana, tornando objeto de trocas econômicas de sistemas de produção.

Atualmente a incompreensão acerca das culturas orientais tem causado fenômenos de xenofobismo exacerbados, aumentando assim a intolerância e a exotização para com as maneiras de viver de povos do que se convencionou intitular oriente. Tal processo também é fruto do que se denomina eurocentrismo, uma visão ideológica presente na concepção da maioria das sociedades ocidentais, em que se nega a complexidade e legitimidade das outras culturas.⁶⁷

Relações étnico-raciais no contexto brasileiro:

Tais acontecimentos ressoaram na formação da diversidade brasileira, pois com as calamidades mundiais promovidas por ódios raciais em meados do século XX, havia, no imaginário científico internacional da época, certa imagem de que o Brasil era um paraíso das relações raciais. Que em seu território, convivassem sem conflitos ou guerras sem prejuízos à cidadania, diversos grupos étnicos oriundos tanto do processo de colonização, como das imigrações.⁶⁸

Estudiosos pensavam o Brasil como um laboratório de raças cuja miscigenação imprimia uma coesão social sem marginalizar povos historicamente subalternizados como indígenas e descendentes de africanos.

Assim, em 1950 a UNESCO empreendeu uma pesquisa que contou com cientistas nacionais e internacionais para compreender quais eram as especificidades das relações raciais brasileiras. Essas pesquisas mobilizaram parte dos teóricos brasileiros e ao seu cabo, se constatou que o Brasil não possuía a tão pretensa e desejada harmonia racial e sim havia criado uma forma de lidar com essa questão que mantinha as concepções racistas

⁽⁶⁷⁾ SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg, São Paulo: Cia das Letras, 2007

⁽⁶⁸⁾ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

sutilmente disfarçadas pelas relações de cordialidade. Ou seja, “no Brasil ninguém era racista, mas conhecia outro brasileiro que era!” Chamou-se a esse fenômeno de “mito da democracia racial”.⁶⁹

A partir dessas pesquisas, durante os anos 60 e 70, os movimentos sociais, alguns estudiosos das universidades, educadores, religiosos e profissionais autônomos promoveram diversificadas estratégias de denúncia do racismo que norteava as relações raciais no Brasil. Impactados com a política de apartheid sul africano, entendiam que legalmente o país não as adotava, mas no âmbito das relações sociais cotidianas a discriminação estava presente dificultando acesso aos estudos, bem como ao mercado de trabalho e a valorização de identidades plurais que construíram o país.⁷⁰

Com a conquista paulatina da democracia no Brasil, alguns marcos legais foram prescritos, como a Constituição (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), por exemplo, contudo, mostraram-se incipientes para modificar o quadro de desigualdades sociais causadas em boa parte pelos impasses e contradições de uma nação multirracial.

É importante compreender que desde a década de 1930 a ideologia de um país harmoniosamente mestiço suplantava a compreensão dos modos como o racismo operava socialmente no país. Dizer ou escrever sobre a presença de atitudes racistas no seio da estrutura social era tido como o próprio ato de racismo e até mesmo de infidelidade à pátria.

A partir das reivindicações em virtude do 300º aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, em 1995, que o então presidente Fernando Henrique Cardoso, nos primeiros discursos da gestão afirmou haver racismo no Brasil e que ele deveria ser combatido também institucionalmente. Ter afirmado oficialmente esse fato, proporcionou cobrar políticas públicas e ações pontuais acerca do combate ao racismo e valorização das diferenças que historicamente foram negligenciados.

⁶⁹ SANSONE, Lívio; PEREIRA, Cláudio. (Org.). *O Projeto UNESCO no Brasil 50 anos depois*. Salvador: EDUFBA, 2007

⁷⁰ VERENA ALBERTI; AMILCAR ARAUJO (ORG) *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2007.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

A partir do reconhecimento do racismo como um problema à democratização do país, algumas ações foram implementadas e tal processo foi bem mais intensificando quando em 2001 realizou-se em Durban, na África do Sul a Conferência mundial contra o racismo, na qual as nações se comprometeram com uma agenda institucional de ações contra as discriminações de todas as formas, inclusive o Brasil.

Com pressões causadas pelos desdobramentos dessa Conferência, em 2003 tornou-se promulgada, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 10.639/2003⁷¹ a qual, tramitava no legislativo há muitos anos fruto da agenda dos movimentos sociais negros. A partir da alteração de certos artigos da Lei no 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, induí-se no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Nesse mesmo ano e nos que se seguiram o governo brasileiro procurou criar secretarias, programas e projetos que dessem ênfase no cumprimento da lei, assessorando em conjunto com movimentos sociais os sistemas de ensino com materiais, cursos e avaliando sua aplicação em escolas. A própria lei ganha outros documentos oficiais que detalham e ampliam sua abrangência.

Em 2008 é sancionada a Lei 11645/2008⁷² que passa a garantir que o mesmo tratamento obrigatório seja dado também à história e cultura das populações indígenas brasileiras. Assim, contemplam-se dois grupos que tiveram suas histórias e culturas desfavorecidas no processo de formação da história brasileira, o que levou as escolas a não incorporá-los em suas práticas e não reconhecê-los como legítimos na composição sócio-antropológica do Brasil.

Para que essa obrigatoriedade prescrita fosse executada de fato pelos sistemas de ensino, em 2009 foi lançado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, o qual busca determinar quais são as ações primordiais a serem executadas, quais instituições são responsáveis por elas e em quanto tempo elas devem ser

⁷¹ Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/98883/lei-10639-03>. Acessado em 14/01/2013.

⁷² Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acessado em 14/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

feitas⁷³. A execução desse plano é acompanhada em cada estado por Fóruns da Educação e Diversidade Étnico-Racial, os quais são compostos por representantes das instituições oficiais e da sociedade civil.

A educação das relações étnico-raciais no estado de São Paulo⁷⁴:

Hoje a CGEB conta com o com o Centro de Atendimento Especializado – CAESP, que possui um Núcleo de Indução – NINC. Entre outros assuntos, o NINC é responsável pela Educação das Relações Étnico-Raciais

O Estado de São Paulo, em 2003, criou o Programa São Paulo: Educando pela Diferença para Igualdade (2003-2006), em parceria com a Universidade Federal de São Carlos, objetivando desenvolver ações de formação continuada por meio de um curso para professores(as).

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE) realizou em 2004, em parceria com o MEC/SECAD, o Fórum Estadual de Educação e Diversidade Étnico-racial, contando com a participação de educadores das redes pública estadual e municipal de São Paulo. Realizou, ainda, em conjunto com o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, em novembro de 2005, o Seminário Diversidade Étnico-racial na Escola: Propostas e Desafios.

Em 2007, a SEE dirigiu seus esforços para implantar o Programa São Paulo faz Escola, que entre as várias ações elaborou novas propostas curriculares para toda a rede. O Programa propõe um currículo para os níveis de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. Cuidou-se para que os Currículos de História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Língua Portuguesa e Arte cumprissem a política educacional que reconhece a diversidade étnico-racial em correlação com a faixa etária e com situações específicas de cada nível de ensino.

⁷³ GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>. Acessado em: 14/01/2013.

⁷⁴ Dados obtidos a partir de:

SÃO PAULO, Coordenadoria de Normas Pedagógicas. Protocolo SEE: nº 261/0001/2010. Interessado: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Assunto: implementação da lei de história da África e cultura afro-brasileira.

SÃO PAULO, Coordenadoria de Normas Pedagógicas. RELATÓRIO GESTÃO 2007-2010.

SÃO PAULO, Coordenadoria de Normas Pedagógicas. Relatório das ações de implementação das leis 10639/2003 e 11645/2008 sobre educação das relações étnico-raciais e de ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena desenvolvidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Produziram-se, ainda, videoconferências intituladas O mês da Consciência Negra e o Museu Afro Brasil e História e Cultura Africana e Afro-brasileira e a lei 10.639/03 e seu impacto na rede de Ensino.

Além de implementação do Currículo do Estado de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, em 2008, realizou-se a campanha “120 anos de abolição – Racismo: Se você não fala quem vai falar?” acompanhada de videoconferências com especialistas. Ainda no ano de 2008 realizou-se a reestruturação do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnicorracial do Estado de São Paulo.

Ainda em conjunto com a Secretaria de Estado da Cultura, realizou-se, em 2009, o Projeto “África em Nós e na Sala de Aula”, e o I Seminário do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial do Estado de São Paulo, no qual foi lançado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

No ano de 2010, a Secretaria da Educação realizou cursos de formação para Professores Coordenadores da Oficina Pedagógica das 91 Diretorias de Ensino em: história e cultura africana e afro-brasileira nos componentes curriculares de história. Realizou também o Concurso Cultural: Escola faz Samba e houve no mês de novembro o Seminário: Superação da discriminação racial no ambiente educacional.

Em 2011 a Secretaria da Educação continua como membro do Fórum Permanente da Educação da Diversidade Étnico-racial de São Paulo (FEDER/SP) e incentiva os projetos descentralizados (PRODESC) pelos quais as escolas formulam projetos sobre a temática afro-brasileira e indígena, entre outros temas, dentro da perspectiva do currículo ou como temas transversais.

Sugestões de Aprofundamento ao Tema:

BRASIL, Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

SECAD; SEPIR, jun.2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secadi>. Acessado em 14/01/2013.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana. Brasília: SECAD/ME, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secadi>. Acessado em 14/01/2013.

Sugestões de Materiais de Apoio:

Livros:

ARAÚJO, Joel Zito. A Negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DIUOF, Sylviane. As tranças de Bintou. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na Sala de Aula. Visita a História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LIMA, Heloísa Pires. Histórias da Preta. São Paulo: Cia. das Letrinhas, 2000.

LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. São Paulo: Selo Negro, 2004.

SANTOS, Joel Rufino. A questão do Negro na sala de aula. (Col. Na sala de aula). São Paulo: Editora Ática. 1990.

SILVA, Dilma de Melo; CALAÇA, Maria Cecília Felix. Arte africana e afro-brasileira. São Paulo: Terceira Margem, 2006.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

UNESCO. Coleção História Geral da África: Acesso para baixar na íntegra os oito volumes, disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/>. Acessado em: 14/01/2013.

Filmes:

A Cor Púrpura. EUA, 1985, 156 min, Steven Spielberg (EJA)

Bendito Fruto. BRASIL, 2004, 90 min. Sérgio Goldenberg (Médio e EJA)

Besouro. Brasil, 2009, 100 min. João Daniel Tikhomiroff. (Fundamental (A. Finais) e Médio)

Cafundó. BRASIL, 2005. 120 min. Clóvis Bueno e Paulo Betti. (Médio e EJA)

Crash – No limite EUA, 2004, 112 min. Paul Haggis (Médio/EJA)

Entre os muros da escola. FRANÇA, 2009, 128 min. Laurent Cantet (Médio e Formação de Professores)

Filhas do vento BRASIL, 2004, 120 min. Joel Zito Araújo (Médio e EJA)

Hotel Ruanda. ING / ITA / ZA. 2004. 121 min. Terry George (Fundamental (A. Finais) e Médio)

Kirikú e a Feiticeira. FRANÇA, 1998. 71 min. Michel Ocelot (Fundamental (A. Iniciais)

Uma Onda no ar. BRASIL, 2002. 92min. Helvécio Ratton (Fundamental (A. Finais) e Médio.)

Músicas:

Duas vidas num só ideal. Exaltasamba.

Identidade. Jorge Aragão.

Kizomba, Festa da Raça. Martinho da Vila.

Lavagem Cerebral. Gabriel O pensador.

Mundo Negro. O Rappa.

Negro Drama, Racionais MC.

Olhos Coloridos, Sandra de Sá.

Pra que discutir com Madame. João Gilberto.

Respeitem meus cabelos, branco. Chico César.

Sou Negrão. Rappin Hood

Links⁷⁵:

A Cor da Cultura: www.acordacultura.org.br

África na Escola: www.africanaescola.com

⁷⁵ Acessados em 14/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Afrobras: www.afrobras.org.br

CEAFRO: www.ceafro.ufba.br

CEERT: www.ceert.org.br

Fundação Palmares: www.palmares.gov.br

IPEA: www.ipea.gov.br

Museu Afro Brasil: www.museuafrobrasil.com.br

Imagens⁷⁶:

Fundação Pierre Verger: www.pierreverger.org

Mario Cravo Neto: www.cravoneto.com.br

Carlos Rodrigues Brandão: www.studium.iar.unicamp.br/11

Carybé: www.mam.ba.gov.br/expos2009/carybe/

Concurso África em Nós: www.africaemnos.com.br

Salienta-se que o material aqui sugerido para leitura não se esgota e nem mesmo dá conta de toda a plenitude do tema. Os professores e gestores devem pesquisar outras fontes de consulta, bem como analisar aquelas que viabilizem suas propostas de ensino e o Plano Político Pedagógico de sua unidade escolar.

Por fim, a SEE espera que a abordagem das relações étnico-raciais e da valorização da pluralidade cultural não seja tratada somente como uma efeméride, ou seja, que atividades sobre a temática sejam realizadas somente em datas comemorativas, mas que elas perfaçam as práticas de ensino-aprendizagem em todo o seu complexo e plural movimento.

3.3.5.5 Educação em Saúde

Buscar a saúde é questão não só de sobrevivência, mas de qualificação da existência.

Boaventura de Souza Santos⁷⁷

A necessidade de conhecer a si mesmo, de ter conhecimento do ambiente em que se vive, de saber estabelecer relações no ambiente e com ele, de saber agir adequadamente nas diferentes situações, de fazer escolhas saudáveis e reconhecer as dimensões individual e

⁷⁶ Acessadas em 14/01/2013.

⁷⁷ SOUZA SANTOS, B. de. Um Discurso sobre as Ciências. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2004.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

coletiva da saúde, significa uma forma positiva de transpor circunstâncias da vida atual. Sendo assim, a Educação em Saúde revela-se essencial para a formação humana.

A partir de 1971, com a Lei 5.692, no artigo 7º, que estabelece a obrigatoriedade de inclusão de Programas de Saúde nos currículos de 1º e 2º Graus, as questões relativas à saúde ganham mais espaço no currículo. Gradativamente, a abordagem do tema saúde aprofunda-se no currículo, culminando na perspectiva transversal, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Sob essa abordagem, o currículo ancora as principais questões de saúde, cuja concepção é ampla e considera determinantes sociais, bem como as dimensões individual e coletiva.

Desse modo, o trabalho da escola voltado para as questões de saúde estende-se no âmbito da promoção da saúde e da prevenção primária, ou seja, no conjunto de ações que visam à diminuição da incidência de doença, com redução do risco do aparecimento de novos casos.

Essa perspectiva evidencia a escola como espaço gerador de autonomia, de participação crítica e de criatividade para que o aluno tenha oportunidade de desenvolver suas potencialidades cognitivas, físicas, psíquicas, afetivas, pessoais e sociais. Por meio do aprofundamento de conhecimentos, da compreensão da importância da participação social, do desenvolvimento de habilidades, competências e valores adequados à adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis, o aluno pode aprender a manter sua saúde, considerando a coletividade e o ambiente em que vive.

A partir dessa compreensão é importante chamar a atenção para o fato de que saúde é uma questão de TODOS. Portanto, é tema que pode e deve ser abordado pelas diferentes disciplinas, além de Ciências e de Biologia, sem, no entanto, perder a especificidade da cada disciplina. Assim, destaca-se que a viabilização do trabalho pedagógico em Educação em Saúde, na perspectiva dos temas transversais, passa pela construção em coletividade. Certamente, os resultados dessa postura serão promissores, por se tratarem de assuntos que, ao serem desenvolvidos junto aos alunos, podem levar os professores a “se reverem”, ou seja, a se aprimorarem como cidadãos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Assim, os diversos temas comparecem transversalizados nas áreas de conhecimento, permeando a concepção, os objetivos e as orientações didáticas de cada área, no Ensino Fundamental e no médio.

Dentre o conjunto dos assuntos de saúde se destacam:

- Sexualidade, incluindo: adolescência, diversidade sexual, gravidez na adolescência, DST/Aids/ Hepatite B;
- Uso de drogas, em geral;
- Questões de gênero;
- Hepatites virais;
- Controle de endemias – Dengue;
- Saúde Bucodentária.

Estes e outros assuntos ganham aprofundamento quando privilegiados no planejamento e na elaboração dos planos de ensino e de aula, resultando em avanços na educação em saúde para o alunado e para a escola, na medida em que esta pode tomar-se ambiente harmonioso e, portanto, saudável para o ensino e a aprendizagem. Assim, por exemplo, a proposição da leitura de textos que tratam questões de diversidade cultural e/ou diversidade sexual, pelo (a) professor (a) de Língua Portuguesa, constitui ferramenta para entendimento do processo de construção histórico-social de valores da sociedade – culturais, morais, entre outros – essenciais para participação do processo de transformação social.

Da mesma forma, no que se refere a endemias, como no caso da dengue, a abordagem do assunto é enriquecida com a contribuição das disciplinas de Ciências, de Biologia, de Geografia, entre outras. Observa-se que o trabalho na perspectiva da transversalidade envolve o enfoque da área de conhecimento e da disciplina.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Outro aspecto em destaque é o desenvolvimento de ações, projetos e programas voltados para os diferentes assuntos, cujo conteúdo deve articular-se à programação curricular, considerando-se materiais didático-pedagógicos diversificados que o (a) professor (a) tem acesso. Nesse sentido, ressalta-se a importância do uso da Sala de Leitura, do Acesso Escola, da participação da programação do Cultura é Currículo, do desenvolvimento e uso do kit do programa Prevenção também se Ensina, bem como outras possibilidades de enriquecimento curricular.

Quanto ao planejamento de projetos e atividades específicos, estes podem e devem ser organizados pelo conjunto de participantes do processo educativo – professor (a), aluno (a)s, equipe escolar - e comunidade.

É importante lembrar que datas comemorativas e concursos relativos às diferentes questões de saúde, devem servir de sinalizadores para o trabalho com algumas questões específicas, sendo referências para desencadear ou para fechamento de assuntos tratados ao longo do ano letivo. Caso contrário, serão apenas ações pontuais, sem aderência significativa e sem garantia de incorporação de atitudes e valores desejados.

Considerando-se a atualidade e a necessidade de a escola responder às mudanças e incertezas da vida contemporânea, a abordagem das questões de saúde mostra-se fundamental para a autonomia responsável que leva à formação integral e cidadã do (a) aluno (a) e ao alcance da equidade.

Nesse sentido, é essencial o papel do (a) educador (a) que, articulado ao seu tempo e aos seus pares, tem contribuído com novos olhares e posturas sobre as questões de saúde, destacando cada vez mais, a construção de uma escola mais justa e mais saudável.

Referências Bibliográficas:

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>, Acesso em 14/01/2013.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

_____, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

3.3.6 Educação Profissional

Hoje, todos os municípios do Estado contam com o VENCE, um programa que articula o Ensino Médio da rede estadual ao Ensino Técnico.

Alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA e das 2ª e 3ª séries do Ensino Médio já podem aderir à modalidade concomitante (aquela na qual o aluno cursa o Ensino Médio na rede estadual e o curso técnico é feito à parte, em uma instituição conveniada).

Na modalidade integrada, os alunos do Ensino Médio têm o curso regular integrado ao Ensino Técnico nas escolas estaduais.

3.4 Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA

O Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) é o setor responsável em promover oportunidades educacionais aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria. Suas ações estão direcionadas ao apoio e à orientação do trabalho desenvolvido na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em escolas estaduais, nos cursos de presença flexível dos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) e no Programa Alfabetiza São Paulo. O CEJA é um dos centros que constituem o Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica (DEGEB) da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB).

O CEJA apresenta forte articulação com o Centro do Ensino Fundamental dos Anos Finais, Ensino Médio e Educação Profissional (CEFAF), Centro de Atendimento Especializado (CAESP) e Centro de Estudos e Tecnologias (CETEC), além do Departamento de Planejamento e de Gestão da Rede Escolar e Matrícula (DGREM) e a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.4.1 EJA nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

As equipes pedagógicas das Diretorias de Ensino e das Unidades Escolares devem considerar alguns princípios para reflexão e discussão que devem nortear a organização do Planejamento Escolar da EJA para 2013, ou seja,

Refletir sobre as características destes estudantes de EJA requer reflexões mais profundas devido às transformações que ocorrem na sociedade. As mudanças refletem-se na escola que impõe novos modos de aprender e de ensinar. Não podem ser esquecidos os critérios e princípios que podem orientar os docentes na direção de uma prática reflexiva, interdisciplinar e contextualizada para esta população. (PICONEZ, 2011)

Desta forma, constituem alguns desafios para os professores da EJA:

- Utilizar uma metodologia adequada de ensino para a EJA, considerando as especificidades dos alunos jovens e adultos;
- Considerar que os alunos da EJA já possuem crenças e valores formados;
- Respeitar a heterogeneidade de traços, origens, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamento.

Com base nestes princípios e reflexões, constituem referenciais básicos para o Planejamento Escolar dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos:

a) O Currículo Oficial do Estado de São Paulo para as áreas do conhecimento.

Assim como na modalidade regular, o Currículo do Estado de São Paulo para todas as disciplinas é o fundamento do trabalho educacional, prevendo competências, habilidades e conteúdos imprescindíveis para a formação do indivíduo.

Os critérios que nortearam a seleção destes conteúdos e das atividades para a EJA encontram-se na apresentação desse material. Além disso, ao final do caderno correspondente a cada termo, o professor encontra um quadro-resumo das situações de aprendizagem e atividades sugeridas. Tal instrumento pode facilitar muito o trabalho do professor na seleção de conteúdos e materiais a serem utilizados nas aulas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

b) Materiais didático-pedagógicos complementares.

Nas escolas há uma variedade de materiais e recursos didático-pedagógicos à disposição do professor e do aluno para complementar e enriquecer o processo de ensino e aprendizagem e contribuir na seleção de temas e atividades que possam atender melhor às necessidades e interesses dos alunos da EJA, de acordo com os objetivos pedagógicos propostos nos planos de trabalho de cada professor. Alguns exemplos:

- Caderno do Professor e do Aluno

Para ser utilizado em complementaridade com os Cadernos de Orientações para o Professor da EJA, é um conjunto de material organizado a partir do Currículo do Estado de São Paulo, produzido especialmente para professores e alunos do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, nos quais são apresentadas Situações de Aprendizagem para orientar o trabalho do professor no desenvolvimento de competências e habilidades de seus alunos por meio de conteúdos disciplinares em abordagem que visa estimular a aprendizagem.

- PNLD - EJA – Multidisciplinar - Ensino Fundamental – Ciclo II

Livro didático da Coleção “Tempo de Aprender”, produzido especialmente para alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, organizado em volume multidisciplinar, distribuídos pelo MEC. Esta obra tem como proposta promover, com orientações do professor, um aprendizado contextualizado e significativo por meio de temas e conteúdos selecionados para atender às especificidades dos alunos da EJA.

- PNLD – Ensino Médio

Coleção de livros distribuídos pelo MEC a todas as escolas do Ensino Médio, para subsidiar o trabalho pedagógico dos professores no desenvolvimento das atividades planejadas para os alunos em sala de aula.

c) Programas e Projetos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Os Projetos e Programas desenvolvidos pela SEE têm como principal objetivo contribuir para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas estaduais. Desta forma, é importante a divulgação e efetiva adesão a eles, estimulando a participação de professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos, a fim de que possam usufruir dos recursos materiais e intelectuais oferecidos por essas ações.

- **Cultura é Currículo:**

O programa *Cultura é Currículo* tem como escopo a democratização do acesso de professores e alunos da rede pública estadual a equipamentos, bens e produções culturais que constituem patrimônio cultural da sociedade, tendo em vista uma formação plural e a inserção social; o fortalecimento do ensino por meio de novas formas e possibilidades de desenvolvimento dos conteúdos curriculares em articulação com produções socioculturais e fenômenos naturais, diversificando-se as situações de aprendizagens; e o desenvolvimento da aprendizagem por meio de interações significativas do aluno com o objeto de estudo/conhecimento de disciplinas, reforçando-se o caráter investigativo da experiência curricular.

Desse programa fazem parte os seguintes projetos⁷⁸:

- “O Cinema vai à escola”
- “Lugares de Aprender: A Escola sai da Escola”
- “Escola em Cena”

- **Programa Sala de Leitura⁷⁹:**

Programa que oferece a alunos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da EJA um ambiente com rico acervo de livros e periódicos, com o propósito de incentivar a prática de leitura e o desenvolvimento de atividades, construídas especialmente para atender o perfil e os interesses dos alunos de cada escola.

- **Apoio ao Saber:**

⁷⁸ Maiores informações podem ser obtidas em: <http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/programa.aspx>, Acessado em 14/01/2013.

⁷⁹ Maiores informações podem ser obtidas em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ntc_l.php?t=saladeleitura, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Composto por um kit literário (três títulos cada), distribuído aos alunos do Ensino Fundamental (Ciclo II), Ensino Médio e da EJA, com o objetivo de incentivar a leitura de obras consagradas da literatura brasileira e universal.

- Inglês Online⁸⁰:

O Curso Inglês Online é destinado a alunos do Ensino Médio, regular e da Educação de Jovens e Adultos – EJA, da rede estadual e tem por objetivo estimular a capacidade de comunicação oral e escrita no idioma.

- Programa Vence (concomitante)⁸¹:

Programa destinado aos alunos do Ensino Médio (regular e da Educação de Jovens e Adultos – EJA) tem como objetivo conciliar o Ensino Médio com o Ensino Técnico, possibilitando uma formação profissional que possa aumentar as chances de inserção no mercado de trabalho.

- Apoio à Implementação do Currículo⁸²:

É um site produzido para subsidiar os gestores e professores na implementação do Currículo. Nele as equipes pedagógicas das Diretorias Regionais e das Unidades Escolares encontram vídeos e roteiros inter e multidisciplinares para apoiar as discussões sobre temas específicos de cada disciplina.

- EJA Mundo do Trabalho⁸³:

Programa do Governo do Estado de São Paulo, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT), que, por meio de parceria com Secretaria de Educação, oferece materiais para a Educação Jovens e Adultos, ciclo II do Ensino Fundamental, com conteúdos que dialogam diretamente

⁸⁰ Maiores informações podem ser obtidas em: <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/evesp>, Acessado em 15/01/2013.

⁸¹ Maiores informações podem ser obtidas em: <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/rede-ensino-medio-tecnico>, Acessado em 15/01/2013.

⁸² Maiores informações podem ser obtidas em:

<http://www.redeosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?alias=www.redeosaber.sp.gov.br/portais/apoiocurriculo%20>, Acessado em 15/01/2013.

⁸³ Maiores informações podem ser obtidas em: <http://www.ejamundodotrabalho.sp.gov.br/Default.aspx>, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

com o mundo do trabalho. Os materiais, livros e DVD, foram produzidos para uso em sala de aula e trabalham com temas relevantes ao estudante/trabalhador.

Esse material será distribuído no 1º semestre/2013 para os Termos I e II e no 2º semestre/2013 para os termos III e IV do Ensino Fundamental.

Feitas as considerações acima, para responder ao desafio do trabalho com a EJA, sobretudo em relação ao tempo de duração do curso, é necessário que o plano de curso:

- Seja bem articulado, composto por conteúdos curriculares e temáticos pertinentes aos alunos jovens e adultos;
- Traga uma proposta interdisciplinar a fim de articular os conhecimentos das diversas áreas que compõem o currículo;
- Contemple as habilidades essenciais que possibilitem aos alunos o prosseguimento dos estudos;
- Proponha situações de aprendizagem que privilegiem o protagonismo e a argumentação na construção de seu aprendizado.

É necessário lembrar que, por meio do Centro de Projetos Especiais (CPRESP), a escola, por adesão, poderá obter informações sobre outros projetos e programas que possam contribuir para a qualidade de ensino e aprendizagem dos alunos da EJA.

3.4.2 EJA nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - CEEJA

No momento inicial de planejamento dos CEEJA, é importante revisar o principal instrumento que subsidia e norteia o processo de ensino-aprendizagem em toda a rede estadual: o currículo da SEE. Ainda que não haja material específico para atendimento do segmento de presença flexível da EJA, o currículo é o instrumento que traz diretrizes para a seleção de competências, habilidades e conteúdos a serem desenvolvidos nos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

No processo de discussão e reflexão sobre a prática pedagógica na EJA é necessário levar em conta, dentre outros, que:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Os alunos da EJA desejam conhecer as razões pela quais precisam aprender algo ou como aquela aprendizagem vai beneficiá-los. Isso agrega valor ao autoconceito e autoestima.
- As experiências de vida devem ser sempre consideradas por conferir sentido e significado à aprendizagem. Estas devem vir baseadas, sempre que possível, em vivências concretas e relacionadas às necessidades dos alunos e de seus objetivos futuros.
- Nas propostas escolares, deverá ser presente o sentimento de realização dos alunos; caso contrário, poderá se tornar um dos fatores da evasão que se observa na EJA.

Assim, é fundamental que todas as ações do CEEJA estejam articuladas com os objetivos desse currículo e comprometidas com a efetiva aprendizagem dos alunos para que os mesmos, ao concluírem os estudos, estejam aptos a dar prosseguimento aos estudos em cursos superiores e/ou de formação profissional.

Para subsidiar este momento de planejamento, considerando as demandas e a avaliação obtida nas visitas presenciais realizadas pela equipe técnica da CGEB aos CEEJA, para o planejamento 2013, em consonância com a resolução SE nº 77/2011⁸⁴ e as iniciativas e ações de formação que foram encaminhadas em 2012, sugere-se que a equipe gestora dessas unidades de ensino realize uma reflexão com a equipe docente sobre os seguintes pontos:

- Estratégias de divulgação dessa oferta de EJA junto à comunidade, bem como resgate de ex-alunos que não concluíram o curso (folder, cartaz, textos para jornal e rádio, SMS etc.);
- Planejamento das reuniões presenciais de orientações iniciais sobre o funcionamento do ensino de presença flexível (atendimento, atividades, avaliações etc.), que devem abranger todos os alunos inscritos;
- A importância e a produtividade no processo ensino-aprendizagem da oferta de atividades presenciais diversificadas, como as oficinas, palestras, projetos, pesquisas de campo etc.;
- Possíveis soluções para a realização dessas atividades além dos limites do espaço físico dos CEEJA, buscando parcerias com instituições culturais, universidades, postos de saúde etc.;

⁸⁴ Disponível em: http://sia.u.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/77_11.htm, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Formas de promoção e incentivo às atividades de leitura, uma vez que esta é a competência primordial para a aquisição de conhecimento na dinâmica dos cursos de presença flexível;
- Avaliação e revisão dos roteiros de estudo (que acompanham o material didático) utilizados: há explicações ou complementações sobre o material didático? Estabelecem diálogo claro com os alunos? Disponibilizam informações, sugestões de fontes de pesquisa, dicas de leitura para que o aluno possa complementar sua aprendizagem?;
- Aprimoramento do processo de avaliação, contemplando os diversos níveis de proficiência, atendendo aos roteiros de estudo e dispondo de instrumentos bem elaborados;
- Estratégias de recuperação a avaliação dos alunos;
- Quando materiais de consulta devem ou não ser utilizados de acordo com os objetivos da avaliação;
- Formas de incentivo, divulgação e iniciativas tomadas com vistas à aprendizagem a partir dos projetos e programas ofertados pela SEE.

Tais reflexões visam estimular e aprimorar cada vez mais o processo ensino-aprendizagem nos CEEJA, firmando a relevância da modalidade de presença flexível na Educação de Jovens e Adultos enquanto iniciativa que valoriza a socialização, a formação e o crescimento pessoal e profissional de todos os alunos.

3.4.3 Programa Alfabetiza São Paulo

As orientações quanto ao planejamento relativo ao Programa Alfabetiza São Paulo devem ser consideradas apenas no âmbito das Diretorias de Ensino, que abrigam núcleos de alfabetização, já que suas atividades não se dão nas escolas. Recomenda-se que as linhas gerais do Programa sejam conhecidas pelos Dirigentes, Supervisores e PCNP.

Abaixo, tabela de mapeamento das atividades por DE:

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica**ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013**

DIRETORIA	IBEAC	ITD	CCECAS	KOLPING	ALFASOL
1. BOTUCATU					X
2. CAPIVARI					X
3. CENTRO	X		X		X
4. CENTRO OESTE	X	X			
5. CENTRO SUL		X			
6. DIADEMA			X		
7. JACAREÍ			X		
8. LESTE 1	X		X	X	
9. LESTE 2			X	X	
10. LESTE 3			X	X	
11. LESTE 4			X	X	
12. LESTE 5	X			X	
13. NORTE 1	X				X
14. NORTE 2	X				
15. SUL 1	X	X			
16. SUL 2	X	X			
17. SUL 3		X			
18. CAIEIRAS			X		
19. CARAPICUÍBA	X	X	X		
20. GUARULHOS NORTE			X		
21. GUARULHOS SUL				X	
22. ITAPEKERICA DA SERRA	X	X			
23. ITAPEVI/JANDIRA		X			
24. ITAQUAQUECETUBA			X	X	
25. MAUÁ			X	X	
26. MIRACATU			X		
27. MOGI DAS CRUZES			X	X	X
28. OSASCO		X			
29. PINDAMONHAGABA	X				
30. RIBEIRÃO PRETO					X
31. SANTO ANDRÉ			X		
32. SANTOS					X
33. SÃO JOÃO DA BOA VISTA					X

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica**ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013**

DIRETORIA	IBEAC	ITD	CCECAS	KOLPING	ALFASOL
34. SÃO ROQUE			X		
35. SÃO VICENTE			X		X
36. SUZANO			X	X	
37. TABOÃO DA SERRA	X	X			
38. VOTORATIM					X

O Programa Alfabetiza São Paulo promove a oferta de cursos de alfabetização para aqueles que não tiveram acesso a ela na idade própria, sendo oferecidos para a população a partir de 15 anos. Ele é desenvolvido por Organizações não Governamentais - ONG, por meio de convênios estabelecidos com a SEE. O atendimento educacional é adequado ao grupo social a que se destina.

O curso se dá em núcleos de alfabetização, ministrado por monitores, duas horas por dia, de segunda a quinta-feira. Esses núcleos ficam em locais cedidos pelas diferentes comunidades demandantes e são instalados pelas conveniadas. Um grupo de núcleos é acompanhado por um coordenador, que se reporta à ONG. Atualmente, as conveniadas são:

- Associação Alfabetização Solidária - Alfasol

Edifício Ruth Cardoso - Rua Pamplona, 1005
01405-001 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3372-4300 - elaineab@alfasol.org.br; maristelamb@alfasol.org.br

- KOLPING – Comunidade Kolping São Francisco de Guaianazes

Rua Antônio Tadeu, 59 - Vila Ferreira – Guaianazes – São Paulo - SP - 08450-160

Tel.: (11) 2557-5144 - c.kolping@uol.com.br; cksabermis@gmail.com

- ITD – Instituto Tecnológico Diocesano

Rua Coronel Conrado Siqueira Campos, 68 - Brooklin – São Paulo – SP - 04704-140

Tel.: (11) 3798-7925 - milton@itd.org.br



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- IBEAC - Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário

Rua Dr. Arnaldo, 2.083 - Sumaré – São Paulo – SP - 01255-000

Tel.: (11) 3864-3133 - ibeac@uol.com.br

- CCECAS - Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social da Grande São Paulo

Rua Deputado Pedro Antônio Fanganiello, 67 - Jd. Romanopolis - Ferraz de Vasconcelos - SP

08500-350 - Tel.: (11) 4678-1811 - educarparamudar@terra.com.br

O Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA coordena os trabalhos das ONG, instituindo linhas gerais para o atendimento aos alunos; acompanha o desempenho dos trabalhos por meio dos relatórios das conveniadas, da Supervisão de Ensino e do Sistema de Cadastro de Alunos; e media questões decorrentes dessa atividade que surjam no desenvolvimento dos cursos.

A Supervisão de Ensino desempenha papel fundamental no acompanhamento das atividades dos núcleos por meio de suas visitas, de acordo com cronograma indicado pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA. Este trabalho propicia o aprimoramento do programa a cada semestre.

Para essa ação, caberá ao Dirigente Regional de Ensino a formação de uma equipe de supervisores, em apoio ao responsável pelo programa, para participar dos períodos de visitas (maio / junho – 1º semestre; setembro / outubro – 2º semestre), de acordo com a necessidade e a quantidade de núcleos a serem visitados.

A Diretoria de Ensino é convidada a participar das formações continuadas realizadas pelas ONG aos coordenadores de núcleos e monitores, sugerindo adequações, quando necessário. As datas e locais são divulgadas pelas conveniadas frequentemente.

Para a continuidade das atividades das conveniadas em 2013, foram considerados:

- Os apontamentos dos relatórios da Supervisão de Ensino, feitos com base em suas visitas;
- As ações corretivas das ONG em relação aos problemas apontados pela Supervisão de Ensino e CEJA;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- A premissa de que a colaboração com a redução dos índices de analfabetismo no Estado de São Paulo é compromisso de todos;
- A aptidão das ONG de desenvolver ações localizadas que se identifiquem com o perfil de atendimento à demanda;
- A disposição legal de assegurar (Art. 10- Lei 9394/96⁸⁵), em colaboração ao município, a oferta de Ensino Fundamental, sendo no caso a alfabetização de jovens e adultos.

A Secretaria da Educação solicita que dúvidas e orientações sobre as atividades realizadas dentro do Programa sejam encaminhadas ao CEJA com celeridade.

É importante saber:

- 1) Os núcleos são formados até o primeiro dia útil de março, mantendo-se ativos até o final de novembro, de acordo com calendário de cada ONG.
- 2) As instituições deverão manter um número mínimo de 15 alunos por núcleo. Devem, ainda, cuidar para que a frequência seja regular. Quando constatada a baixa frequência, caberá ao monitor ou coordenador do núcleo empreender ações para contornar o problema, remanejando núcleos/alunos ou realizando novas inscrições.
- 3) Os monitores deverão ter concluído o Ensino Médio e ter identificação com a comunidade atendida.
- 4) As instituições conveniadas deverão promover formação continuada aos educadores (monitor e coordenador) ao longo do ano.
- 5) Os núcleos e alunos serão inseridos no Sistema de Cadastro de Alunos da SEE e alocados nas Diretorias de Ensino às quais pertencem.
- 6) Os núcleos identificados com quaisquer problemas deverão ser comunicados ao CEJA que entrará em contato com a ONG para que sejam tomadas providências cabíveis.

⁸⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- 7) Os locais de instalação dos núcleos serão apontados pelas instituições conveniadas, estando livres para efetuar parcerias com universidades, igrejas, centros comunitários e até residências. Estes locais devem apresentar condições favoráveis à prática de ensino, conforme detalhado em plano de trabalho e orientações do Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA.

Para a realização dos Exames para Certificação de Competência dos Ensinos Fundamental e Médio, este Centro coopera com a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação – CIMA e seu Centro de Aplicação de Avaliações – CEAPA, de acordo com a Resolução SE 49, de 10/05/2012⁸⁶, estando sob responsabilidade do CEJA as seguintes atribuições:

- I. Definir diretrizes, parâmetros e critérios para elaboração dos exames supletivos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, orientando sua aplicação;
- II. Providenciar a assinatura, pelo Diretor do Centro de Educação de Jovens e Adultos, nos atestados, certificados e diplomas emitidos pelo Centro de Aplicação de Avaliações da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional.

É importante esclarecer que as demais atribuições são de responsabilidade da CIMA/CEAPA.

3.5 Centro de Atendimento Especializado - CAESP

O Centro de Atendimento Especializado (CAESP) é um dos Centros que constituem o Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica (DEGEB) da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB). É constituído por dois núcleos: Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, responsável pela Educação Especial e Núcleo de Indução Educacional - NINC, responsável pelas questões indígenas, quilombolas, questões relacionadas à educação para as relações étnico-raciais, alunos privados de liberdade e em liberdade assistida além do atendimento a outros públicos que requeiram atenção específica no Ensino Fundamental e Médio. As atribuições do CAESP são aquelas referentes ao atendimento especializado e específico ao público formado por alunos com deficiência, transtorno global

⁸⁶ Disponível em: http://sia.u.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/49_12.HTM?Time=1/15/2013%2010:21:01%20AM, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, indígenas, quilombolas, questões relacionadas à educação para as relações étnico-raciais, alunos privados de liberdade e em liberdade assistida.

O trabalho do CAESP consiste em estabelecer uma política pública de atendimento à diversidade na SEE, a partir dos dados de matrícula registrados pela Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional - CIMA. Essa política envolve o desenvolvimento de materiais didáticos específicos, com propostas pedagógicas que atendam às necessidades tanto de alunos quanto de professores.

Além disso, este Centro é responsável pela discussão e encaminhamento das questões de acessibilidade arquitetônica, de material (mobiliário, kit escolar, tecnologia assistiva) e de comunicação, garantindo que os padrões especificados em normas técnicas de acessibilidade sejam seguidos na SEE. Por meio do CAPE, há adaptação de material pedagógico em formato acessível (Braille, caracteres ampliados e digital). É responsável, ainda, pelo gerenciamento da verba da Educação Especial.

O CAESP acompanha, orienta e presta atendimento pedagógico aos alunos (Sala de Recursos, Classe Regida por Professor Especializado, Itinerância, Classe Hospitalar, escolas quilombolas, escolas conveniadas e credenciadas), aos pais (atendimento à comunidade por e-mail, telefone e visita monitorada ao CAPE) e aos professores (orientações técnicas e cursos, junto à EFAP).

Também por meio do CAESP, as novas demandas, advindas da heterogeneidade atendida pela rede pública, são estudadas e encaminhadas às Coordenadorias responsáveis. Tais demandas envolvem tanto questões pedagógicas quanto financeiras, bem como a criação de novas funções no quadro funcional da SEE e o acompanhamento de novos convênios.

Visando ao atendimento do público alvo deste Centro, a seguir, serão apresentadas as orientações para a organização dos trabalhos para o ano letivo de 2013 propostas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE e pelo Núcleo de Indução Educacional- NINC.

3.5.1 Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado - CAPE

3.5.1.1 Questões Iniciais

a) A escola pode recusar a matrícula dos alunos por falta de condições e/ou preparo dos professores?



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Resposta: Não! A escola não pode recusar matrícula a nenhum cidadão. A legislação vigente no país define a educação como direito que se refere ao indivíduo e do qual ele, ou os pais, não pode abdicar. A escola, portanto, deve agir de modo a respeitar esse direito e não se negar a receber qualquer aluno com deficiência. Dessa legislação constam, entre outros, os seguintes documentos:

- Constituição Federal: Artigos 5º; 205; 206 (incisos I e VII); 208 (incisos III e V).
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996): Artigos 4º (inciso III); 58 (parágrafos 1º a 3º); 59 (incisos I a IV).
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, MEC, 2008.
- Deliberação CEE nº 68/2007.
- Resolução SE nº 11/2008, alterada pela Resolução SE nº 31/2008.
- Decreto Federal nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.
- Decreto Federal nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.

Todos esses documentos podem ser consultados na página do CAPE na internet (<http://cape.edunet.sp.gov.br>, menu Legislação).

Agora, imagine essas pessoas, ainda crianças e adolescentes, que já se depararam com muitas barreiras na vida, encarando mais uma, a negação de sua matrícula. Aproveite e pense em personagens célebres como Stephen Hawking, Dorina Nowil e Ludwig van Beethoven, que se tornaram reconhecidas não por suas inabilidades, mas por seu talento e coragem de enfrentar e vencer os desafios impostos pela deficiência e, mais do que isso, pelas pessoas e pelo contexto em que viviam. O CAESP sugere inclusive que os professores, no decorrer do semestre, façam uma busca em uma página de pesquisas da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

internet para conhecer mais a respeito dessas pessoas que, em sua época, se destacaram e se destacam quebrando paradigmas e superando limites como a deficiência.

b) Como o sistema educacional garante esse direito aos alunos com deficiência?

Resposta: Criando condições para que os alunos com deficiência, como qualquer outro aluno, tenham acesso ao conhecimento. Para isso, o atendimento escolar de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais deverá ser realizado preferencialmente, em classes comuns da rede regular de ensino, com apoio, no contraturno, de Serviços de Apoio Pedagógico Especializado (SAPes) organizados na escola em que o aluno estuda ou em outra unidade escolar, para garantir a inclusão, permanência, progressão e sucesso escolar. (Resolução SE nº 11/2008 – alterada pela Resolução SE nº 31/2008). É importante que o professor conheça esse Documento, pois ele dispõe sobre o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, explicitando a estrutura atual da SEE no que se refere à Educação Especial. Ele está disponível, lembre-se, para consulta na página do CAPE, na internet.

c) Quando tenho um aluno com deficiência na minha sala de aula, posso dizer que esse é um “aluno de inclusão”?

Resposta: Não apenas ele. Todos e cada um são “alunos de inclusão”. A todos eles a escola tem de garantir um ensino de qualidade para uma aprendizagem efetiva. Para conhecer o conceito de inclusão que fundamenta as políticas públicas adotadas em âmbito nacional, sugere-se a consulta à página do CAPE, na internet.

http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/inclusao_social.asp

d) Alunos com altas habilidades/superdotação são considerados como público alvo da Educação Especial?

Sim, segundo a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” publicada em 2008 e outros dispositivos legais (Resolução SE 11/2008 e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Deliberação CEE 68/2007) esses alunos fazem parte do público alvo da Educação Especial e necessitam de estratégias metodológicas diferenciadas para atender às suas necessidades específicas.

A esses alunos deverá ser garantida a suplementação de estudos com a oferta do enriquecimento curricular. Esse enriquecimento visa a uma ampliação da visão de mundo desse aluno, possibilitando que ele possa desenvolver novas habilidades e competências. Além disso, eles precisam ter propostas de aprofundamento de estudos em suas áreas de interesse. É importante observar que esse aluno não precisa ser bom em tudo.

Além disso, esta Secretaria já possui uma política de atendimento dirigida a esse alunado, que foi definida pela Resolução SE 81/2012, que dispõe sobre o processo de aceleração de estudos para alunos com altas habilidades/superdotação no sistema estadual de ensino de São Paulo e dá providências correlatas.

Para maiores informações a respeito do tema consulte o livro “Um olhar para as altas habilidades: construindo caminhos”, disponível para download na página do CAPE http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/Um_Olhar_Para_As_Altas_habilidades.pdf

e) O que são necessidades educacionais especiais?

Resposta: São assim consideradas aquelas que exigem métodos recursos e estratégias aos quais, somente por meio deles, o aluno tem acesso ao conhecimento, em vista de dificuldades de comunicação, visão, locomoção ou dificuldades advindas de limites intelectuais. Outras necessidades são originadas do alto interesse e atenção de alguns alunos por assuntos determinados ou da presença de habilidades acima da média.

f) Quem são os alunos com necessidades educacionais especiais?

Resposta: Segundo o documento do MEC “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, de 2008, são os “(...) alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a Educação Especial atua de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos...”.

Você pode encontrar o texto na página do CAPE na internet:
http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/MEC-SEESP_Politica_Nacional.pdf.

Quanto a Resolução SE nº 11/2008, alterada pela Resolução SE nº 31, ela traz a seguinte definição⁸⁷:

“Art. 1º - São considerados alunos com necessidades educacionais especiais:

I - alunos com deficiência física, mental, sensorial e múltipla, que demandem atendimento educacional especializado;

II - alunos com altas habilidades, superdotação e grande facilidade de aprendizagem, que os levem a dominar, rapidamente, conceitos, procedimentos e atitudes;

III - alunos com transtornos invasivos de desenvolvimento;

IV - alunos com outras dificuldades ou limitações acentuadas no processo de desenvolvimento, que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares e necessitam de recursos pedagógicos adicionais.”

⁸⁷ Além de disponível no site do CAPE, essa Resolução também pode ser consultada por meio do seguinte link:
http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/11_08.HTM?Time=4/7/2011, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Equipe escolar,

Agora, já foi feita a explanação sobre alunos com deficiência, com altas habilidades/superdotação e com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), que são os alunos com necessidades educacionais especiais, que tal experimentar a vivência de situações semelhantes às deles?

São propostas as seguintes atividades aos professores:

- 1 - Simular a deficiência visual vendando professores voluntários e convidá-los a circular pelo espaço escolar. Depois abrir para discussão.*
- 2 - Sugerir a limitação motora e auditiva de professores voluntários, novamente, para experimentar as dificuldades encontradas por uma pessoa com deficiência física. (ex; mãos atadas, pesos nas pernas, protetores auriculares etc.)*



Atividade desenvolvida em Orientação Técnica para PCNPs no CAPE

g) No texto lido aparece a sigla SAPE que significa Serviço de Apoio Pedagógico Especializado. O que é realmente esse Serviço?

Resposta: Novamente com base na Resolução SE nº 11/2008, para se ter claro o que é SAPE e sua função:

“Art. 8º - A implementação de Serviços de Apoio Pedagógico Especializado (SAPEs) tem por objetivo melhorar a qualidade da oferta da Educação Especial, na rede estadual de ensino, viabilizando-a por uma reorganização que, favorecendo a adoção de novas metodologias de trabalho, leve à inclusão do aluno em classes comuns do ensino regular.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Parágrafo único - Os Serviços de Apoio Pedagógico Especializado (SAPes) serão implementados por meio de:

1 - atendimento prestado por professor especializado, em sala de recursos específicos, em horários programados de acordo com as necessidades dos alunos, e, em período diverso daquele em que o aluno frequenta a classe comum, da própria escola ou de outra unidade;

2 - atendimento prestado por professor especializado, na forma de itinerância.”

h) Qual é o papel do professor especializado que atua nos SAPes?

Reposta: Retomando a Resolução SE nº 11/2008 para responder a essa questão:

“Art. 13 - Caberá ao professor de Educação Especial, além do atendimento prestado ao aluno:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;

II - elaborar plano de trabalho que contemple as especificidades da demanda existente na unidade e/ou na região, atendidas as novas diretrizes da Educação Especial;

III - integrar os conselhos de classes/ciclos/séries/termos e participar das HTPCs⁸⁸ e/ou outras atividades coletivas programadas pela escola;

IV - orientar a equipe escolar quanto aos procedimentos e estratégias de inclusão dos alunos nas classes comuns;

V - oferecer apoio técnico pedagógico aos professores das classes comuns;

VI - fornecer orientações e prestar atendimento aos responsáveis pelos alunos bem como à comunidade.”

⁸⁸ A partir da Resolução SE nº 8/2012, a nomenclatura Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) passa a vigorar como Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Os professores devem ficar atentos, pois o professor especializado pode ser seu grande parceiro fazendo orientações para a relação com os alunos com necessidades educacionais especiais e colaborando para que os professores do ensino regular possam desempenhar efetivamente seu papel de educador.

- i) *E os alunos com muitas dificuldades cognitivas e de interação, aqueles com os quais é muito difícil trabalhar?*

Resposta: Novamente é necessário observar o que diz a Resolução SE nº 11/2008:

“Art. 9º - Os alunos que não puderem ser incluídos em classes comuns, em decorrência de severa deficiência mental ou grave deficiência múltipla, ou mesmo apresentarem comprometimento do aproveitamento escolar em razão de transtornos globais do desenvolvimento, poderão contar, na escola regular, em caráter de excepcionalidade e transitoriedade, com o atendimento em classe regida por professor especializado, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º da Deliberação CEE 68/07.

§ 1º - Esgotados os recursos pedagógicos necessários para manutenção do aluno em classe regular, a indicação da necessidade de atendimento em classe regida por professor especializado deverá resultar de uma avaliação multidisciplinar, a ser realizada por equipe de profissionais indicados pela escola e pela família.

§ 2º - O tempo de permanência do aluno na classe regida por professor especializado dependerá da avaliação multidisciplinar e de avaliações periódicas a ser realizada pela escola, com participação dos pais e do Conselho de Escola e/ou estrutura similar, com vistas a sua inclusão em classe comum.

§ 3º - O caráter de excepcionalidade, de que se revestem a indicação do encaminhamento dos alunos e o tempo de sua permanência em classe



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

regida por professor especializado, será assegurado por instrumentos e registros próprios, sob a supervisão do órgão competente.”

j) Quais são os recursos disponíveis ao aluno com necessidades educacionais especiais que está matriculado na rede estadual paulista?

Resposta: Atualmente a SEE conta com:

- Apoio de professores especializados em deficiência física, visual, auditiva e mental (intelectual);
- Livros e textos diversos em Braille, em caracteres ampliados, ou em formato digital;
- Dicionário de inglês, tabela periódica e todos os materiais que compõem os programas e projetos da SEE adaptados (Braille/Caracteres Ampliados/Digital); cadernos adaptados para alunos com paralisia cerebral ou cegos que utilizam máquina Braille ou reglete;
- Aquisição de mobiliário adaptado (mesas e cadeiras);
- Plano de acessibilidade nas escolas;
- Cuidador para alunos com deficiência física que necessitam de apoio para alimentação, locomoção e higiene.
- Aquisição de recursos pedagógicos e equipamentos específicos para atendimento das demandas específicas de cada escola;
- Transporte escolar para alunos com grave comprometimento que interfira na sua possibilidade de locomoção até a escola;
- Convênios com Instituições⁸⁹;
- Professor Interlocutor de LIBRAS, de acordo com a Resolução SE nº 38/2009;

⁸⁹ Maiores informações disponíveis em: http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/convenio.asp, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Kits escolares adaptados para alunos com deficiência visual e física.

k) Afinal, se o aluno tem direito à educação, se a escola tem obrigação de recebê-lo, e a equipe escolar? A Secretaria de Educação fornecerá alguma ajuda para esse trabalho?

Resposta: A CGEB mantém Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado-CAPE, que tem realizado a formação das equipes de Educação Especial das DEs, para que proporcionem às equipes escolares orientações técnicas, cursos, etc.

CAPE também disponibiliza material para estudo em sua página na internet:

<http://cape.edunet.sp.gov.br>



Rampa de entrada do prédio do CAPE

l) Onde é possível encontrar material de apoio para nossa formação em serviço?

Resposta: Para facilitar o acesso do professor às orientações que o CAPE oferece, estão disponíveis na página da Rede do Saber (www.rededosaber.sp.gov.br⁹⁰) todas as videoconferências listadas abaixo.

Para assisti-las, abra a página da Rede do Saber, e clique no menu à esquerda em Videoteca. Na opção Selecionar uma busca, selecione a opção Título e digite no campo de busca os títulos que interessarem:

⁹⁰ Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- CAPE – Identificando Necessidades Educacionais: Deficiência Mental, TGD e TDAH;
- Entendendo a Dislexia;
- Compartilhando estratégias de ensino em atenção aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais;
- Educação Especial: perspectivas e desafios do séc. XXI;
- Surdocegueira e Deficiência Múltipla sensorial;
- Gestando escolas eficazes para todos;
- Ensino de Língua Portuguesa para Surdos;
- Um olhar para as Altas Habilidades;
- TDAH e estratégias educacionais;
- Sexualidade na deficiência mental;
- Autismo na escola;
- Aprofundamento dos conhecimentos sobre a Deficiência Intelectual;
- Educação Inclusiva na Rede Estadual;
- As implicações da Deficiência Visual Cortical na Surdocegueira e na Deficiência Múltipla;
- Ver a matemática com outros olhos;
- Exigências da Educação Básica para o Trabalho da Pessoa com Deficiência;
- Educação Profissional na Educação Especial Empregabilidade;
- Orientação para Celebração dos Convênios Assistenciais;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- O Serviço de Educação Especial e Suas Implicações - Cadastro de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais; .
- Aspectos Legais e Pedagógicos no Acompanhamento das Escolas Especiais;
- Identificando Necessidades Educacionais: Deficiência Mental TGD e TDHA;
- Sexualidade na Deficiência Mental;
- Formação continuada em Educação Especial na ATPC: Desafios Atuais na Intervenção junto ao deficiente auditivo; Confecção de Mapas Táteis; Transtorno de Déficit de atenção e Hiperatividade no Contexto Escolar; Formação em Educação Especial; Estratégias e recursos acessíveis para inclusão de alunos com deficiência múltipla.

Além disso, existem as publicações que são fruto do trabalho realizado na rede nos últimos anos e que servem de subsídio para sua prática diária. São elas:



- a) *Um olhar para as altas habilidades – construindo caminhos* (2008).

http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/Um_Olhar_Para_As_Altas_habilidades.pdf



- b) *Leitura, escrita e surdez* (2005, com 2ª edição em 2009).

<http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/leituraescritaesurdez.pdf>



- c) *Entendendo a deficiência física* (2012). Sua escola e a Diretoria de Ensino receberam o livro.

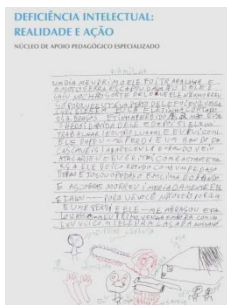


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013



- d) *Deficiência Intelectual: Realidade e Ação (2012). Sua escola e a Diretoria de Ensino receberam o livro.*

Diversos textos são também apresentados na página do CAPE, na internet, no menu TEXTOS.

Ainda existem os Cursos de Atualização Descentralizados, propostos e realizados pelas Diretorias de Ensino nos moldes da Resolução SE nº 58/11 de acordo com as necessidades dos profissionais que atuam nas escolas e DEs.

Para obter informações e sugerir cursos ou outras ações voltadas para o atendimento mais adequado dos alunos com necessidades educacionais especiais, entre em contato com o Supervisor e o PCNP de sua DE, responsáveis pela Educação Especial.

Vale lembrar que o CAPE enviou diversos materiais pedagógicos para os Núcleos Pedagógicos e para as escolas. É importante que esses acervos sejam consultados e que o Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico (PCNP) responsável pela Educação Especial acompanhe o trabalho realizado nas Unidades Escolares que possuem alunos com necessidades educacionais especiais.

3.5.1.2 Dinâmicas de Sensibilização para os professores

As dinâmicas apresentadas a seguir deverão contar com um coordenador e com a participação de todos os professores que estiverem reunidos para a elaboração do Planejamento Escolar 2013.

3.5.1.3 A Deficiência, suas limitações e possibilidades

Assista à primeira parte (Capítulo 1) do filme “A Cor do Paraíso”. Este filme compõe o kit do Programa “Cultura é Currículo”, que foi enviado para todas as escolas. Logo em seguida, pule para o Capítulo 6 do filme e assista ao trecho em que ele vai para a escola



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

com as irmãs e veja como isso se desenrolou até o momento em que o pai vai buscá-los. Após assistirem aos dois trechos do filme, o coordenador da dinâmica irá propor uma discussão com seus professores, abordando as seguintes questões:

- a) Quais foram as impressões e sensações dos professores ao assistir ao filme?
- b) Como Mohamed foi recebido na escola em que estudam suas irmãs?
- c) Qual foi a reação do professor?
- d) Qual foi a reação dos alunos?
- e) Que dificuldades foram verificadas com a presença de Mohamed na sala?
- f) Que tipo de apoios Mohamed necessitou para poder frequentar e participar da aula?
- g) O que mais chamou atenção de vocês ao assistir aos trechos desse filme?
- h) O que a nossa escola poderia oferecer para um aluno com deficiência?
- i) Que recursos estão disponíveis para esses alunos na sua escola?

3.5.1.4 A Inclusão da pessoa com deficiência na escola

Após assistirem ao filme e realizarem a discussão proposta, o coordenador pode propor aos professores uma reflexão com base no texto abaixo:

“Inclusão escolar é um processo que se volta a pessoas e grupos minoritários historicamente excluídos e estigmatizados; a escola inclusiva é a escola da diversidade, aberta a todos, onde as diferenças são ressignificadas e os alunos são vistos em sua singularidade.” (“Adaptações de acesso ao currículo - Módulo I”, texto produzido a partir de Orientações Técnicas, promovidas pela equipe do CAPE em 2002 e que pode ser encontrado na página do CAPE na internet http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/cape.asp⁹¹).

⁹¹ Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Para maiores esclarecimentos e apoio em seu trabalho diário, você pode contar com a Equipe de Educação Especial de sua Diretoria de Ensino, composta por um Supervisor e um Professor Coordenador de Núcleo Pedagógico (PCNP) ou com a equipe do CAPE.

<http://cape.edunet.sp.gov.br> -- e-mail: cape@edunet.sp.gov.br

3.5.2 Núcleo de Inclusão Educacional - NINC

Com a democratização da oferta da educação básica brasileira a partir dos anos 1990, o direito de acesso à educação estendeu-se a todos os segmentos da população. Contudo, ainda hoje, alguns grupos não se encontram total e satisfatoriamente incluídos e/ou devidamente atendidos pelas políticas educacionais. Nesse sentido, os sistemas públicos de educação devem garantir que os mais diversos segmentos populacionais possam usufruir da educação formal com qualidade e dignidade, levando em consideração suas necessidades específicas e suas identidades socioculturais.

O Estado de São Paulo, caracterizado por uma significativa pluralidade de segmentos sociais, empenha esforços para cumprir esse compromisso constitucional. Assim, cabe à Secretaria de Educação promover uma política educacional inclusiva, por meio de ações, programas e serviços que garantam a oferta da educação formal de qualidade e a permanência na Educação Básica desses grupos a quem a educação também é de direito.

Para atender esta demanda foi criado o Núcleo de Inclusão Educacional (NINC). São atribuições do NINC:

“desenvolver materiais didático-pedagógicos adequados, orientando sua aplicação; especificar condições de acesso, instalações, mobiliário e equipamentos; articular a formação continuada do magistério em educação indígena e outras modalidades específicas; manter registros de dados dos alunos indígenas, quilombolas e outros que requeiram atenção específica no Ensino Fundamental e Médio”⁹².

⁹² Artigo 47 do Decreto 87.141/2011.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.5.2.1 *Objetivos*

A partir desse cenário o Núcleo de Indução Educacional (NINC) se estruturou para atender às demandas de inclusão educacional de grupos e temas que requeiram modalidades e estratégias de ensino e aprendizagem diferenciadas, para garantir “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, conforme prescreve o Currículo do Estado de São Paulo. Inclusão é entendida pelo NINC como a participação do público-alvo nas políticas públicas educacionais da Secretaria da Educação de modo a assegurar-lhes, nesse processo, o reconhecimento e a legitimidade às suas especificidades. Essa maneira de pensar e executar a inclusão pressupõe possíveis reformulações e adequações de sistemas e políticas públicas de educação para incorporar as especificidades dos grupos atendidos.

Desse modo, o NINC objetiva desenvolver e fomentar ações voltadas à educação inclusiva em articulação com os demais centros da CGEB e outros órgãos da SEE, na execução de ações de mesma natureza que corroborem para melhoria da qualidade da educação básica no Estado de São Paulo. Até o momento, encontram-se sob a égide desse Núcleo, as seguintes modalidades e temas da educação inclusiva:

- Educação escolar indígena.
- Educação escolar quilombola.
- Educação nas prisões.
- Educação para alunos em cumprimento de medidas sócio-educativas, privados de liberdade ou em liberdade assistida.
- Educação para as relações étnico-raciais;

3.5.2.2 *Educação Escolar Indígena*

A Educação Escolar Indígena é uma modalidade de ensino desenvolvida com base nos paradigmas de respeito à interculturalidade, multilinguismo e etnicidade. No Estado de São



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Paulo, ela está direcionada aos seguintes povos indígenas aldeados: Guarani, Tupi-Guarani, Terena, Kaingang e Krenak.

Nesse sentido, as primeiras ações da SEE iniciaram-se com a criação do Núcleo de Educação Indígena – NEI/SP, pela Resolução SE 44 de 1997, que passou a articular, apoiar e assessorar a proposta de educação escolar indígena, regulamentando a profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, e provendo as Escolas Estaduais Indígenas de recursos humanos, materiais e financeiros. Para isso, iniciaram-se estudos específicos para o trabalho com esta população. À época, verificou-se que, o programa do Governo do Estado de São Paulo trouxe melhoria na qualidade do ensino, no entanto, a população indígena necessitava que suas especificidades fossem contempladas de forma ainda mais adequada. Assim, para normatizar o atendimento da educação escolar indígena nas aldeias, o Conselho Estadual de Educação publicou a Deliberação CEE 46 de 2005, que estabelece normas para criação, regulamentação, autorização e reconhecimento das Escolas Indígenas no sistema de ensino das escolas do Estado.

Visando dar maior dinamismo às políticas pedagógicas escolares específicas dos povos indígenas, as ações do NEI, a partir da Resolução SE nº 50 de 2012, passaram a se concentrar no NINC, núcleo da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB).

Atualmente, o NINC, otimizado pelo fortalecimento e criação de outras modalidades, dará continuidade à garantia de oferta de educação escolar indígena de qualidade por meio do desenvolvimento de diversas ações, dentre elas o oferecimento de Curso de Licenciatura Plena Intercultural em Pedagogia para educadores indígenas, em universidade pública, formação continuada por área de saber do magistério em educação indígena, criação de materiais didático-pedagógicos adequados, visitas diagnósticas, acompanhamento às escolas das aldeias e promoção de encontros de formação de professores indígenas.

Sob regulamentação recente, essa modalidade de ensino demanda muitos desafios, que deverão ser superados com a segurança de ofertar uma educação escolar indígena caracterizada por ser específica, diferenciada, intercultural, comunitária e bilíngue,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

colaborando para a reafirmação das identidades e sentimentos de pertencimento étnico-cultural dessas populações.

Atualmente a rede estadual conta com 33 escolas indígenas

Essas escolas estão distribuídas nas seguintes Diretorias Regionais de Ensino: Bauru, Caraguatatuba, Itararé, Santos, São Vicente, Tupã, Sul 3, Norte 1, Miracatu, Registro e Penápolis.

Sugestões de estudo:

- Lei 10.639/03 e 11.645/08 que institui o Ensino de História da África, Cultura Afro-brasileira e dos Povos Indígenas;
- Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998. Ou pelo site <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf>⁹³;

3.5.2.3 Educação Escolar Quilombola

No âmbito das discussões e do respeito à diversidade étnico-cultural paulista e brasileira, da lei 10.639 de 2003, e 11.645 de 2008, que institui o ensino da História da Cultura Afro-brasileira e Africanas e dos povos indígenas brasileiros, e no contexto da reestruturação da SEE foi criada a modalidade de ensino Educação Escolar Quilombola. O Estado de São Paulo possui 45 comunidades quilombolas, das quais 28 são reconhecidas e 6 estão tituladas⁹⁴.

Quilombos são grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

⁹³ Acessado em 15/01/2013.

⁹⁴ O reconhecimento de uma comunidade quilombola é realizado pela Fundação Palmares, órgão do Ministério da Cultura, que por meio de um laudo antropológico reconhece o histórico e a cultura da comunidade como remanescente de quilombos. Já a titulação, é um complexo processo que diz respeito a oficialização da posse definitiva da terra pela comunidade. A titulação da terra é garantida pela Constituição Federal em seu Artigo n. 68. Para maiores informações acesse os sites: <http://www.palmares.gov.br> e <http://www.itesp.sp.gov.br/itesp>, Acessados em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

O Estado de São Paulo possui 26 escolas quilombolas.

Dessas, 24 são municipais e 2 são estaduais: EE. Maria Antonia Chules Princesa – Diretoria de Registro, que atende crianças e adolescentes de 5 comunidades quilombolas do município de Eldorado, e a EE Cangume – Diretoria de Ensino de Apiaí, no município de Itaóca.

No ano de 2012, o NINC realizou “rodas de conversa” com os moradores “mais velhos”⁹⁵ das comunidades. Coletou histórias e depoimentos que estão sendo organizados para publicação em formato didático. Este material será disponibilizado para todas as escolas do Estado.

Paralelamente, o NINC vem organizando orientações técnicas e encontros de educadores quilombolas, para estudos e proposições a partir da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Sugestões de estudo:

- Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica;
- Videoconferência: A Educação para as Relações Étnico-Raciais e da Educação Escolar Quilombola;
<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Videoteca/tabid/179/language/pt-BR/Default.aspx>⁹⁶;
- Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006, p. 137-154;

⁹⁵ O termo “mais velho” é aqui utilizado no sentido de garantir uma expressão idiomática recorrentemente utilizada nas comunidades quilombolas visitadas. Ela ganha conotação positiva e difere-se de “mais antigo” ou mesmo “idoso”, pois reforça o sentido de autoridade do conhecimento da cultura local.

⁹⁶ Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.5.2.4 Educação para as Relações Étnico-raciais

No Brasil, a educação para as relações étnico-raciais institucionalizou-se em um processo histórico de reivindicações e avanços sociopolíticos a partir de ações de movimentos sociais e governamentais, com vistas a compreender e atuar diante das especificidades das relações sociais do país, no qual raça/etnia atuam como marcadores sociais de diferenças.

Para tanto, ao longo do tempo, desenvolveu-se um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação e inclusão da diversidade cultural e da concretização de uma educação para as relações étnico-raciais nas escolas⁹⁷.

A alteração da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com a inclusão do Artigo 26A, por meio das leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, torna-se o marco na obrigatoriedade da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). A partir dela, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de 2006, nortearam os sistemas de ensino na implementação da lei.

Em 2009, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, definiu prazos e ações de cada instância dos poderes públicos e dos sistemas educacionais na execução de lei. Para acompanhar esse processo o MEC criou os Fóruns da Educação e Diversidade Étnico-racial nos estados e alguns municípios, do qual a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo faz parte.

Vale lembrar que, no âmbito da SEE, o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena vem sendo promovido pelas equipes curriculares do Centro do Ensino Fundamental dos Anos Finais, Ensino Médio e Educação profissional (CEFAF), da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, as quais desenvolvem trabalho de orientação aos profissionais da

⁹⁷ Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio; o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

educação no que se refere aos conteúdos, competências e habilidades para o aprendizado da história e cultura dos grupos formadores da nação brasileira.

O NINC atua no cumprimento da EREER a partir do atendimento às demandas de grupos que se definam etnicamente como negros, indígenas, brancos, asiáticos, africanos, quilombolas, latino-americanos, ciganos, dentre outros segmentos de alunos, os quais possuem direito de serem plenamente atendidos pela rede pública de ensino, mas que porventura podem vir a encontrar dificuldades de acesso e/ou permanência na educação básica pública paulista, em virtude de seu pertencimento étnico-racial.

Cabe ao NINC, por exemplo, a partir de levantamentos efetuados pela SEE, proporcionar formações, orientações e atualizações aos profissionais da educação de todas as áreas do conhecimento que integram o Currículo do Estado de São Paulo, acerca da complexidade das relações étnico-raciais no Brasil, sobretudo no campo da educação. A este Núcleo caberá também, em conjunto com a equipe curricular do CEFAF, a participação na elaboração e revisão dos materiais didáticos que poderão servir de subsídios para as escolas.

Também é atribuição do NINC dar encaminhamentos às demandas advindas da rede acerca de casos de discriminação e preconceito étnico-racial, xenofobismo, racismo ou mesmo segregação racial, fomentar a produção e divulgação de ações, projetos, campanhas, materiais pedagógicos e informativos que busquem valorizar a diversidade étnico-racial e combater quaisquer formas de discriminação no ambiente escolar.

O NINC orienta ainda que seja realizado um estudo sistemático referente à aplicabilidade da lei 10.639/03 na unidade escolar e seja realizado um planejamento de ações. Este estudo servirá para a realização de uma Conferência estadual sobre os 10 anos da Lei 10639/03 no estado de São Paulo, prevista para ocorrer no ano de 2013.

Sugestões de estudo⁹⁸:

⁹⁸ Links acessados em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Videoconferência: A Educação para as Relações Étnico-Raciais e da Educação Escolar Quilombola;
<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Videoteca/tabid/179/language/pt-BR/Default.aspx>;
- Consultar a videoteca do site da Rede do Saber <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Videoteca> e verificar os temas sobre: História da África, História da Cultura Afro-brasileira, História dos povos indígenas brasileiros, entre outros;
- Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006, p. 137-154;
- Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: relações étnico-raciais e de gênero / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.4 v. (Módulo I- Ética <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015515.pdf>);

3.5.2.5 Educação nas Prisões⁹⁹

Sendo a educação um direito fundamental garantido a todos, previsto na Constituição Federal de 1988, em consonância com a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 02/2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, o governo do Estado de São Paulo, por meio do Decreto 57238/11 instituiu o Programa de Educação nas Prisões (PEP), atribuindo a responsabilidade por essa oferta à Secretaria de Estado da Educação (SEE) em articulação com Secretaria de Administração Penitenciária (SAP).

A Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (FUNAP), órgão vinculado a SAP, foi responsável pela política de atendimento educacional à população carcerária no Estado de São Paulo, no período de 1979 a 2010. Nos anos 2011 e 2012, o processo educativo foi

⁹⁹ A Educação nas prisões é corresponsabilidade do CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos. Esse documento traz maiores informações no item 3.4 – CEJA.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

acompanhado e certificado pela Secretaria de Estado da Educação e a atuação dos professores permaneceu sob a responsabilidade da SAP/FUNAP. A partir de 2013, a SEE passa a responder pelos docentes que atuarão nas unidades prisionais, cuja atribuição de aulas obedecerá a Resolução própria, a ser publicada, assim como o Plano Estadual de Educação nas Prisões que se encontra em fase de finalização.

A fim de adequar a estrutura organizacional do sistema penitenciário à rede estadual de educação, foram definidas escolas vinculadoras nas Diretorias de Ensino onde existem unidades prisionais, que serão responsáveis pela vida escolar do aluno em privação de liberdade, bem como pela vida funcional dos professores que atuarão em classes dos espaços prisionais, inclusive para a realização das ATPC (Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo).

Atualmente, as Diretorias de Ensino que possuem escolas vinculadoras são: Adamantina, Americana, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Bauru, Bragança Paulista, Caieiras, Campinas Leste, Campinas Oeste, Caraguatatuba, Centro, Centro Oeste, Diadema, Franca, Guaratinguetá, Guarulhos Norte, Itapetininga, Itu, Jaboticabal, Jaú, Leste 2, Leste 5, Limeira, Lins, Marília, Mauá, Mogi Mirim, Penápolis, Pindamonhangaba, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo Anastácio, São Carlos, São João da Boa Vista, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Vicente, Sorocaba, Sul 3, Sumaré, Taubaté e Votuporanga, totalizando 46 (quarenta e seis) Diretorias.

Em termos de diretrizes para a educação nas prisões, além da Resolução CNE 02/2010, foi elaborado o Projeto Político Pedagógico, levando em consideração as especificidades da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos espaços prisionais.

As ações pedagógicas do NINC nessa modalidade tem por diretriz o Currículo do Estado de São Paulo, com adaptações necessárias às especificidades dos alunos, objetivando principalmente:

- assegurar ao cidadão o direito à educação básica;***
- garantir o princípio de igualdade de condições de acesso e permanência na escola;***
- implementar uma ação educativa que atenda às necessidades e às características dessa clientela.***



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Sugestões de estudo:

- Resolução Conjunta SE/SAP nº1/2013, que Dispõe sobre a oferta da Educação Básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA, a jovens e adultos que se encontrem em situação de privação de liberdade, nos estabelecimentos penais do Estado de São Paulo.
- Resolução CNE nº 02/2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.
- Educando para a Liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília: UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.
- LOURENÇO, A. S.; ONOFRE, E. M. C. (orgs). O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUFSCAR, 2011.

3.5.2.6 *Educação para alunos em cumprimento de medidas socioeducativas, privados de liberdade ou em liberdade assistida.*

A educação, além de ser um direito garantido na Constituição Federal de 1988, é enfatizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990. É responsabilidade do Estado à formação para a cidadania plena e inclusão social dos alunos, principalmente quando se trata de educação de adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

A escolarização dentro dos Centros da Fundação C.A.S.A. (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) deve proporcionar ao aluno que está cumprindo medida de internação ou internação provisória meios para que ele consiga reinserção na sociedade e dar continuidade à sua vida escolar, após a sua desinternação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

A reflexão sobre assuntos de sua própria vida, do seu cotidiano, é instrumento importante para o sucesso do trabalho educacional dentro dos Centros. Para que se obtenha êxito neste trabalho, é necessário o conhecimento das especificidades do atendimento:

- A Fundação CASA é uma instituição executora de medidas socioeducativas, que atende adolescentes dentro da faixa etária de 12 a 21 anos;
- Para o atendimento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, a instituição mantém os Centros de Internação Provisória – CIP e os Centros de Internação – CI;
- Nos Centros de Internação Provisória, o adolescente permanece até 45 dias, em cumprimento ao Artigo nº 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enquanto aguarda decisão judicial;
- Nos Centros de Internação são atendidos adolescentes que cumprem medida socioeducativa por um período que varia de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, conforme Artigo nº 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesses Centros, a escolarização é oferecida pela SEE com o objetivo de:

- Assegurar ao adolescente o direito à educação básica;
- Garantir o princípio de igualdade de condições de acesso e permanência na escola;
- Implementar uma ação educativa que atenda às necessidades e às características dessa clientela.

O trabalho pedagógico para as classes de Ciclo I (alfabetização) utiliza o material do Programa Alfabetiza São Paulo, em relação ao Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio a diretriz é o Currículo do Estado de São Paulo. A metodologia utilizada, com ênfase na Pedagogia de Projetos, desenvolve temas gerais de caráter reflexivo, e subtemas específicos, com finitude em cada dia.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Os eixos norteadores do trabalho pedagógico são: Cidadania, Ética e Identidade, que permeiam os temas escolares: “Justiça e Cidadania”, “Educação, uma ponte para o mundo”, “Saúde, uma questão de cidadania”, “Família e relações sociais”, “O trabalho em nossas vidas”. Os temas são complementados com as oficinas culturais (Ponto de Encontro, Educação Ambiental, Hora de se Mexer, Artes Visuais e Cênicas, Jornal, Poesia, Correspondência, Conto, Música e Movimento).

Tanto os temas escolares quanto as oficinas culturais estão organizados em fascículos, incluindo a proposta pedagógica do Projeto Educação e Cidadania¹⁰⁰, e se constituem material de apoio pedagógico ao professor.

Atualmente, as Diretorias de Ensino que atendem alunos da Fundação C.A.S.A. são as seguintes: Jundiaí, Sorocaba, Bragança Paulista, Caieiras, Suzano, Leste 2, Leste 3, Leste 4, Leste 5, Centro Sul, Centro, Osasco, Norte 1, Centro Oeste, Sul 2, Itaquaquecetuba, Mauá, São Bernardo do Campo, São Vicente, Santos, Ribeirão Preto, Araraquara, Sertãozinho, Araçatuba, Taquaritinga, São Carlos, Franca, Lins, Adamantina, José Bonifácio, Marília, São José do Rio Preto, Jacareí, Caraguatatuba, Guarulhos Sul, Guaratinguetá, São José dos Campos, Taubaté, Campinas Leste, Campinas Oeste, Mogi Mirim, Piracicaba, Limeira, Avaré, Botucatu, Itapetininga e Bauru.

Com relação à medida socioeducativa em Liberdade Assistida, ela consiste no acompanhamento do adolescente por uma pessoa capacitada (recomendada por entidade ou programa de atendimento) e designada por autoridade, para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Essa medida socioeducativa é fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, desde que ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Os alunos em cumprimento de liberdade assistida tem o direito de frequentar as aulas nas unidades escolares e ter acesso aos conteúdos e materiais prescritos no Currículo do Estado de São Paulo.

¹⁰⁰ Projeto Educação e Cidadania (PEC) – proposta de escolarização dissериada, baseada numa Pedagogia de Projetos, criada e desenvolvida pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo foi elaborado um manual para operacionalizar a matrícula desses alunos. Essa publicação pretende ser expandida aos demais municípios a partir de convênios, e em 2013 também está prevista a realização de orientações técnicas a gestores escolares acerca do atendimento em ambiente escolar desses adolescentes.

Sugestões de estudo:

- Videoconferência “Revitalizando a trajetória escolar”, que trata da Resolução 6, de 28/01/2011, dirigida aos profissionais responsáveis pelo trabalho desenvolvido nas classes em funcionamento nas unidades de internação da Fundação Casa. http://www.rededosaber.sp.gov.br/Videoteca/DadosBloco.aspx?id_bloco=1277¹⁰¹
- No que se refere aos conteúdos das disciplinas, recomenda-se consultar as orientações sugeridas pelas equipes curriculares.

3.6 Centro de Estudos e Tecnologias Educacionais - CETEC

O Centro de Estudos e Tecnologias Educacionais (CETEC) é um dos Centros que constituem o Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica – DEGEB - e está subordinado à Coordenadoria de Gestão Básica da Educação (CGEB). Tem como algumas de suas atribuições fazer pesquisas e verificar os impactos da tecnologia educacional assim como integrar tecnologia ao currículo melhorando a qualidade de ensino – aprendizagem.

Ainda, o CETEC atua junto aos Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógico de Tecnologia Educacional (PCNP TE) do Núcleo Pedagógico distribuídos pelas 91 Diretorias de Ensino em todo o estado. Os PCNP TE atuam como articuladores do uso das Tecnologias ao Currículo junto aos PCNP do Currículo dos Núcleos Pedagógicos e professores das escolas estaduais do Estado de São Paulo.

¹⁰¹ Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Além de fazer pesquisas o CETEC também analisa e avalia as inovações tecnológicas propostas pelos PCNP e Professores auxiliando na implantação ou propondo metodologias, alterações para que as inovações sejam viabilizadas.

No escopo do trabalho também se inclui:

- A proposição pedagógica para o uso de materiais tecnológicos que colaboram pedagogicamente para a escolarização dos alunos matriculados na rede estadual de ensino em São Paulo;
- A análise pedagógica do uso de softwares propostos pelas equipes de currículo, antes que sejam usados em OT, uma vez que nem todos os softwares podem ser instalados no ambiente do ACESSA Escola. É preciso fazer solicitação com antecedência, tanto pelos professores que queiram fazer uso de algum software específico para uso com seus alunos, quanto pelas equipes técnicas para fazer formações dos PCNPs do Currículo;
- O auxílio as equipes curriculares na integração da tecnologia ao currículo;
- Subsídios ao PCNP de Tecnologia no tocante as demandas específicas de sua DE quanto ao uso de tecnologia.

No intuito de viabilizar alternativas e adequação do uso de recursos informatizados no ambiente escolar, levando em consideração os educandos, a escola, o professor e seus efeitos no processo de aprendizagem em articulação com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores o CETEC trabalha na proposição de programas de formação em tecnologias educacionais para os professores da rede estadual.

No momento do Planejamento Escolar hoje se faz necessário pensar na escola voltada para o século XXI. A sociedade muda rapidamente e faz cada vez mais uso de aparatos tecnológicos, midiáticos refletindo como a escola pode atender a demanda de uma sociedade (multi)letrada e tecnológica?

Num primeiro momento é necessário que os gestores disponibilizem ao corpo docente quais são os equipamentos que a escola possui, levando em consideração TV, DVD, rádio, filmes, que possam ser utilizados como apoio na sala de aula. É preciso conhecer os materiais disponíveis para poder fazer o planejamento articulando o uso das ferramentas ao currículo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

É preciso também aproveitar o momento para refletir sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas pedagógicas capazes de promover o trabalho colaborativo, a autonomia, a autoria, o compartilhamento de conhecimentos; de incentivar a pesquisa; de integrar os membros da comunidade escolar; de favorecer o desenvolvimento de projetos interdisciplinares; de provocar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, impactando o futuro dos discentes tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, uma vez que estar induído no mundo digital passou a ser fator primordial na relação do indivíduo com o mundo.

Os Objetos Educacionais, recursos de TIC, por si só, não garantem o aprendizado, pois é a intervenção do professor que lhes dá intencionalidade. Antes de iniciar uma atividade, é preciso definir objetivos, competências, habilidades e conteúdos para que possa buscar recursos digitais que realmente contribuam com a construção do conhecimento.

Seguem sugestões de recursos de TIC que estão disponíveis nas salas do Acessa Escola que podem ser utilizados durante o planejamento, os links de acesso à TV Escola, Banco Internacional de Objetos Educacionais, pacote Office, Museu Virtual podem ser utilizados em qualquer ambiente.

3.6.1 Softwares e links

3.6.1.1 GeoGebra

Software GeoGebra gratuito de matemática dinâmica desenvolvido para o ensino e aprendizagem da matemática nos vários níveis de ensino (do básico ao universitário). O software reúne recursos de geometria, álgebra, tabelas, gráficos, probabilidade, estatística e cálculos simbólicos em um único ambiente. Assim, o GeoGebra tem a vantagem didática de apresentar, ao mesmo tempo, representações diferentes de um mesmo objeto que interagem entre si. Disponível em: <http://www.geogebra.org/cms/>¹⁰²

Programa para representar funções, permitindo também o cálculo da função derivada, de extremos, de zeros, entre outras coisas. Permite o estudo de família de curvas (com capacidade de poder visualizar até 25 gráficos no mesmo plano cartesiano) e de equações diferenciais. Tudo isto com a possibilidade acrescida de poder copiar as imagens gráficas para um processador de textos, enriquecendo trabalhos e textos (para professores) ou

¹⁰² Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

trabalhos práticos e relatórios (para alunos). Pode ser útil tanto para os professores quanto para os alunos no trabalho com gráficos.

3.6.1.2 HagaQuê

O software HagaQuê, foi desenvolvido pelo grupo de pesquisas do Núcleo de Informática Aplicada a Educação, da Unicamp é um software gratuito que pode ser utilizado off-line, minimizando dessa maneira problemas de acesso à internet durante a aula. É um programa para a criação de historinhas em quadrinhos que permite a impressão e/ ou publicação na internet. Não é preciso ter conhecimentos de informática para usar o software, pode auxiliar no ensino e aprendizagem de diferentes disciplinas, uma vez que os alunos poderão demonstrar os conhecimentos aprendidos criando Histórias em Quadrinhos.

3.6.1.3 Art Project

A ferramenta Art Project, por meio da tecnologia Google Street, permite que o usuário passeie por 17 renomados museus e que observe centenas de obras de arte detalhadamente, utilizando níveis de zoom. Disponível em: <http://www.googleartproject.com/>¹⁰³

3.6.1.4 Dosvox

O DOSVOX é um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário por meio de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto grau de independência no estudo e no trabalho.

O sistema realiza a comunicação com o deficiente visual por meio de síntese de voz em Português, sendo que a síntese de textos pode ser configurada para outros idiomas.

3.6.1.5 Motrix

O programa Motrix foi criado para permitir o acesso de pessoas com tetraplegia ou deficiências motoras severas que impeçam o uso efetivo dos membros superiores. Por meio

¹⁰³ Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

dele, é possível comandar com a voz a maior parte das funções de um computador com Windows.

3.6.1.6 *Mecdaisy*

Baseado no padrão internacional Daisy – digital Accessible Information System, a ferramenta brasileira traz sintetizador de voz (narração) e instruções de uso em português brasileiro. Permite converter qualquer texto em formato Daisy e, após conversão, é possível manusear o texto sonoro de maneira semelhante ao texto escrito.

3.6.1.7 *Google Earth*

O Google Earth permite que você viaje pelo mundo por meio de um globo virtual e visualize imagens, mapas, terrenos, construções em 3D e muito mais via satélite. Com o rico conteúdo geográfico do Google Earth, você pode ter uma experiência muito mais realista de visualização do mundo. Você pode voar até o seu lugar favorito, procurar empresas e até mesmo navegar pelas rotas.

3.6.2 Programa TV Escola¹⁰⁴

É a televisão pública do Ministério da Educação destinada aos professores e educadores brasileiros, aos alunos e a todos interessados em aprender. Ela é uma ferramenta pedagógica disponível ao professor: seja para complementar sua própria formação, seja para ser utilizada em suas práticas de ensino. Neste ambiente é possível encontrar vários vídeos que podem ser utilizados em sala de aula e também se tem acesso dicas pedagógicas postadas por professores que utilizaram o material, no mesmo ambiente também é possível.

3.6.3 Portal do Professor¹⁰⁵

Tem como objetivo apoiar os processos de formação dos professores e enriquecer a sua prática pedagógica. É um espaço público e pode ser acessado por todos os interessados, neste ambiente o professor encontra sugestões de aulas, acessa informações sobre a prática pedagógica, acessa e baixa coleção de recurso multimídia, coleção de links separados por temáticas etc.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://tvescola.mec.gov.br/>, Acessado em 15/01/2013.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>. Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.6.4 Banco Internacional de Objetos Educacionais¹⁰⁶

É um repositório de objetos educacionais de acesso público, para todos os níveis de ensino. Neste ambiente o professor pode encontrar de selecionar produtos (vídeos, filmes, documentários, imagens, textos etc.) para utilizar no enriquecimento de suas aulas.

Visando assegurar o direito de aprendizagem dos alunos, o CETEC tem realizado um trabalho intenso de articulação com o Centro de Ensino Fundamental dos Anos Iniciais (CEFAI), Centro de Ensino Fundamental dos Anos Finais, Ensino Médio e Educação Profissional (CEFAF), Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e o Centro de Atendimento Especializado (CAESP). O trabalho visa uma integração orgânica da tecnologia ao currículo e ao cotidiano escolar.

3.7 Centro de Projetos Especiais - CPRESP

O Centro de Projetos Especiais (CPRESP) é um dos Centros que constituem o Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica (DEGEB) da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB).

São objeto do CPRESP:

- a) A avaliação da adequação da implementação de projetos especiais considerando as políticas e diretrizes da Secretaria;
- b) A coordenação e orientação para a implantação de projetos especiais de acordo com o calendário escolar e o currículo definido pela Secretaria;
- c) O acompanhamento e controle da execução do Programa Escola da Família, instituído pelo Decreto nº 48.781, de 7 de julho de 2004, e de outros projetos especiais;
- d) O desenvolvimento, em parceria com as entidades envolvidas, da sistemática de avaliação dos resultados dos projetos especiais.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/handle/mec/6619>, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.7.1 Parcerias¹⁰⁷

As parcerias deverão ser conduzidas a partir do Currículo, do calendário escolar e das Diretrizes da SEE. Os acordos de parceria serão estabelecidos entre os partícipes por meio de convênio, com base em leis e decretos que regulamentam este tipo de relação, podendo ser realizado tanto nos órgãos centrais ou regionais, conforme Lei Federal 8.666/93, Decreto 40.722/96, entre outros. Além disso, podem ser firmados Termos de Cooperação, destinados a formalizar a colaboração entre Secretarias de Estado e os demais poderes do Estado.

3.7.1.1 PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - MEC/CAPES

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, é órgão do Ministério da Educação que instituiu o Programa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID, e tem como objetivo a concessão de bolsas de iniciação à docência para alunos de cursos de licenciatura, coordenadores e supervisores responsáveis institucionalmente pelo Programa e demais despesas a ele vinculadas.

O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem a participar no desenvolvimento do Programa nas escolas públicas e tem como objetivo antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior, por meio dos cursos de licenciaturas, a escola e os sistemas de ensino estaduais e municipais.

As Instituições de Ensino Superior – IES devem firmar convênio com as escolas públicas das redes de educação básica dos municípios e dos estados, prevendo a participação dos bolsistas do PIBID em atividades pedagógicas nestas escolas.

Site: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>

3.7.1.2 Campanha do Agasalho

A Campanha do Agasalho é uma iniciativa anual do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, e que ocorre nos meses que antecedem a estação do inverno.

¹⁰⁷ Links acessados em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

A Secretaria da Educação é parceira do FUSSESP e colabora anualmente com a Campanha por meio das unidades escolares divulgando os objetivos da campanha, e também arrecadando e doando as peças para as instituições de caridade e/ou comunidade escolar.

Site: <http://www.campanhadoagasalho.sp.gov.br/>

3.7.1.3 Projeto "Connecting Classrooms" – CONSELHO BRITÂNICO/CONSED

O Programa é uma parceria entre o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED e o Conselho Britânico, estendida para as escolas públicas brasileiras. Tem como objetivo a promoção da cidadania e da diversidade, propiciando o engajamento com órgãos governamentais da área da educação, em diversos países, com o intuito de trazer uma dimensão internacional para a sala de aula.

É destinado aos alunos das escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio da Rede Estadual, que desenvolvem projetos colaborativos internacionais entre escolas do Brasil, do Reino Unido e de outras regiões do mundo. Os projetos são temáticos e a troca de materiais produzidos pelos alunos é disponibilizada pelos professores em uma plataforma online na língua inglesa, onde também compartilham as experiências da sala de aula.

Site: <http://schoolsonline.britishcouncil.org/programmes-and-funding/linking-programmes-worldwide/connecting-classrooms>

3.7.1.4 Projeto "Escola Brasil" – Instituto Escola Brasil – Santander

O Projeto Escola Brasil (PEB) é o programa de voluntariado corporativo do Banco Santander no Brasil, financiado e gerido pelo Instituto Escola Brasil. Tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação oferecida pela escola pública de Educação Básica.

A atuação do Projeto Escola Brasil se estrutura em cada uma das unidades escolares parceiras, a partir da aplicação dos Indicadores da Qualidade na Educação – INDIQUE, instrumento de avaliação participativa da escola, desenvolvido pelo UNICEF, PNUD, INEP, MEC¹⁰⁸ e outras organizações que atuam na área educacional, sob a coordenação da ONG Ação Educativa.

¹⁰⁸ MEC – Ministério da Educação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

O principal objetivo do INDIQUE é o engajamento da própria comunidade escolar pela melhoria da qualidade da educação oferecida na escola. Na forma de um manual, o instrumento permite que os membros da comunidade escolar avaliem a escola. Um conjunto de perguntas e respostas revela o que vai bem, o que não vai ou o que merece cuidado e atenção. As opiniões consolidadas geram um quadro diagnóstico da qualidade da escola, que servirá de base para orientar as ações a serem desenvolvidas no projeto.

Aguardando assinatura de Convênio para 2013.

Site:

http://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/institucional/projeto_escola_brasil-19-07-2011_68739.zip/home/index.html

3.7.1.5 Programa Jovens Embaixadores – Embaixada Americana/ CONSED

Programa em parceria com a Embaixada Americana e com o CONSED, que promove um intercâmbio de três semanas nos Estados Unidos para estudantes brasileiros de destaque na rede pública de ensino. Os alunos inscritos são selecionados pelas 91 Diretorias de Ensino, sendo que cada uma indica um representante por sua região, ao órgão central, que encaminhará, após análise, os semifinalistas do Estado de São Paulo para participarem da seleção final em Brasília, realizada pela equipe da Embaixada Americana.

Criado em 2002, o Programa Jovens Embaixadores busca beneficiar alunos brasileiros da rede pública de ensino que são exemplos em suas comunidades por meio de sua liderança, atitude positiva, consciência cidadã, excelência acadêmica, e conhecimento da língua inglesa. Os vencedores das 35 bolsas viajam em janeiro para um programa de três semanas nos Estados Unidos. Durante a primeira semana, visitam a capital do país, seus principais monumentos, participam de reuniões em organizações dos setores público e privado, visitam escolas e projetos sociais e participam de um curso sobre liderança e empreendedorismo jovem. Após essa primeira semana em Washington, o grupo é dividido em subgrupos e cada um deles viaja para um estado diferente nos Estados Unidos. Nos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

estados, eles são hospedados por uma família americana, assistem aulas e interagem com jovens da sua idade, participam em atividades sociais/culturais na comunidade e fazem apresentações sobre o Brasil.

A experiência de ser um Jovem Embaixador é única e oferece a esses excelentes estudantes a oportunidade de expandirem seus horizontes ao mesmo tempo em que nos ajudam a fortalecer os laços de amizade, respeito e colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos.

Site: <http://portuguese.brazil.usembassy.gov/>

3.7.1.6 *Projeto Alicerce e Bolsa Talento – ISMART*

Os Projetos “Alicerce” e “Bolsa Talento”, são de responsabilidade do Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos – ISMART, e têm como objetivo colaborar para o desenvolvimento acadêmico de talentos de baixa renda, proporcionando aos alunos de alto potencial intelectual o acesso às instituições de ensino de excelência, para que possam desenvolver suas habilidades cognitivas e participar dos exames vestibulares em condições de igualdade com seus pares cronológicos. Podem participar destas ações as 13 Diretorias de Ensino da Capital e as seguintes Diretorias da Região da Grande São Paulo e interior, Carapicuíba, Itapevi, Piedade, São José dos Campos, Sorocaba, Taboão da Serra e Votorantim.

Site: <http://ismart.net.br/>

3.7.1.7 *Programa Qualificação Profissional – Instituto ProA*

O Instituto ProA oferece curso de qualificação profissional em técnicas administrativas com duração de 6 meses para alunos que estão cursando ou já concluíram o 3º ano do Ensino Médio na rede pública estadual das Diretorias de Ensino da Capital. O instituto promove o acesso à educação profissionalizante de qualidade e orientação no início da carreira.

Os cursos são divididos em dois módulos, técnico e comportamental, o primeiro é realizado pelo SENAC e o segundo pela DEEP Pessoas Consultoria de RH, ambos ocorrem na unidade consolação do SENAC. As aulas são no período da manhã ou período da tarde. O ProA oferece 350 bolsas de estudos, além de vale-transporte, uniforme e material didático.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Após a conclusão do curso, o Instituto ProA encaminha os alunos para entrevistas em empresas bem colocadas no mercado de trabalho, para que eles tenham a primeira experiência profissional. É feito um acompanhamento por três anos pelo instituto para avaliar o desenvolvimento e crescimento profissional deste aluno junto à empresa.

Em processo de celebração de convênio para 2013.

Site: <http://www.proa.org.br/>

3.7.1.8 Programa para Inclusão dos melhores Alunos da Escola Pública Estadual na Universidade – VUNESP

O Programa oferece redução de 75%, no valor da taxa de inscrição em todas as áreas, para todos os alunos das escolas da rede estadual paulista, no vestibular da UNESP. Está programada, para o segundo semestre de 2013, uma videoconferência para orientar os Supervisores de Ensino e PCNP indicados pelas 91 Diretorias de Ensino sobre o Vestibular da UNESP 2014. Além da redução do valor das inscrições no processo seletivo, há também concessão de bolsas para alunos que tiverem as melhores colocações no ranking do vestibular, nas áreas de licenciatura.

Site: <http://www.vunesp.com.br/>

3.7.1.9 Programa Parque Temático HOPI HARI

Por meio da educação e de estratégias de fortalecimento das organizações locais, o HOPI HARI busca se aproximar da comunidade local visando seu reconhecimento como parte integrante deste ambiente e contribuindo ativamente pela melhoria da qualidade de vida das pessoas de seu entorno.

O Parque realiza workshops, por meio do Laboratório Educativo – LED, para os professores da rede estadual no desenvolvimento de programa que relaciona as atrações oferecidas ao público e seu vínculo com os conhecimentos das áreas de Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Linguagens.

Toda a divulgação, o desenvolvimento, a implementação e a execução da proposta destes workshops é de responsabilidade exclusiva do Laboratório Educativo do HOPI HARI.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Site: <http://www.hopihari.com.br/home/Default.aspx>

3.7.1.10 Programa Jovem Senador e Concurso de Redação do Senado Federal

O Programa Senado Jovem Brasileiro foi criado com o objetivo de proporcionar aos estudantes conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo brasileiro, bem como estimular um relacionamento permanente dos jovens cidadãos com o Senado Federal.

Integram o Programa:

- O Concurso de Redação do Senado Federal;
- O Projeto Jovem Senador.

No âmbito estadual a SEE recebe uma redação por Diretoria de Ensino e, por meio de uma banca examinadora seleciona um trabalho para representar o Estado.

Na fase seguinte têm-se 27 finalistas no Concurso de Redação – um por unidade da Federação – que são automaticamente selecionados para participar do Projeto Jovem Senador, que é realizado anualmente, em Brasília, na sede do Senado Federal.

Durante três dias, os alunos finalistas têm a oportunidade de simular a atuação dos Senadores da República, vivenciando o processo de discussão e elaboração das leis do nosso País. Além disso, são premiados com notebook, medalha, certificado e publicação da sua redação no livreto produzido pelo Senado Federal.

As escolas dos alunos classificados nos três primeiros lugares na etapa nacional recebem computadores (desktops), publicações técnicas e multimídia produzidas pelo Senado Federal e certificado de participação.

Site: <http://www12.senado.gov.br/jovensenador>

3.7.1.11 Feira de Profissões da USP

A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária realiza anualmente a Feira das Profissões na Capital, durante o período que antecede o período de inscrição para o vestibular. Tem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

por objetivo fornecer subsídios aos estudantes para que, com a ajuda de seus professores e familiares, orientem-se na importante tarefa de optar por cursos ofertados pela Universidade.

Esta parceria contribui para aproximar, incentivar e apoiar a participação dos alunos da Escola Pública na Universidade, dando-lhes acesso a informações relevantes sobre as bolsas de permanência estudantil, pedido de isenção da taxa do vestibular, alojamentos, restaurantes e pontos de cultura como museus, bibliotecas etc.

Visa potencializar a participação do aluno na Feira, onde os docentes e os estudantes da Universidade expõem sobre os cursos, mostrando as diferentes atividades que nela se desenvolvem, tais como cursos de extensão, prestação de serviços à comunidade e promoção de eventos culturais, científicos, tecnológicos e esportivos.

Site: <http://www.prceu.usp.br/>

3.7.1.12 Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho

É um programa social do Governo do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto Estadual nº 44.860, de 27 de abril de 2000, coordenado e executado pela Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho – SERT e pela SEE/SP, conforme Decreto Estadual nº 45.761, de 19 de abril de 2001.

O Programa Jovem Cidadão - Meu Primeiro Trabalho tem o objetivo de proporcionar aos estudantes do Ensino Médio da Rede Estadual Paulista, sua primeira oportunidade de experiência profissional no mercado de trabalho, por meio de estágio remunerado.

Responsabilidades dos partícipes:

- SEE: Efetuar a inscrição dos jovens habilitados a participar do Programa e realizar o acompanhamento do estágio.
- SERT: Gerenciamento do Programa.

Abrangência:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Diretorias de Ensino do interior e grande São Paulo: Caieiras; Campinas Leste; Campinas Oeste; Carapicuíba; Diadema; Guarulhos Norte; Guarulhos Sul; Itapeverica da Serra; Itapevi; Itaquaquecetuba; Jacareí; Mauá; Mogi das Cruzes; Osasco; Piracicaba; Santo André; Santos; São Bernardo do Campo; São José dos Campos; Suzano; Taboão da Serra e São Roque.
- Capital – TODAS;

Público-Alvo:

- Estudantes com idade entre 16 a 21 anos de idade, que estejam regularmente matriculados e com frequência efetiva no Ensino Médio.

Período de inscrições:

- Alunos da 3ª série: de janeiro até 31 de maio
- Alunos da 2ª série: de janeiro até 31 de dezembro

Site: <http://www.meuprimeirotrabalho.sp.gov.br/>

3.7.2 Escolas Prioritárias

A partir de Julho de 2012 foi criada uma ação destinada a 781 escolas da rede, concentradas em 35 Diretorias de Ensino Regionais (DER), sendo estas as escolas com aproveitamento menos eficiente no processo ensino e aprendizagem, conforme índices indicados pelo SARESP. Neste sentido considerou-se o pertencimento desta ação no Programa “Educação - Compromisso de São Paulo”¹⁰⁹ - Pilar 2, que “prevê intervenção, acompanhamento e monitoramento, por meio das Coordenadorias, das unidades de ensino consideradas com vulnerabilidade educacional”.

A partir do documento, elaborado e divulgado em 2011, Plano de Ação Participativa – PAP que oferece subsídios para ancorar o planejamento escolar, bem como o levantamento das informações recolhidas tanto no nível do órgão central da SEE como nas Reuniões de Trabalho realizadas nas Diretorias de Ensino (DER) nesse semestre, e, ainda, das ações realizadas junto às 781 escolas do Grupo das 35 Diretorias de Ensino no âmbito da Gestão e Currículo, articuladas com a Equipe do Centro de

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/compromisso-sp>, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Planejamento e Gestão do Quadro do Magistério (CPQM), foi apresentado o Plano de Ação para as Escolas Prioritárias para o ano de 2013.

O planejamento escolar nessas unidades de ensino deverá ocorrer com foco nas necessidades específicas de cada Unidade Escolar. As Diretorias dessas regiões já estão articuladas com essas Unidades Escolares a fim de garantir o atendimento adequado, tendo como escopo a qualidade do ensino e aprendizagem.

3.7.2.1 *Justificativa*

Dando continuidade ao trabalho iniciado nas Diretorias de Ensino e ao desenvolvimento de um plano de ação voltado às escolas que se encontram em condições mais adversas, nomeadas como “Escolas Prioritárias”, com objetivo de expandir um olhar diferenciado para cada DER, fortalecendo sua autonomia e a articulação dos vários profissionais que atuam neste espaço.

Considerando as especificidades e propostas de cada diretoria, destacando: a gestão participativa, a gestão pedagógica e a ação conjunta da Supervisão de Ensino, do Núcleo Pedagógico e Professor Coordenador. A expansão também se dará na área curricular, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e outros componentes quando a DER assumir esse compromisso e promover as ações necessárias.

Diante de uma nova organização para atender as Escolas Prioritárias, da urgência de uma atualização imediata junto às Diretorias de Ensino, a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB) propõe, em continuidade, ações presenciais centralizadas e descentralizadas, abrangendo o somatório destas escolas no Estado.

3.7.2.2 *Objetivos Gerais*

- Consolidar o trabalho realizado em 2012 junto às DER nas áreas de gestão e currículo;
- Expandir as ações abrangendo as demais escolas apontadas (as 1088 prioritárias/2012, mais as remanescentes de 2011, ou seja, 1626 escolas situadas em 89 Diretorias de Ensino), incluindo também 237 Escolas de Tempo Integral, totalizando 1863 escolas;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Consolidar as ações junto ao Comitê das Escolas Prioritárias com a participação da ASTEP (Assessoria Técnica e de Planejamento).

Além das ações arroladas, existem aquelas que estão previstas com as parcerias estabelecidas pela Secretaria da Educação por intermédio do Centro de Projetos Especiais (CPRESP), e também aquelas constantes do Centro de Planejamento e Gestão do Quadro de Magistério (CEPQM), do Centro de Ensino Fundamental dos Anos Finais, Ensino Médio e Educação Profissional (CEFAF) e do Centro de Ensino Fundamental dos Anos Iniciais (CEFAI).

3.7.3 Escola Virtual de Programas Educacionais – EVESP¹¹⁰

A Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo (EVESP) foi criada, no âmbito da Secretaria da Educação, pelo Decreto nº 57.011, de 23/05/2011, com o fim de oferecer programas educacionais regulares, especiais e de capacitação em situações que requeiram atendimentos a necessidades de grupos específicos da população. Contando com o gerenciamento e supervisão pedagógica da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica - CGEB, a EVESP desenvolve programas e cursos à distância, observadas as diretrizes curriculares nacionais e as deliberações do Conselho Estadual de Educação, no que couber.

Os cursos e programas oferecidos pela EVESP são ministrados dentro da dinâmica da Rede Estadual de Ensino, por meio de metodologias baseadas no uso intensivo das tecnologias de informação e de comunicação.

A EVESP auxilia a CGEB nas seguintes atribuições:

1. Implementação virtual do currículo prescrito elaborado, atualizado e normatizado na educação básica;
2. Propostas e inserção das diretrizes e normas pedagógicas para todos os atores sociais com acesso no ambiente digital;
3. Elaboração dos materiais específicos e recursos pedagógicos do currículo prescrito para acesso remoto, síncrono e assíncrono;
4. Avaliação e definição dos recursos computacionais e midiáticos para uso pedagógico na educação básica;

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/evesp>, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

5. Gestão das ações educacionais na rede virtual;
6. Dimensionamento e na definição dos recursos pedagógicos estratégicos e procedimentais para o ambiente digital de aprendizagem;
7. Análise dos resultados e na proposição de medidas para a correção de rumos e de aprimoramento do processo de acesso e de aprendizagem.

Durante o planejamento escolar a equipe pedagógica da Unidade de Ensino deverá preparar-se para a etapa de pré-inscrição e matrícula dos alunos, que ocorrerá, no mínimo, uma vez por semestre, criar condições para o acompanhamento dos alunos junto aos cursos e, especificamente em relação ao curso de inglês *on line*, realizar a distribuição de fones de ouvido e DVDs com o conteúdo do curso no modo *offline* aos alunos matriculados.

3.7.3.1 Curso de Inglês online – 2ª Edição – Turmas 2013

O Curso de Inglês online é destinado a alunos do Ensino Médio, regular e da Educação de Jovens e Adultos – EJA, da rede estadual, e tem por objetivo estimular a capacidade de comunicação oral e escrita desses estudantes. Proporciona ainda, ampliar a oferta de vagas dos Centros de Estudos de Línguas – CEL dando a esses alunos, oportunidades de desenvolvimento de novas formas de expressão linguística, enriquecimento curricular e acesso a outros povos e culturas, além de ampliar, no futuro, suas possibilidades de inserção e atuação no mercado de trabalho.

É oferecido na modalidade de ensino a distância, que é uma alternativa viável, considerando-se o acesso, cada vez mais amplo, da população a recursos de informática nas escolas, nas comunidades e no ambiente doméstico. A utilização de recursos próprios, no processo de autoaprendizagem, permite aos alunos o emprego de ferramentas tecnológicas interativas, que se constituem em elemento motivador da aprendizagem.

No ano de 2013, a proposta é que o curso de inglês online seja oferecido para 60.000 alunos do Ensino Médio da rede estadual de ensino, inclusive EJA, na modalidade semipresencial. O curso será oferecido em duas fases de igual conteúdo e duração, contemplando 30.000 alunos em cada uma delas. A primeira terá início no primeiro semestre de 2013 e a segunda no segundo semestre do mesmo ano.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

A segunda edição do curso contará com novo layout, tutoria presencial e regionalizada, modo off-line, e novas ferramentas de comunicação com o tutor, a exemplo do chat. Além disso, pretende-se disponibilizar parte do curso de modo instrucional no Portal da Secretaria.

O curso é composto de 80 horas, distribuídas em 08 módulos de 10 horas, correspondendo cada um deles a duas semanas de trabalho. Além do aprendizado, o aluno receberá, ao final do curso, um certificado de participação.

3.7.3.2 Curso de Espanhol online – Turmas 2013

O curso de espanhol online deverá ser oferecido em parceria com a Rede UNIVERSIA, para 25.000 alunos do Ensino Médio regular e da EJA, em duas fases, com previsão de início em fevereiro de 2013 e término em fevereiro de 2014. A duração do curso é de 60 horas, correspondendo a 06 módulos. Será disponibilizado suporte técnico ao aluno.

3.7.3.3 Cursos de Libras e Tecnologias Assistivas para alunos com deficiência

A EVESP pretende oferecer a partir de 2013 o curso de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, na modalidade de ensino a distância, para alunos (surdos e ouvintes) do Ensino Fundamental II e Ensino Médio regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede estadual, para que desenvolvam a habilidade de comunicação em LIBRAS. Tem como objetivo desenvolver a comunicação da língua entre o grupo de alunos surdos e ouvintes da rede estadual de ensino.

O curso terá carga horária de 60 horas, divididas em 02 módulos, com duração de um semestre.

A partir de 2013 o curso de tecnologias assistivas será destinado a alunos da rede pública estadual de todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, identificados como tendo altas habilidades / superdotação e terá por objetivo oferecer proposta de enriquecimento curricular e aprofundamento de estudos condizentes com os interesses, estilos, ritmos de aprendizagem dos alunos, por meio da produção multimídia, possibilitando o compartilhamento dos conhecimentos construídos com toda a comunidade escolar. O



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

conteúdo e a carga horária do curso serão definidos em conjunto com o Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE.

3.7.3.4 Conteúdos Digitais Interativos

Trata-se de conteúdos digitais interativos alinhados com o currículo do Estado de São Paulo, e tem como base o material produzido para alunos do Ensino Fundamental, Médio e da Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual de Ensino. Os conteúdos deverão estar disponíveis em ambiente virtual de aprendizagem, para acesso de alunos e professores, em links específicos, com jogos, simulações, exercícios, revistas e produções dos estudantes, a saber:

- a) Conteúdos que apoiem as aulas ministradas pelo professor como base de estudo para o aluno, podendo ser disponibilizados por série e por matéria. Ex. Educopédia.
- b) Materiais que permitam a educação do aluno para a cidadania, com temas relacionados à sustentabilidade e meio ambiente, trânsito, ética, valores, segurança, energia, dentre outros;
- c) Jogos interativos, exercícios e simulações, além de interfaces (mobilidade) para a utilização dos alunos em sala de aula ou nos espaços externos da escola;
- d) Reforço escolar e simulados que possibilitem auxiliar o aluno no estudo para os vestibulares e concursos, incluindo temas da atualidade e do cotidiano;
- e) Revistas e materiais de apoio ao aluno;
- f) Desafios online e olimpíadas de conhecimento virtuais;
- g) Objetos de aprendizagem para potencializar a aprendizagem dos alunos atendidos pelo CAPE.

3.7.3.5 Educação nas Prisões

O desenvolvimento e a implementação do Programa de Educação nas Prisões propõe trabalho cooperativo entre as Secretarias: de Administração Penitenciária (SAP), de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT), de Educação (SEE) e a Secretaria da Casa Civil.

Tem como finalidade ofertar o ensino básico integrado em todas as unidades prisionais do Estado por meio de ensino presencial distribuído e intensamente suportado pelas novas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

tecnologias de informação e comunicação, além de promover a formação continuada de professores que venham participar do Programa. Maiores informações sobre a Educação nas Prisões podem ser obtidas junto ao NINC (Núcleo de Inclusão) do CAESP (Centro de Atendimento Especializado).

Caberá a EVESP o auxílio no desenvolvimento de material de apoio ao Programa, além da oferta de cursos aos alunos privados de liberdade.

3.7.4 Programas MEC

3.7.4.1 Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE Escola

O PDE Escola é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. Para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros visando apoiar a execução de todo ou de parte do seu planejamento.

Em 2012 o MEC disponibilizou um novo sistema chamado PDE Interativo, que contemplou 193 escolas no Estado de São Paulo, cujo IDEB 2009 foi igual ou inferior à média nacional (4,4 nos Anos Iniciais e 3,7 nos Anos Finais) e que não tenham sido priorizadas pelo programa entre 2008 e 2010. Das escolas indicadas, 157 fizeram adesão para receber o recurso financeiro, que se deu por meio da elaboração do diagnóstico e plano de ação validado pelo Comitê Estadual e Federal.

O sistema do PDE Interativo¹¹¹ está disponível para todas as escolas que desejarem utilizar a ferramenta, mesmo para àquelas que não fazem jus a receber recursos financeiros. Ele está organizado em etapas que ajudam a equipe escolar a identificar seus principais problemas e a definir ações para alcançar os seus objetivos, aprimorar a qualidade do ensino e da aprendizagem e melhorar os seus resultados.

Estas ações estão reunidas num plano de ação que é oferecido pelo próprio sistema, dividido em quatro partes:

¹¹¹ Disponível em: <http://pdeinterativo.mec.gov.br>, Acesso em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Na primeira parte, o sistema faz uma identificação geral do (a) diretor (a) e da escola;
- Na segunda parte, a escola realiza os primeiros passos, ou seja, organiza o ambiente institucional para elaborar o seu planejamento;
- A terceira etapa consiste na elaboração do diagnóstico que possibilitará à escola perceber onde estão as suas principais fragilidades;
- Por fim, na quarta e última parte a escola elabora o plano geral, contendo os objetivos, metas e ações, que definiu, para alcançar as melhorias desejadas.

As escolas participantes do PDE Escola - Interativo 2013/2014 serão indicadas de acordo com os resultados do IDEB 2011.

3.7.4.2 Programa Escola da Terra

A Escola da Terra é um Programa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC) que integra o Programa Nacional de Educação no Campo – PRONATEC lançado em 2012 em uma estratégia metodológica, voltada para gestão de classes multisseriadas, que combina, na sala de aula, uma série de elementos e de instrumentos de caráter pedagógico/administrativo, cuja implementação objetiva aumentar a qualidade do ensino oferecido naquelas classes.

Objetivos:

- Apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, fornecendo diversos recursos pedagógicos e de gestão;
- Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas;
- Realizar formação continuada para os educadores envolvidos no programa em propostas pedagógicas e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo;
- Fornecer e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Ofertar às escolas multisseriadas uma metodologia adequada e com custos mais baixos que a nucleação¹¹²;
- Atender o aluno em sua comunidade conforme prescreve a Artigo 6º da Resolução 01 do CNE de 03.04.2012¹¹³;
- Promover a equidade, corrigindo a distorção idade/série;
- Reduzir as taxas de evasão e repetência nas escolas multisseriadas;
- Promover participação dos pais nos aspectos pedagógicos e administrativos da escola;
- Melhorar a qualidade do Ensino Fundamental – séries iniciais.

A SEE aguarda orientações técnicas do MEC para dar continuidade à implementação desse programa.

3.7.4.3 Programa Mais Educação

O Programa é uma iniciativa coordenada pela SECADI/MEC, em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Sua operacionalização é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Tem como um de seus critérios, as escolas que apresentam índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) baixo, como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral.

Objetivos:

- Fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não governamentais e esfera privada.

¹¹² Com as reformas promovidas no ensino fundamental, notadamente com a edição da Lei nº 9.394, de 20.12.96 – que estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional – os Municípios, objetivando a redução de gastos com a implementação da municipalização do ensino básico, optaram pelo fechamento de diversas escolas multisseriadas e, por meio do processo chamado de **nucleação**, reuniram os estudantes das unidades desativadas em centros urbanos maiores

¹¹³ CNE – Conselho Nacional de Educação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros.
- Ampliar progressivamente a jornada escolar.
- Integrar as atividades ao projeto político-pedagógico.
- Contribuir para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens.
- Contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora.
- Promover a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas.
- Propor, articular, apoiar, assessorar, acompanhar e avaliar a execução do Programa nas escolas.
- Diminuir a evasão escolar.
- Melhorar o desempenho escolar dos alunos participantes.
- Melhorar a convivência e as relações interpessoais no ambiente escolar e na sociedade.

A unidade escolar poderá optar por atividades que julgar adequadas às necessidades dos alunos indicados e que estejam relacionadas ao seu projeto político-pedagógico.

3.7.5 Programa Residência Educacional

O Programa Residência Educacional, instituído pelo Decreto nº 57.978, de 18 de abril de 2012, busca aprimorar a qualidade da Educação oferecida pelas escolas da rede pública estadual de ensino, elevar os índices de desempenho dos alunos das escolas consideradas prioritárias, fortalecer a participação dos estudantes de cursos de Licenciatura, que contemplem os componentes curriculares da matriz curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio, possibilitando a concessão de bolsa-estágio mediante a celebração de convênio com Instituições de Ensino Superior.

O Programa se estrutura em ações que serão desenvolvidas nas Diretorias de Ensino, pelas unidades escolares, com as Instituições de Ensino Superior conveniadas e os estagiários/residentes. As ações serão desenvolvidas nas unidades escolares conforme Plano de Trabalho de Estágio que deverá ser apresentado pela Instituição de Ensino Superior que pretenda participar do Programa, nas Diretorias



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

de Ensino de interesse mediante atendimento ao edital de chamamento público que serão objeto de análise e parecer da Comissão Regional de Estágio Supervisionado.

As ações do Programa Residência Educacional estão voltadas inicialmente ao atendimento das escolas prioritárias do Ensino Fundamental e Ensino Médio e apresenta como um de seus objetivos o apoio e o auxílio no trabalho pedagógico do professor da classe/disciplina, que atua em escolas da rede pública, por meio da realização de estágio desenvolvendo ações participativas e colaborativas previstas no Plano de Atividades do Estagiário incorporado ao Termo de Compromisso de Estágio.

O Programa permite ao estudante de cursos de Licenciatura o desenvolvimento de competências necessárias à profissão docente por meio da aproximação com o contexto da escola de Educação Básica.

3.7.6 Programa Escola da Família¹¹⁴

O Programa Escola da Família (PEF), criado pelo Decreto 48.781 de 07/07/2004, tem o seu acompanhamento e controle da execução das ações sob a supervisão do CPRESP.

É responsável por difundir a cultura de paz no Estado de São Paulo, tem como objetivo primordial desenvolver e implementar ações de natureza preventiva destinadas a reduzir a vulnerabilidade infantil e juvenil e estimular a comunidade a apropriar-se, com responsabilidade, dos espaços escolares.

Espera-se que uma comunidade atuante possibilite a existência de escolas públicas mais bem sucedidas e conscientizadas acerca da preservação do espaço escolar. Em localidades pequenas e afastadas de grandes centros urbanos tornou-se a única oportunidade local de lazer e convivência, de forma abrigada e protegida, onde a população também se apropria de novos conhecimentos.

O Programa deve contemplar atividades socioeducativas nos eixos: cultura, saúde, trabalho e esporte, utilizando os espaços e equipamentos das escolas estaduais aos sábados e domingos, com o propósito de atrair os jovens e suas famílias para um espaço voltado à prática da cidadania.

¹¹⁴ Disponível em: <http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/default.html>, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

O bom desenvolvimento das atividades sob o comando dos educadores envolvidos na escola busca transformar alunos mais atuantes e interessados, não somente aos finais de semana, como também em período regular de aula. Possibilita a aproximação e maior participação dos pais na escola e no planejamento das atividades escolares, além de ofertar à comunidade cursos que podem se tornar fonte de renda, atividades de lazer, esporte, cultura e campanhas de saúde.

3.7.6.1 *Os objetivos do Programa Escola da Família*

A proposta de trabalho do PEF 2013, além de reforçar as Diretrizes do Programa, tem por objetivo fortalecer a autonomia das Diretorias de Ensino, por intermédio de sua Coordenação Regional (Dirigente, Supervisor e PCNP).

Por meio das Diretrizes – Cultura Participativa, Integração do Programa com a Semana Letiva, Democratização dos Espaços Escolares e Trabalho Integrado com outros Projetos da Pasta, o Programa pretende criar condições para o surgimento de uma comunidade mais ativa, instigada a conhecer o valor do conhecimento, a importância de compartilhá-lo e o significado do aprendizado da vida em comunidade, com efetiva participação do Educador Profissional e do Vice-Diretor na construção do Projeto Pedagógico da escola para que a interação do PEF com a semana letiva seja eficaz.

Tornar o espaço escolar, aos finais de semana, um lugar agradável de estar é exercitar o “aprender a viver juntos” – um dos pilares do conhecimento, segundo o Relatório Jacques Delors, cujo objetivo é o de “participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas”¹¹⁵.

Essa atitude representa um dos primeiros passos para a diminuição dos atos de violência. Repelir a violência, no espaço aberto à comunidade, é praticar esse conviver em ambiente agradável, criativo e, sobretudo, aberto à socialização e ao conhecimento.

A integração do PEF com o Programa Educação Compromisso de São Paulo e os seguintes projetos: Prevenção Também Se Ensina, SPEC - Sistema de Proteção Escolar E Cidadania, Comunidade Presente, Acessa Escola, Salas de Leitura, Projeto APE – Ações Preventivas na Escola, acontece por meio de ações que criam condições para a redução das

¹¹⁵ Extraído de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127139porb.pdf>, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

vulnerabilidades das comunidades em relação à violência e para a prevenção das diversas situações de risco dos jovens em relação à gravidez, às doenças sexualmente transmissíveis, ao uso do álcool, do tabaco e outras drogas.

O PEF proporciona, também, situações de reflexão e diálogo com a comunidade acerca dessas ações, a fim de que se criem alternativas para o enfrentamento de desafios. Substanciar atuações positivas e não tornar uma situação-problema fator de exclusão.

- **Nível Coordenação Geral:**
 - Orientar as Coordenações Regionais quanto à realização de atividades voltadas à participação dos pais na escola, incluindo no calendário dois dias exclusivos à família (Um dia na Escola do Meu Filho).
 - Fortalecer a autonomia das Diretorias de Ensino por meio de ações regionais.
 - Fortalecer a atuação dos parceiros participantes do Programa capacitando-os no desenvolvimento de projetos inovadores.
 - Aprofundar parcerias com outras Secretarias para ação conjunta de cursos nas escolas do PEF.
 - Apoiar, as escolas prioritárias do Programa, mais fortemente.
 - Incentivar o estabelecimento de parcerias.
 - Promover atividades que se coadunem com as ações dos projetos da Secretaria da Educação, objetivando a redução da vulnerabilidade de crianças, jovens e adultos da comunidade.
 - Continuidade aos projetos e ações regionais bem sucedidos em 2012.
- **Nível Coordenação Regional/Local:**
 - Fortalecer e aumentar a participação dos pais na escola, por meio de atividades que estimulem a vinda desses pais à escola e consequentemente, o comprometimento na educação de seus filhos (Um dia na Escola do Meu Filho).
 - Atualizar, pontualmente, os relatórios no sistema de monitoramento e avaliação do PEF, possibilitando melhor acompanhamento da Coordenação Geral.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Apoiar as escolas prioritárias do Programa, mais fortemente.
- Enfatizar a coerência entre as atividades desenvolvidas aos finais de semana e a demanda da comunidade intra e extraescolar.
- Cumprir o calendário de atividades, respeitando as necessidades locais.
- Promover integração entre os participantes para proporcionar uma convivência agradável por meio de:
 - Dinâmicas de acolhimento
 - Jogos para conhecimento das normas de conduta
 - Dinâmicas em que se evidencie o espírito de equipe, a iniciativa e a cooperação.
- Criar canais de comunicação, divulgando as atividades do PEF para a semana letiva.

3.7.6.2 *Projetos Previstos para o ano*

- Agita Família.
- Aniversário de 10 anos do PEF.
- Cursos do SEBRAE – Jovens Empreendedores, Primeiros Passos - nas Unidades Escolares onde há o Programa, pelos multiplicadores já credenciados nas Diretorias de Ensino.
- Dia mundial de combate a AIDS – Tecendo Solidariedade.
- Orientação Técnica sobre Gestão de projetos nos eixos cultura, trabalho e esporte.
- Visitas ao Museu do Futebol, à Pinacoteca e Palácio dos Bandeirantes.
- Cursos:
 - Oficina Técnica de tênis de mesa.
 - Padaria Artesanal.
 - Consumo Consciente – PROCON.
- Propostas Cooperativas entre Secretarias:
 - Prevenção ao tráfico de pessoas – Secretaria da Justiça.
 - Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades – Sutaco.
 - Tribunal Regional do Trabalho – Justiça do Trabalho perto de Você.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

3.7.7 Outros Programas e Projetos

3.7.7.1 Sistema de Proteção Escolar e Professor Mediador Escolar e Comunitário

Trata-se de projeto desenvolvido com ampla cooperação entre a CGEB e a Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares - CISE e articulado com a Gerência de Projetos Especiais da Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE.

Tal qual definido no art. 1º da Resolução SE 19/2010, o Sistema de Proteção Escolar coordena o

“planejamento e a execução de ações destinadas à prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar, com o objetivo de proteger a integridade física e patrimonial de alunos, funcionários e servidores, assim como dos equipamentos e mobiliários que integram a rede estadual de ensino, além da divulgação do conhecimento de técnicas de Defesa Civil para proteção da comunidade escolar”.

Para apoiar a execução das ações locais de proteção escolar foi criado, em 2010, o projeto Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC). No ano de 2012, 2.160 escolas da rede estadual de ensino já participavam do projeto.

As escolas que contam com o PMEC devem, desde o início do ano letivo, planejar as ações prioritárias de proteção escolar que serão desenvolvidas por esse docente, em parceria com os outros segmentos da comunidade escolar e com a Rede de Proteção Social e Garantia de Direitos. O plano de trabalho e o papel desempenhado pelo PMEC dentro da unidade escolar devem ser amplamente divulgados entre alunos, pais, funcionários e demais professores.

Às escolas que contarão pela primeira vez com a atuação do PMEC, é importante saber que os docentes que atuam no projeto devem obrigatoriamente participar do curso de atualização “Mediação Escolar e Comunitária”, com carga horária de 80h, que se utiliza da metodologia de ensino à distância e constitui condição para a permanência do docente no projeto.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

O curso apresenta conceitos introdutórios às metodologias de resolução alternativa de conflitos, assim como prepara o professor para melhor compreender a rede de garantia de direitos da criança e do adolescente, tal qual instituída na legislação vigente, e seus fluxos.

Os exercícios de avaliação propostos no decorrer do curso visam o desenvolvimento de atividades práticas dentro da escola em que o PMEC atua, produzindo os seguintes resultados concretos:

- I. Diagnóstico de Vulnerabilidade Escolar: composto por dois questionários preenchidos sob a supervisão da direção da escola, a respeito dos fatores de vulnerabilidade que possam representar riscos à comunidade escolar. O objetivo desta avaliação é ampliar a compreensão do Professor Mediador Escolar e Comunitário acerca do ambiente escolar em que atua;
- II. Mapeamento de Recursos Institucionais e Comunitários: trata-se do levantamento das principais instituições, organizações e pessoas com as quais a escola pode contar na tarefa de promoção da proteção integral à criança e ao adolescente, bem como na articulação com o bairro e sua vizinhança. Esta atividade também é realizada sob a supervisão da direção da escola, que indica os parceiros e contatos já estabelecidos e aponta quais são as relações nas quais percebe maior fragilidade. Esta avaliação produz a aproximação da escola com as instituições que compõem regionalmente a rede de garantia de direitos e proteção social; e
- III. Desenho de Projetos Transversais: após a realização do diagnóstico de vulnerabilidade escolar e do mapeamento dos recursos institucionais e comunitários, a última tarefa de avaliação do curso é o desenvolvimento de um projeto transversal, que norteará a atuação do Professor Mediador Escolar e Comunitário na escola, tornando mais claro seu papel junto à comunidade escolar e legitimando as ações a serem desenvolvidas. O projeto deve indicar os principais fatores de vulnerabilidade da escola, objetivos, as ações a serem realizadas, os recursos necessários, o cronograma de desenvolvimento das ações e um sistema de avaliação periódica das ações do projeto.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

As unidades escolares que não contam com o PMEC devem realizar, durante as atividades de planejamento, o levantamento das principais vulnerabilidades sociais e estruturais que afetam o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, contando, para tanto, com a participação de todos os segmentos escolares. A partir desse diagnóstico, a escola poderá elaborar um plano de ações que vise à prevenção e/ou o saneamento dos fatores de risco identificados.

Os responsáveis pelo Programa Escola da Família, se existente na unidade, bem como os responsáveis pelo projeto Prevenção Também Se Ensina, poderão contribuir de maneira especial nesta etapa do planejamento. Da mesma forma, a Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar, em sua Diretoria de Ensino, poderá oferecer informações e apoio para a elaboração e execução do plano de ações.

Por fim, é importante destacar que desde 2009 a rede estadual de ensino conta com o Sistema Eletrônico de Registro de Ocorrências Escolares – ROE, uma ferramenta de registro on-line para indicação de ocorrências de cunho disciplinar e/ou criminal no âmbito da comunidade escolar. O acesso ao sistema é feito a partir do portal da FDE (www.fde.sp.gov.br¹¹⁶), no link Sistema de Proteção Escolar, por meio de login e senha disponibilizados aos diretores de escola. Todas as escolas da rede estadual de ensino estão cadastradas no sistema.

O art. 9º da Resolução SE 19/2010 regulamenta o ROE e define a compulsoriedade do registro de:

- I. ações ou situações de conflito ou grave indisciplina que perturbem sobremaneira o ambiente escolar e o desempenho de sua missão educativa;
- II. danos patrimoniais sofridos pela escola, de qualquer natureza;
- III. casos fortuitos e/ou de força maior que tenham representado risco à segurança da comunidade escolar;
- IV. ações que correspondam a crimes ou atos infracionais contemplados na legislação brasileira.

¹¹⁶ Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Por se tratar de registro on-line, o ROE permite ao diretor a comodidade de efetuar o relato com segurança e rapidez, bastando conectar-se à internet e estar autorizado a utilizar o sistema. Quaisquer problemas referentes a login e senha deverão ser comunicados ao responsável pela gestão de usuários do ROE na sua Diretoria de Ensino.

As informações contidas no sistema são armazenadas para fins exclusivos da administração pública, resguardado o sigilo relativo à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas; e a inviolabilidade da imagem e da identidade de crianças e adolescentes.

O monitoramento das ocorrências registradas no ROE é fundamental para o desenho de ações preventivas e saneadoras, que poderão ser desenvolvidas pela SEE, por meio da articulação das diversas instituições corresponsáveis pela proteção escolar (Polícia, serviços de saúde, Poder Judiciário, serviços de proteção à criança e ao adolescente, etc.) e/ou por meio do desenvolvimento de projetos pedagógicos, sob a liderança dos educadores da rede pública do Estado de São Paulo¹¹⁷.

***Para mais informações sobre o Sistema de Proteção Escolar e o Professor Mediador Escolar e Comunitário, acesse
www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/sistema-de-protecao-escolar***

3.7.7.2 Programa Cultura é Currículo¹¹⁸

Programa desenvolvido pela Diretoria de Projetos Especiais / FDE em cooperação com as Equipes Curriculares do CEFAF/CGEB, que visa propiciar a aproximação dos alunos da Rede Estadual de Ensino a equipamentos e produções culturais.

- Projeto “Lugares de Aprender: a escola sai da escola”

Propõe que alunos de Ensino Fundamental e Médio visitem instituições culturais de diferentes natureza e que o conteúdo/tema de seus acervos, sejam utilizados de maneira articulada ao desenvolvimento dos conteúdos curriculares.

¹¹⁷ O link a seguir foi acessado em 15/01/2013.

¹¹⁸ Disponível em: <http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/>, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

- Materiais de apoio pedagógico

- Publicações

- *Subsídios para desenvolvimento de projetos didáticos:*

Seis livretos com sugestões de trabalhos em sala de aula, elaborados de acordo com as áreas de conhecimento, temas transversais e eixos temáticos.

- *Horizontes Culturais – Lugares de Aprender*

Publicação que aborda a experiência de visita a instituições, sob diferentes pontos de vista, apresenta um conjunto de informações sobre museus, centros culturais, institutos, memoriais, parques, jardins e outros espaços de conhecimento cultural na cidade de São Paulo.

- Vídeos

Conjunto de vídeos, com duração de cinco a oito minutos cada um, que apresenta de maneira instigante as instituições culturais participantes do projeto, trazendo informações sobre seu acervo/objeto de trabalho.

- DVDs Lugares de Aprender 1, 2, 3, 3a e 4 (Capital e Grande São Paulo)

- DVDs Lugares de Aprender 1, 2 e 3 (Interior)

- Projeto “Escola em Cena”

Tem por objetivo proporcionar aos alunos do Ensino Médio experiências de fruição de espetáculos de teatro e dança articuladas ao desenvolvimento de conteúdos de Arte e outras disciplinas.

- Materiais de apoio pedagógico

- Publicação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

– *Teatro e Dança: Repertórios para a Educação.*

Vol. 1: A história do teatro e da dança: linhas do tempo

Vol. 2: As linguagens do teatro e da dança e a sala de aula

Vol. 3: Teatro e educação: perspectivas.

- Vídeo

Conversas de Teatro, que facilita o trabalho do professor e amplia o debate sobre a importância do teatro, sua história, sua relação com a educação e apresenta algumas possibilidades de trabalho em sala de aula.

- Projeto “O Cinema vai à escola: a linguagem cinematográfica na educação”

Tem como objetivo democratizar o acesso dos educandos e educadores do Ensino Médio à produção cinematográfica. Encaminha às unidades escolares que contam com Ensino Médio filmes selecionados sob o ponto de vista de sua potencialidade pedagógica, para serem utilizados como material de apoio pedagógico.

- Materiais de apoio pedagógico

- Caderno de Cinema do Professor
 - Vídeo: “Luz, Câmera... Educação!”.

3.7.7.3 Projeto Prevenção Também Se Ensina¹¹⁹

O projeto Prevenção Também se Ensina, coordenado pela Secretaria de Estado da Educação e articulado com a equipe de Ciências do Centro de Ensino Fundamental dos Anos Finais, Ensino Médio e Educação Profissional – CEFAF/DEGEB é executado pela FDE em escolas da rede pública estadual de ensino desde 1996. A iniciativa é voltada à promoção da cidadania saudável e à redução da vulnerabilidade da comunidade escolar à

¹¹⁹ Disponível em: <http://www.fde.sp.gov.br/PagesPublic/InternaProgProj.aspx?contextmenu=prevensina>, Acessado em 15/01/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

gravidez na adolescência, ao uso indevido de drogas e às DST/AIDS (doenças sexualmente transmissíveis/síndrome da imunodeficiência adquirida).

A iniciativa abrange todas as escolas das 91 Diretorias de Ensino do Estado, beneficiando alunos dos ensinos Fundamental e Médio. Entre seus objetivos está a viabilização na rede estadual de ensino de um projeto de educação continuada que propicie condições para o desenvolvimento da autoestima dos alunos e do senso de responsabilidade sobre a saúde individual e coletiva, promovendo a redução do abuso de drogas e a conscientização sobre as complicações relacionadas à gravidez na adolescência e sobre as DST/AIDS.

Para atingir seus objetivos, o projeto Prevenção Também se Ensina, capacita educadores das Diretorias de Ensino para assessorar, acompanhar e avaliar a implantação de projetos relacionados aos temas da iniciativa; capacita educadores das unidades escolares, dando condições para implantarem projetos de prevenção no âmbito da comunidade escolar; dota as escolas e Oficinas Pedagógicas de materiais didáticos específicos, de forma a viabilizar a implantação dos projetos de prevenção; e cria espaços comunitários informais para discussão e reflexão de temas pertinentes ao projeto, envolvendo centros de saúde, ONGs, associações comunitárias e outras entidades que desenvolvam ações de prevenção e tratamento na região.

3.7.7.4 Escola de Tempo Integral - ETI

As orientações da ETI estão disponíveis no documento “Orientações para os primeiros dias letivos 2013”, que se encontra em anexo.

É importante lembrar que existem outros convênios, parcerias, projetos e programas que são desenvolvidos juntos aos outros Centros do DEGE/CGEB, principalmente junto às equipes do CEFAF, CEFAI, CEJA E CEPQM, com o objetivo de ofertar mais opções de apoio que contribuam de forma efetiva para melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos nossos alunos.

A SEE enfatiza que a participação em todos esses projetos e programas é por adesão cabendo à Diretoria Ensino e à Escola a decisão sobre participar ou não e a escolha por aqueles que sejam mais adequados à sua realidade e às necessidades de seus alunos e professores em acordo com o Planejamento Escolar.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

4 Considerações Finais

O planejamento escolar é um momento de grande importância para as definições que nortearão todo o ano letivo de 2013.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica espera que todos os profissionais envolvidos no planejamento se apropriem desse documento e que façam uso das orientações aqui disponibilizadas a fim de garantir um ano letivo de 2013 de muito sucesso.

Bom trabalho!



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

5 Equipes da CGEB

Coordenação

Maria Elizabete da Costa

Assistência Técnica do Coordenador - ATCGEB

Assistência Técnica

Almíria Tedeschi; Antonio Alfredo Costa Parras; Christina de Paula Queiroz e Silva; Dirce Maran de Carvalho; Joanna Borrelli Cordeiro; Judith Camargo Curiel de Braga; Lucas Moura Sales; Maria de Lourdes Rocha; Roberto Liberato; Uíara Maria Pereira de Araújo; Veralice Prudente de Moraes Miranda; Zuleide Ferraz Garcia

Apoio

Bruno Silvestre Moreira; Carolina Bessa Ferreira de Oliveira; Ivelize Fátima da Silva; Patrícia da Silva Gomes; Silvana Aparecida Belizário; Suely Cristina de Albuquerque Bomfim

Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica - DEGEB

Direção

João Freitas da Silva (Direção)

Sheila Dias Sandoval

Centro de Atendimento Especializado - CAESP

Neusa Souza dos Santos Rocca (Direção)

Aline Nunes Gonçalves; Cristiano de Almeida Costa; José Augusto Farina

Núcleo de Atendimento Especializado - CAPE

Newton Oliveira de Resende (Direção)

Adriana Horta de Matos; Alessandra Freitas Coelho; Ana Maria de Araújo Pires; Andréia da Cruz Andrade; Bárbara Martins; Danilo Namó; Deiverson de Souza Facundes; Denise Rocha Belfort Arantes; Eliane Genovez Lira Alves; Erick Zoran; Gisele Henrique Navarro; Glenda Aref Salamah de Mello; Heitor Morgan da Costa; Ilisiris Vargas; Israel Cristian dos Santos; Ivani Pires; Luciana Assis Valverde; Márcia Aparecida Ramos de Oliveira Gamboa; Mariângela Carvalho Dezotti; Marlene Henriques; Martha de Paula Cintra; Maurício do Nascimento Miele; Queila Medeiros Veiga; Régia Vidal dos Santos; Renato Maier de Arruda; Rosângela Carvalho Vilela Gebara; Salvadora Guerrero; Tânia Regina Martins Resende; Tânia Sheila Grieco; Terezinha Dias Dutra

Núcleo de Inclusão Educacional - NINC

Sérgio Roberto Cardoso (Direção)

Educação Escolar Indígena / Quilombola / Étnico-racial

Edina dos Santos Rosa; Julieth Melo Aquino de Souza; Renato Ubirajara dos Santos Botão; Silvane Aparecida da Silva Queiroz Norte

Educação Prisional e Fundação C.A.S.A.

Andréa dos Santos Oliveira; Camila Matheus da Silva; Mário Sérgio Santana Júnior

Centro de Ensino Fundamental dos Anos Finais, Ensino Médio e Educação Profissional - CEFAF

Valéria Tarantello de Georgetti (Direção)

Eleneide Gonçalves dos Santos

Ensino Médio Inovador / Jovem de Futuro

Fabricia Gomes Nieri; Marcia Marino Villa Hutterer



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Ensino Médio Técnico / Educação Profissional

Lucia Helena Lodi Rizzini; Sebastião Haroldo de Freitas Corrêa Porto; Setsuko Tominato; Vera Lucia de Jesus Curriel

Equipe Curricular – Linguagens – Língua Portuguesa

Clarícia Akemi Eguti; Idê Moraes dos Santos; João Mário Santana; Kátia Regina Pessoa; Mara Lúcia David; Roseli Cordeiro Cardoso; Rozeli Frasca Bueno Alves

Equipe Curricular – Linguagens – Língua Estrangeira Moderna

Ana Paula de Oliveira Lopes; Jucimeire de Souza Bispo; Neide Ferreira Gaspar; Sílvia Cristina Gomes Nogueira

Equipe Curricular – Linguagens – Arte

Carlos Eduardo Povinha; Kátia Lucila Bueno; Pio de Sousa Santana; Roseli Cassar Ventrella

Equipe Curricular – Linguagens – Educação Física

Marcelo Ortega Amorim; Maria Elisa Kobs Zacarias; Mima Léia Violin Brandt; Rosângela Aparecida de Paiva; Sérgio Roberto Silveira

Equipe Curricular – Matemática

João dos Santos; Juvenal de Gouveia; Otávio Yoshio Yamanaoka; Patrícia de Barros Monteiro; Sandra Maira Zen; Vanderley Aparecido Cornatione

Equipe Curricular – Ciências da Natureza – Ciências

Eleuza Guazzelli; Maria da Graça de Jesus Mendes

Equipe Curricular – Ciências da Natureza – Biologia

Aparecida Kida Sanches; Elizabeth Reymi Rodrigues; Juliana Pavani de Paula Bueno; Rodrigo Ponce

Equipe Curricular – Ciências da Natureza – Física

Carolina dos Santos Batista; Fábio Bresighello Beig; Renata Cristina de Andrade Oliveira; Tatiana Souza da Luz Stroeymeyte

Equipe Curricular – Ciências da Natureza – Química

Ana Joaquina Simões Sallares de Mattos Carvalho; Jerônimo da Silva Barbosa Filho; João Batista Santos Júnior; Natalina de Fátima Mateus

Equipe Curricular – Ciências Humanas – Geografia

Andréia Cristina Barroso Cardoso; Débora Regina Aversan; Sérgio Luiz Damiani

Equipe Curricular – Ciências Humanas – História

Cynthia Moreira Marcucci; Lydia Elisabeth Menezello; Maria Margarete dos Santos

Equipe Curricular – Ciências Humanas – Filosofia

Tânia Gonçalves; Teônia de Abreu Ferreira

Equipe Curricular – Ciências Humanas – Sociologia

Carlos Fernando de Almeida; Tony Shigueki Nakatani

Programas de Livros

Aidê Magalhães Benfatti; Diogo Paraizo Braga; Eglas José dos Santos; Eunice Maria Moura Gomes Chacon; Maria Aparecida Cerauolo Magnani; Roberto Canossa

Centro de Ensino Fundamental dos Anos Iniciais - CEFAI

Sonia de Gouveia Jorge (Direção)

Antonio Alcazar Neto; Claudinéia Aparecida Cunha de Campos; Dilza Martins Ferreira; Edgard de Souza Júnior; Edimilson de Moraes Ribeiro; Flávia Emanuela de Luca Sobrano; Jaqueline Rodrigues da Silva; Luciana Aparecida Fakri; Márcia Soares de Araújo Feitosa; Maria José da Silva Gonçalves Irmã; Marisa de Jesus Ferraz de Almeida;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Nádia Said Avila; Renata Rossi Fiorim Siqueira; Silvana Ferreira de Lima; Soraia Calderoni Statonato; Vastí Maria Evangelista

Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA

Mertila Larcher de Moraes (Direção)
Adriana dos Santos Cunha; Durcilene Maria de Araújo Rodrigues; Gisele Maia Russel; Kauê Gonçalves Grecco;
Virgínia Nunes de Oliveira Mendes

Centro de Planejamento e Gestão do Quadro do Magistério - CEPQM

Cristina de Cassia Mabelini da Silva (Direção)
Adriana Alves; Alexandre Gianechini de Araújo; Ana Maria de Souza; Eunice Pinheiro Guimarães Turrini; Isaque Mitsuo Kobayashi; Jennifer Sarah Peroba Moura; Márcia Natália Motta Mello; Roberto Hipólito Júnior; Selma Denise Gaspar; Sonia Maria Brancaglion; Valéria Arcari Muhi; Vera Lucia de Oliveira Ponciano

Centro de Estudos e Tecnologias Educacionais - CETEC

Wolgram de Almeida Maria Iva (Direção)
Gilberto Caron; Liliane Pereira da Silva Costa; Rosa Maria Rodrigues Lamana

Centro de Projetos Especiais - CPRESP

Rosemary de Oliveira Louback (Direção)

Escola de Tempo Integral

Ana Cristina dos Santos Siqueira; Isabel Gasparri; Vera Lucia Goloni

Escola da Família

Edimicio Flaudisio Silva; Márcia Cristina Volpati; Maria Helena Berlinck Martins; Paulo Mathias de Tarso;
Rosângela Robles Affonso; Rúbia Carla do Prado; Vinicius Silva Caruso

Escolas Prioritárias

Joicy Fernandes Romano; Wilson de Tarso Gonçalves Araújo

EVESP

Ana Carolina Nunes Lafemina; Denise Henrique Mafra; Fernanda Montenegro de Menezes Rizek; Flávio Pereira;
Marta de Oliveira Contreras; Neli Maria Mengalli

Parcerias

Alípio da Silva Leme Filho; Luciene de Cássia de Santana; Luiz Carlos Paloschi; Ricardo Addeo Dias; Tânia Aparecida Gonçalves Martins de Melo

Programas do MEC

Kátia Cristina Deps Miguel; Luciana Virgílio de Souza

Residência Educacional

Elaine Cristina Paulino; Sandra Regina Lazzarin

Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula - DGREM

Direção

Andrea Grecco Finotti (Direção)
Janaina Magro de Oliveira; Odilon Henrique de Souza Filho

Centro de Demanda Escolar e Planejamento Rede Física - CEDEP

Cassia Vassi Beluche (Direção)
Alice Regina Oliveira; Aline Cristina dos Santos; Joana de Fátima Francisco Mendes Passos; Ricleide Pires de Almeida



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR 2013

Centro de Gerenciamento da Municipalização do Ensino - CEGEM

Ana Maria de Oliveira (Direção)

Elisabete Miranda Guimarães; Maria Aparecida Ramiro Nogueira; Valdemir Monteiro Bento; Weida Maria Stabile

Centro de Matrícula - CEMAT

Daniele Cristina Sabadini Mesquita (Direção)

Ana Ferreira de Melo; Cláudia Berry El Kadre; Helena Cecchini Tavares; Tânia Aparecida de Almeida Guerra

Centro de Vida Escolar - CVESC

Nereide Manginelli Lamas (Direção)

Amália Salazar dos Reis; Ana Paula Rodrigues de Souza Fernandes; Douglas Luiz da Costa; Eunice Pierotti; Ignêz Janeti Cereda; Maria Aparecida Dulcini; Maria Helena Brochini Galvani; Nice Carranca Tudrey; Nina Rosa Conde Elias; Reny Kuprik

Núcleo de Apoio Administrativo - NACGEB

Maria Renata Bezerra da Silva (Direção)

Alexandre Liporoni; Angela Vicchiarelli; Cecília Benedita Meratti de Oliveira; Daniela de Jesus Falcione Goes; Edson de Campos; Graciella de Souza Martins; Idercy das Neves; Ivan José Carlos Júnior; Jaqueline Moratore; Luiz Moura da Silva; Cristina Ribeiro Canto Scaglioni; Maria Luiza Ferreira; Marly Aparecida de Carvalho Batista; Nair Carolina Estevo; Terezinha de Jesus Primola; Vanessa de Brito Silva